

Albuquerque

REVISTA DE HISTÓRIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

ISSN 1983-9472



UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO SUL

Reitora:

Célia Maria da Silva Oliveira

Vice-Reitor:

João Ricardo Filgueiras Tognini

Câmara Editorial

Coordenador – Carlos Martins Junior. (Campus de Aquidauana - UFMS); **Secretário** - Valmir Batista Corrêa (UFMS); Alexandre Pierzean (Campus de Nova Andradina – UFMS); Eduardo Gerson de Saboya Filho (Campus de Corumbá – UFMS); Emilia Mariko Kashimoto (Museu de Arqueologia – UFMS); Ezio Luiz da Rocha Bittencourt (Campus de Nova Andradina – UFMS); Gilson Rodolfo Martins (Museu de Arqueologia – UFMS); Jéri Roberto Marin (Campus de Campo Grande - UFMS); Lupericio Antônio Pereira (Universidade Estadual de Maringá-UEM); Vitor Wagner Neto de Oliveira (Campus de Três Lagoas - UFMS).

Conselho Científico

Adelina Pusineri (Museo Andrés Barbero – Asunción/Paraguay); Adhemar Lourenço da Silva Jr (Universidade Federal de Pelotas - UFPel); Adriano Luiz Duarte (Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC); Albana Xavier Nogueira (Universidade para o desenvolvimento do Pantanal – Uniderp); Aldrin Armstrong Silva Castellucci (Universidade do Estado da Bahia – UNEB); Ana Paula Squinelo (Campus de Campo Grande – UFMS); Carla Villamaina Centeno (Universidade para o Desenvolvimento do Pantanal - UNIDERP); Eudes Fernando Leite (Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD); Fernando Teixeira da Silva (Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP); Francisco Alves da Silva (Universidade Paulista - UNIP); Francisco Alambert (Universidade de São Paulo - USP); Gilberto Luiz Alves (Universidade para o Desenvolvimento do Pantanal – UNIDERP); Lúcia Salsa Corrêa (UFMS); Maria Celma Borges (Campus de Três Lagoas – UFMS); Ney Iared Reynaldo (Universidade Federal de Mato Grosso); Otávio Canavarros (Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT); Paulo Roberto Cimó Queiroz (Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD); Paulo Roberto de Almeida (Universidade Federal de Uberlândia - UFU); Paulo Roberto Ribeiro Fontes (Fundação Getúlio Vargas - CPDOC); Ricardo Luis Vicente Pavetti (Universidad Nacional de Asunción – Paraguay); Robert W. Wilcox (Northern Kentucky University); Silvia Regina Ferraz Petersen (Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS); Tito Carlos Machado de Oliveira (Campus de Aquidauana – UFMS).

Revisão: A revisão gramatical é de responsabilidade dos(as) autores(as)

Capa: Marília Leite e Lennon Godoi

Ilustração da capa: Trabalhadores na construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.

Revista Albuquerque

Revista de História da UFMS

Responsabilidade: Base de Pesquisas Históricas e Culturais das Bacias dos Rios Aquidauana e Miranda/BPRAM/DHI/CPAQ/UFMS

Endereço eletrônico: revistaalbuquerque@cpaq.ufms.br

Editora UFMS • Endereço eletrônico: conselho@editora.ufms.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Coordenadoria de Biblioteca Central – UFMS, Campo Grande, MS, Brasil)

Albuquerque : revista de história / Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
– v. 1, n. 1 (2009) – Campo Grande, MS : A Universidade, 2009 –
v. ; 21 cm.

Semestral
ISSN 1983-9472

1. História - Periódicos. I. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

CDD (22) 905

Sumário

APRESENTAÇÃO	5
--------------------	---

ARTIGOS

REYNALDO, Ney Iared.

<i>Mato Grosso e Concepción, uma experiência de fronteira no período colonial (século XVIII)</i>	11
--	----

FREIRE, Paulo Cezar Vargas.

<i>Curumiai: uma povoação no caminho de Xerez</i>	37
---	----

NOVAIS, Sandra Nara da Silva, GOMES, Aguinaldo Rodrigues.

<i>Campo de Xerez: palco de lutas e conflitos pela exploração da mão-de-obra indígena</i>	57
---	----

DOSSIÊ

A CIDADE COMO OBJETO DE REFLEXÃO INTERDISCIPLINAR

1ª PARTE

MARTINS JUNIOR, Carlos.

<i>Imagens urbanas assombrosas: controle social nas cidades brasileiras da Belle Epoque</i>	83
---	----

ANTONIO, Luciano.

<i>A cidade de Rubem Braga: apontamentos sobre o espaço urbano em crônicas de Rubem Braga</i>	99
---	----

BLANC, Manuela Vieira.

<i>A aventura na cidade: relações sexuais eróticas no espaço público urbano</i>	113
---	-----

SILVA, Márcia Pereira, TRUBILIANO, Carlos Alexandre Barros.

<i>Código de Posturas e a modernidade em Campo Grande (1905 – 1930)</i>	129
---	-----

FRAGA, Cristiane Ferreira.

<i>A tortura no estado atual: uma breve reflexão da sua origem e suas consequências na produção da subjetividade</i>	141
--	-----

CADERNO ESPECIAL

A retomada de Corumbá vista pelos paraguaios	157
Repressão ao contrabando no Apa. Instruções. 1917.....	160
Normas editoriais	171
Por que Albuquerque.....	173

Apresentação

Com o lançamento do quarto número, a *Revista Albuquerque* completa seu segundo ano de existência. Possibilitando aos pesquisadores a divulgação dos resultados de suas pesquisas, propiciando aos estudantes e professores o amplo acesso a informações e à produção acadêmica mais recente, acreditamos que nesse período desempenhamos um papel fundamental, não só para o processo de socialização do conhecimento, mas também para o desenvolvimento científico da área de história, das humanidades e de áreas afins, em Mato Grosso do Sul e no restante do país. Por isso, o número que ora vem a público assume um significado especial, pois representa o momento de consolidação deste periódico, que reafirma seu compromisso de publicar textos de qualidade e relevância científica.

Neste quarto número da *Revista Albuquerque*, a seção “Artigos” se abre com três textos de suma importância para a compreensão do processo de ocupação colonial dos territórios situados ao longo do rio Paraguai, a rigor uma extensa área de fronteiras indefinidas até praticamente o século XIX, da qual fazem parte os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Partindo da constatação de que o controle daquele território fazia parte dos projetos expansionistas portugueses e espanhóis, no texto intitulado “Mato Grosso e Concepción, uma experiência de fronteira no período colonial (século XVIII)”, Ney Iared Reynaldo debruça-se sobre as estratégias adotadas pelas monarquias ibéricas para ocupar e salvaguardar suas áreas de domínio na região platina, então povoada por diferentes populações indígenas.

Em “Curumaí: uma povoação no caminho de Xerez”, Paulo Cezar Vargas Freire coloca em evidência a povoação de Curumiaí, um *pueblo* colonial espa-

nhol formado por indígenas guaranis e fundado por religiosos franciscanos na década de 1580, cuja localização ainda é desconhecida. Partindo da proposição de que as escolhas dos locais de moradia, nesta parte da América do Sul, estão imbricadas com os traçados dos caminhos pré-coloniais, que durante os séculos XVI e XVII foram utilizados nos deslocamentos com igual ou maior constância que as vias fluviais, o autor objetiva, de um lado, contribuir para a localização do sítio da povoação de *Curumiai* e, de outro, analisar a importância de considerar os caminhos pré-coloniais como um dos elementos para compreender a sucessão de deslocamentos das aldeias, dos *pueblos* ou das villas numa região em que as transmigrações das populações coloniais foram acentuadas.

A temática de Xerez é retomada por Sandra Nara da Silva Novais e Agui-naldo Rodrigues Gomes em “Campos de Xerez: palco de lutas e conflitos pela exploração da mão-de-obra indígena”, texto no qual os autores propõem apresentar os fatores históricos que inviabilizaram a perpetuação do projeto assuncenho-castelhano no atual território sul-mato-grossense, abrangendo especificamente a região que na toponímia colonial foi denominada “Campos de Xerez”.

Seguindo a trajetória iniciada com a publicação de seu segundo número, o presente volume da *Revista Albuquerque* traz o Dossiê “A cidade como objeto de reflexão interdisciplinar”. Dado o volume de artigos apresentados, os editores resolveram dividi-los em duas partes, uma no presente volume e a segunda no volume seguinte. Reconhecendo as cidades como elementos constitutivos da trama cultural e histórica, podendo, portanto, ser observadas como espaços que condicionam múltiplas experiências pessoais e coletivas, tecidos de memórias do passado e de impressões recolhidas ao longo das diversas experiências urbanas, nos textos selecionados para este dossiê, produzidos por especialistas vinculados a variadas áreas do conhecimento, as problemáticas da cidade são delineadas como questões significativas, nas quais emergem temáticas variadas que vão desde representações urbanas sobre a modernidade, até a presença de um léxico urbano para nomear e dar significados aos lugares e às gentes.

Por fim, a seção “Caderno Especial” apresenta dois documentos importantes como contribuição para a compreensão histórica da fronteira oeste. O primeiro, “A retomada de Corumbá vista pelos paraguayos”, é um extrato do Album Graphico de la Republica del Paraguay, de Arsenio Lopez Decoud, e que traz uma visão diferente deste fato importante da Guerra com o Paraguai. O outro,

“Repressão ao contrabando no Apa. Instruções. 1917”, demonstrou a preocupação das autoridades alfandegárias em legislar o combate aos descaminhos característicos da região fronteiriça.

Assim, a *Revista Albuquerque* segue superando os obstáculos comuns de um veículo de divulgação de produção histórica, matendo a sua regularidade e a qualidade de seus artigos.



Artigos

Mato Grosso e Concepción, uma experiência de fronteira no período colonial (século XVIII)

*Ney Iared Reynaldo**

O presente artigo focaliza o processo de ocupação das terras situadas ao longo do rio Paraguai, desde os primeiros decênios do século XVIII até o final do período colonial. Partindo da constatação de que o controle desse território fazia parte dos projetos expansionistas português e espanhol, analisam-se, inicialmente, as estratégias adotadas pelas duas coroas para ocupar e salvaguardar suas áreas de domínio, até então povoadas por diferentes populações indígenas.

Palavras-Chave: Mato Grosso, Concepción, Fronteira.

This article focuses on the process of occupation of land situated along the River Paraguay, since the first decades of the 18th century un-

1. A delimitação territorial entre a capitania de Mato Grosso (Brasil) e Vila Real de Concepción (Província do Paraguai) no século XVIII. A política de conquista dos luso-brasileiros e a necessidade de ocupação e defesa do território

Nessa primeira parte, destaca-se o avanço luso-brasileiro¹ e as estratégias utilizadas pela Coroa portuguesa para consagrar e defender seu

* Mestre em História e Sociedade pela UNESP e doutor em História da América Latina pela UNISINOS, docente do Departamento de História do Campus Universitário de Rondonópolis, Universidade Federal de Mato Grosso. E-mail: neyhis@yahoo.com.br

¹ A expressão “luso-brasileiro” aqui utilizada se aplica ao português americano; trata-se de uma identificação corrente no século XVIII que fora atribuída aos primeiros bandeirantes paulistas que percorreram no início dos setecentos, os caminhos para o interior de Mato Grosso. Tem-se, como respaldo, a obra de SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira. *Nova história da expansão portuguesa: o império luso-brasileiro (1750-1822)*. Lisboa: Estampa, 1986. Acrescente-se, ainda, a inexistência anterior, na historiografia, de um termo próprio para denominar os súditos portugueses nascidos na América portuguesa e/ou que tinham seus interesses preferencialmente vinculados nessa parte do Império.

til the end of the colonial period. Noting that control of this territory was part of expansionist Portuguese and Spanish projects, analyze initially the strategies adopted by the two crowns

to occupy and safeguard your domain areas, until then populated by different indigenous populations.

Key words: Mato Grosso, Concepción, border.

estabelecimento no território. Estratégias essas que envolveram monçoeiros e mineiros inicialmente.

Consideram-se, também, as ações e reações dos espanhóis, especialmente quando fundam Vila Real de Concepción, nas proximidades com Mato Grosso, em uma área rica em erva-mate. A população nativa foi indispensável para a posse efetiva das terras, pois habitava e conhecia profundamente esse território. Nele, são privilegiadas as alianças e/ou os enfrentamentos realizados entre anteriores e colonizadores.

A formação histórica das fronteiras mato-grossense e concepcionera é resultante do expansionismo territorial português e espanhol ocorrido a partir da primeira metade do século XVIII, sendo que a expansão territorial promovida pelos bandeirantes teve participação decisiva nesse processo.

A região do atual Mato Grosso passou a fazer parte dos interesses portugueses no século XVII. Por força do Tratado de Tordesilhas, tratava-se de região pertencente às colônias espanholas. Em 1628, o Pe. Antônio Ruíz de Montoya informou aos seus superiores as declarações de Antônio Raposo Tavares, que afirmara que expulsaria as missões espanholas situadas ao sul do continente americano, porque considerava que essas terras pertenciam ao soberano português e não ao de Espanha².

Esse bandeirante realizou uma grande expedição que percorreu mais de dez mil quilômetros durante três anos. Partindo de São Paulo, dirigiu-se ao sul, à região de Itatim (atual Mato Grosso do Sul), de onde seguiu para o oeste e para o norte, descendo o rio Amazonas até sua foz, no Atlântico. Dos 1.200 homens componentes da bandeira, apenas 58 chegaram a Santo Antônio de Gurupá, nas proximidades de Belém do Pará. O objetivo dessa expedição era não só chegar às minas peruanas, como também estabelecer uma ligação com a bacia amazônica,

² CORTESÃO, Jaime. *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, [20--].

no que obteve sucesso. Conseguiu, pela primeira vez, ligar as bacias hidrográficas do Prata e do Amazonas.

Oito anos após a restauração do trono português, ocorrida em 1640, os lusitanos já procuravam definir sua política de povoamento e ocupação no interior da Colônia. Em 1716, o bandeirante Antônio Pires de Campos descobriu ouro no ribeirão Coxipó-Mirim, fundando, neste sítio, o Arraial da Forquilha (ou Nossa Senhora da Penha de França). Dois anos depois, chegou ao Arraial outro bandeirante, Pascoal Moreira Cabral, sendo-lhe outorgada, por uma decisão dos habitantes locais, em 1727, a função de Provedor-mor das Minas do Cuiabá. Também nesse mesmo ano, ocorreu a elevação do Arraial da Forquilha à condição de Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá.

Seguindo-se aos descobrimentos auríferos de aluvião³ em Cuiabá, novas lavras foram abertas e, com isso, novos garimpeiros, monçoeiros⁴ e aventureiros viram-se, alguns anos mais tarde, atraídos para a região, ampliando o espaço ocupado em direção ao rio Paraguai. Ressalte-se que o ouro de aluvião era proveniente do desgaste das matrizes, que, com as chuvas, era arrastado para os locais baixos. Ele se acumulava no leito dos rios e riachos em depósitos chamados faisqueiras, porque os grãos de ouro faiscavam em contato com o sol.

Em 1748, a fixação de populações junto a esse rio estimulava a prática do contrabando. A prática de contrabando se dava por duas razões: pela possibilidade de intercâmbio do ouro mato-grossense com a prata peruana e para constituir zona de troca de mercadorias no limite entre os dois impérios⁵.

Ao mesmo tempo, já se iniciava o despovoamento de algumas áreas, devido ao declínio da atividade mineradora⁶, a Coroa portuguesa decidiu em 9 de maio de

³ Ver, KEATING, Vallandro; MARANHÃO, Ricardo. *Caminhos da conquista: a formação do espaço brasileiro*. São Paulo: Terceiro Nome, 2008. p. 178.

⁴ O termo monçoeiros vem de monções, ou seja, expedições exclusivamente fluviais; suas frotas reuniam por vezes 300 a 600 canoas, que transportavam desde sal até artigos de luxo; seguiam roteiros fixos, passando por pontos conhecidos, onde se formavam arraiais e tinham como objetivo chegar às minas de ouro de Cuiabá, além de atender às necessidades da população que vivia da extração aurífera.

⁵ Ver mais em MOUTOUKIAS, Zacarias. *Contrabando y control colonial*. Buenos Aires: CEDAL, 1988.

⁶ O termo “declínio” substitui “decadência”, comumente utilizado na historiografia. Therezinha de Jesus Arruda chama atenção para a necessidade de se relativizar esse último: “[...] o ouro não desapareceu totalmente, continuou sendo o motivo da permanência dos primeiros núcleos de po-

1748, pela criação da capitania Geral de Cuiabá e Mato Grosso, a fim de assegurar o domínio desse território. Essa capitania tinha uma característica particular: agregava dois núcleos populacionais. Cuiabá ficou como sede de uma capitania de nome Geral vinculada ao extrativismo aurífero e Vila Bela da Santíssima Trindade, fundada em 1752, como capital de Mato Grosso⁷.

Este período coincidiu com o declínio da exploração mineira no lado espanhol, na região do vale do rio Paraguai. Os anos de 1735 a 1754 foram marcados por uma queda acentuada das atividades nas reservas espanholas, em parte devido ao esgotamento da mão-de-obra indígena, o que foi acompanhado por várias sublevações. Em parte, também, deveu-se às rotas de contrabando que operavam livremente nos limites entre os dois impérios, provocando muitos prejuízos⁸. Estes prejuízos estão associados, sobretudo, a ausência fiscal do Estado, no controle e distribuição de produtos diversos neste ponto de fronteira.

A descoberta de novas jazidas no vale do rio Guaporé em 1730, bem como a atividade do contrabando junto ao rio Paraguai, trouxeram a necessidade de reformar o sistema colonial português. Nesse sentido, o marquês de Pombal, a partir de 1750, iniciou a política de reformulação das práticas comerciais e de ocupação territorial na Colônia.

Os Bourbons, pelo lado espanhol, interessaram-se em resguardar as áreas periféricas de seu Império. Para isso, dispuseram de novos ordenamentos territoriais e promoveram uma série de mudanças fundamentais na visão política espanhola acerca do governo da Colônia⁹. Desse modo, os castelhanos se posicionaram na fronteira, ampliando o número de postos militares, principalmente para impedir o avanço português em direção a vila de Potosí (atual Bolívia), o principal centro produtor de prata da América espanhola.

voamento, bem como do aparecimento de novos.” ARRUDA, Therezinha de Jesus. Mato Grosso colonial: pistas para uma abordagem alternativa. *Revista Universidade*, Cuiabá, ano 3, n. 1, p. 44-45, jan./abr. 1983.

⁷ Ver mais FARAGE, Nádia. *As muralhas dos sertões: os povos indígenas no rio Branco e a colonização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 123.

⁸ Mais detalhes sobre o assunto ver MADARIAGA, Salvador de. *El ocaso del imperio español en América*. Buenos Aires: Sudamericana, 1955. Ver também, RAVIGNANI, E. El volumen del comercio del Río de la Plata a comienzos de Virreinato (1730-1781). *Boletín del Instituto de Investigaciones Históricas*, Buenos Aires, n. 28, p. 389-97, 1932.

⁹ Cf. GUIMÉRA, Agustín. *El reformismo borbónico*. Madrid: Alianza Universidad, 1996.

Esse metal era utilizado no comércio fronteiriço para intercambiar produtos vinculados à economia colonial dos dois impérios: do lado espanhol, exportavam-se couros, charques, sebos e outros subprodutos, que eram comercializados no interior das capitanias da América portuguesa, mas nem sempre consumidos pelos luso-brasileiros. Boa parte destes produtos era reexportado para países do continente europeu. Por sua vez, os comerciantes luso-brasileiros, chamados de “peruleiros”¹⁰, contribuíam com o comércio clandestino, vendendo seus escravos e gêneros, que eram, posteriormente, comercializados em Buenos Aires, Potosí e ainda outras cidades da região do Prata.

Em 1752, os luso-brasileiros fundaram, na margem direita do rio Guaporé, a Vila Bela da Santíssima Trindade. Essa atitude gerou a primeira reação concreta, por parte dos espanhóis, na defesa de seus interesses. Em 04 de março de 1773, Augustín Fernando de Piñedo fundou ao norte da província do Paraguai, acima do rio Ipané a 330 quilômetros de Assunção, a Vila Real de Concepción, pois entendia que o ato português contrariava o que tinha sido acordado anteriormente pelo Tratado de Madri (1750)¹¹.

A fundação desta Vila representou, em parte, para os espanhóis, a recuperação de um território que um século antes se viram obrigados a abandonar, devido às invasões combinadas de índios e bandeirantes. Com isso, pretendiam assegurar-se contra novas ameaças de expansão luso-brasileiras.

Em 1754, o governo espanhol de Charcas deslocou 5.000 soldados para a fronteira, obrigando o capitão-general da capitania Geral de Cuiabá e Mato Grosso, Antônio Rolim de Moura Tavares, a solicitar reforço ao governador do Pará, a fim de garantir a posse e o domínio do território mato-grossense. O sucessor de Rolim

¹⁰ CORTESÃO, Jaime. *Op. cit.*, p. 289, explica que “O tipo social do *peruleiro*, português que fazia o contrabando com o Peru, enriquecido pelo comércio da prata, teve tamanho prestígio e voga no Brasil e em Portugal, que ainda hoje se conserva a palavra na linguagem portuguesa como símbolo de opulência e exterior aprimorado”. Ver, também, CANABRAVA, Alice Piffer. *O comércio português no rio da Prata (1580-1640)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1984.

¹¹ Por este tratado, o limite entre os domínios espanhóis e portugueses, no Mato Grosso, foi traçado a oeste pelo rio Paraguai e, ao sul, pelos rios Ipané-Guaçu, afluente do Paraguai, situado em território hoje da República do Paraguai, e, Iguatemi, afluente do Paraná que tem a foz pouco acima das Sete Quedas. Esse acordo, todavia, foi logo anulado (12 de fevereiro de 1761) e seu substituto (Santo Ildefonso, 1777) tampouco obteve êxito em demarcar as fronteiras.

de Moura, João Pedro da Câmara (1765-1769), ajudado pela guarnição vinda do Pará, enfrentou o presidente da Real Audiência de Chuquisaca à frente de 40.200 homens, deslocados do Peru e de Santa Cruz de La Sierra. Em 1769, o terceiro capitão-general, Luiz Pinto de Souza Coutinho (1769-1771), também lutou contra o general espanhol D. Juan de Pestaña, que tentava ocupar a margem oriental do rio Guaporé.

Em 1783, ocorreu a primeira reclamação oficial espanhola contra a ocupação portuguesa na margem direita do rio Paraguai, abaixo do Jauru. Inácio Flores, na condição de presidente da Real Audiência de Charcas, solicitou a retirada dos portugueses, o que foi ignorado pelo capitão-general da capitania Geral de Cuiabá e Mato Grosso. Então, Juan Francisco de Aguirre, comissário da Comissão de Demarcações de Limites Espanhola¹², aconselhou o governador Joaquín Alós Brun (1787-1796) que organizasse uma expedição militar para reconquistar os pontos do rio Paraguai que Portugal usurpara.

Essa negociação pode ser melhor consultada na obra *Estado y frontera en el Paraguay* da argentina Nidia Areces, que versa a respeito das disputas militares no vale do rio Paraguai, entre capitães-generais da capitania de Mato Grosso com a província do Paraguai.

Nesse litígio, Vila Real de Concepción, importante produtora de erva-mate (*Illex paraguariensis*)¹³, se tornara o reduto principal de defesa dos espanhóis junto ao rio Paraguai. Ali, entre os anos de 1788 e 1792, comercializou-se 292.653 pesos deste produto, que era consumido pelas populações, tanto do lado luso-brasileiro, como do lado espanhol¹⁴.

Dada essa relevância comercial da região, Ricardo Franco de Almeida Serra, sargento-mor de Engenheiros de Portugal, registrou, em 1792, que, nela, havia um forte de pau-a-pique onde viviam, em condições precárias, além de uma

¹² AGUIRRE, Juan Francisco de. Diario del Capitán Juan Francisco Aguirre en la demarcación de límites de España y Portugal en la América Meridional. *Boletín del Instituto Geográfico Argentino*, Buenos Aires, Tomos 7-8, 1911-1912.

¹³ Ver, REYNALDO, Ney Iared. *O comércio e navegação no rio Paraguai (1870-1940)*. Cuiabá: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso, 2000. p. 215.

¹⁴ VENTRES, Daniel Fretes. Evolución y perspectiva de la estructura social y económica del Paraguay. *Estudios Paraguayos*, Asunción, v. 2, n. 1, p. 21-45, 1974.

tropa regular, cerca de 1.551 pessoas¹⁵. Alertou, também, que a ausência de recursos provenientes da Junta da Fazenda Real desestimulava significativamente a entrada de novos colonos oriundos de Assunção. Rivarola (1974) atualiza esses dados conforme a tabela 1, até o ano de 1799, quando registra uma população de 2.227 habitantes.

Tabela 1 - População de Vila Real de Concepción (Provincia do Paraguai, 1774-1799)

ANO	POPULAÇÃO
1774	170
1782	908
1785	670
1792	1.551
1799	2.227
Total	5.526

Fonte: RIVAROLA, Domingo et al. *La población del Paraguay*: Asunción: Cepes, 1974 p. 121

Enquanto isso, os portugueses seguiam avançando território adentro, criando novas fortificações em locais considerados estratégicos, tanto para a Coroa portuguesa quanto para a espanhola. O governo colonial português expandiu a ocupação da margem direita do rio Paraguai, mediante o estabelecimento do presidio de Miranda (1776) e da povoação de Albuquerque (1778).

Em 1797, a essas posições se juntaria o reconstruído forte de Coimbra, às margens do Paraguai. A fundação deste forte fora realizada em 1773, levando-se em conta as decisões do Tratado de Madri (1750), voltando os rios Paraguai e Guaporé a serem reconhecidos como *raias lindeiras* entre as duas Coroas.

Segundo Martín:

Las labores demarcadoras ya finalizadas quedaron sin efecto, porque el Tratado de Anulación [1761] mandaba restablecer la situación fronteriza existente en 1750; así, ambas partes demolerían mojones fronterizos, casas y fortificaciones para restablecer las cosas como estaban antes. No obstante, los acontecimientos de los años siguientes dieron un giro distinto, *sin llegar a evacuarse*

¹⁵ WHIGHAM, Thomas L. *La yerba mate del Paraguay: 1780-1870*. Centro Paraguayo de Estudios Sociológicos, Asunción, p. 131, 1991.

*los fuertes y almacenes creados por los portugueses en aquellos años, lo que agudizó el conflicto fronterizo en el Río de la Plata [grifo nosso]*¹⁶.

Num espaço tão disputado, o governo luso-brasileiro passou a utilizar-se de mecanismos para atrair e fixar novos colonos. Povoar, para ele, significava ocupar pontos estratégicos, como a região fronteiriça com os domínios espanhóis: proporcionar, aos moradores, uma atividade econômica que os fixasse realmente, e os integrasse a outras partes da Colônia, transferindo para eles a responsabilidade física pela defesa da fronteira.

Luiz Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres (1771-1788), capitão-general da capitania Geral de Cuiabá e Mato Grosso, foi um dos primeiros que estimulou o povoamento do vale do rio Paraguai, tendo fundado ali várias vilas e povoados. Conforme a tabela 2, o resultado dessas ações possibilitou que, em 1771, a população da capitania mato-grossense já fosse superior a 15.765 habitantes e, em 1800, equivalente a 26.690. Vale ressaltar que essa quantificação mensurava tão somente a população branca, registrada em cartório, excluindo-se da contagem todos os indígenas e negros.

Tabela 2 - População da capitania de Mato Grosso 1771 a 1800

CAPITANIA DE MATO GROSSO	
ANO	POPULAÇÃO
1771	15.765
1783	20.272
1786	22.310
1791	22.977
1795	24.016
1800	26.690
Total	132.030

Fonte: Quadro elaborado com dados levantados em LEVERGER, Augusto (Barão de Melgaço). Apontamentos cronológicos da província de Mato Grosso. *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Tomo 205, v. 11, n. 9, p. 132-138, out./dez. de 1949. Mapa da população de Mato Grosso de 1771 a 1800.

Considerando o crescimento da população da capitania de Mato Grosso na primeira metade da década de 1790, o comerciante e cronista português Joaquim

¹⁶ MARTÍN, Carmen Martínez. El Tratado de Madrid (1750): aportaciones documentales sobre el Río de la Plata: documentos del Legajo 4798 de la sección de Estado del Archivo Histórico Nacional. *Revista Complutense de Historia de América*, Madrid, n. 27, p. 283-325, 2001.

José Ferreira e o sargento-mor Ricardo Franco de Almeida Serra passaram a alertar as autoridades sobre a importância da navegação no rio Paraguai. Este último considerava o rio como uma porta aberta para o interior do Brasil, por serem muitos os seus afluentes, especialmente o Camapuã, que, era a “chave da defesa das capitanias de Mato Grosso, Goiás e São Paulo”¹⁷. Ainda, ao tomar conhecimento de que os espanhóis haviam iniciado, em 1792, a construção do forte Bourbon¹⁸, na margem ocidental do rio Paraguai, Almeida Serra alertou para a necessidade de um sistema defensivo, entre Albuquerque e a Baía Negra, que arrematasse de vez a consolidação da soberania lusa sobre essas águas¹⁹.

Nos últimos anos dos setecentos, os contatos amistosos ou litigiosos entre luso-brasileiros e espanhóis na região de fronteira tenderam a uma redução, motivada, sobretudo, pelo movimento de independência paraguaia. Porém, para além das mencionadas disputas territoriais entre luso-brasileiros e espanhóis, ocorreram também conflitos com os diferentes grupos indígenas que viviam na fronteira.

2. Os grupos indígenas da fronteira do Mato Grosso e Concepción

Os diferentes grupos indígenas que se estabeleceram ao longo do vale do rio Paraguai foram alvos dos interesses dos colonizadores espanhóis e luso-brasileiros, quando estes buscaram consolidar seus projetos de fixação e povoamento na região. Os grupos nômades e seminômades possuíam um amplo conhecimento dos rios e das áreas produtoras de folhas de erva-mate, localizadas na região

¹⁷ SERRA, Ricardo Franco de Almeida. Extrato da descrição da província de Mato Grosso. *Revista Trimestral de História e Geografia*, Rio de Janeiro, n. 21, p. 174-175, abr. 1844.

¹⁸ Segundo Ferraz “O governador Alós, da província do Paraguai, em 1792, fundou o forte de Bourbon, depois Olímpo, com vista a impedir aos luso-brasileiros a navegação até a capitania de Mato Grosso” (FERRAZ, Antônio Leôncio Pereira. Memórias sobre as fortificações de Mato Grosso. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 156, n. 8, p. 521, 1929). Ver também VIOLA, Alfredo. El Fuerte Olímpo: su origen y importancia geopolítica. Homenaje al Cincuentenario de la Defensa do Chaco. *Anuario del Instituto de Investigaciones Dr. José Gaspar Rodríguez de Francia, Asunción*, ano 4, p. 35-45, set. 1982.

¹⁹ SERRA. *Op. cit.*, p. 20.

pantaneira, o que lhes permitia inúmeras incursões e deslocamentos em vários pontos da região²⁰.

Esses grupos compartilhavam o espaço onde ocorriam os embates territoriais entre portugueses e espanhóis. Obrigados a se decidirem de que lado ficar, não lhes restava alternativa senão aderir ou resistir à dominação luso-brasileira ou à espanhola²¹.

O contato entre indígenas e portugueses ou espanhóis ocorreu de variadas formas: com algumas tribos, a luta foi contínua e, com outras, foram feitas alianças que permitiam que os colonizadores aumentassem suas tropas nas lutas contra os inimigos, sejam não-índios ou outros indígenas. Os índios aliados formaram, também, parte da mão-de-obra empregada, especialmente nas fazendas de gado e na extração da folha de erva-mate, pois conheciam muito bem a região.

A importância da presença dos indígenas para portugueses e espanhóis era tamanha na região que, muitas décadas depois, em 1848, o comandante do forte de Coimbra Ricardo Franco de Almeida Serra aconselhava que, ao se estabelecerem alianças ou outros tipos de contatos, se mantivesse um prudente equilíbrio nas relações com os indígenas. Sustentava que estes seriam “incapazes de abraçar solidamente o cristianismo, de manter-se de forma permanente em aldeias, de entregar-se à exaustão do trabalho forçado na agricultura, de conviver pacificamente nas sinceras alianças na comunidade portuguesa, se não abandonassem seus pérfidos princípios”²². Entendia-se por estes “pérfidos princípios” tudo aquilo que ia na contramão dos ensinamentos cristãos ocidentais, chegando Almeida Serra a propor, “inclusive, a destruição das culturas, dos povos indígenas, forçando-os a submeter-se a novos valores culturais e civilizados”²³.

²⁰ Os grupos indígenas localizados fora da região do Pantanal e do rio Cuiabá abaixo não serão aqui tratados, mesmo que tivessem mantido algum tipo de contato com os colonizadores, pois isso fugiria ao propósito desse trabalho.

²¹ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. p. 27.

²² SERRA, Ricardo de Almeida. Parecer sobre o aldeamento dos índios Payaguá e Guaycuru, com a descrição dos seus usos, religião e costumes. *Revista de História e Geografia do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Tomo 7, n. 33, p. 211-232, ago. 1843.

²³ JARDIM, Ricardo Gomes. Continuação do parecer sobre os índios Guaicuru e Guaná, etc. *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Tomo 6, n. 19, p. 369-370, 381 e 386, 1850.

Ao se observar a história dos contatos entre portugueses, espanhóis e índios nas regiões mato-grossenses e concepcionera, verifica-se que a população indígena diminuiu sensivelmente, sendo que poucos permaneciam no local já nos fins do século XIX. Na atualidade, constatando-se os minoritários grupos de sobreviventes ao processo de ocupação e extermínio, é quase impossível ter-se uma idéia do que significaram na época colonial.

A posse gradual de terras, a formação de fazendas, a utilização de mão-de-obra indígena e as distintas modalidades de exploração do trabalho implementadas permitiram o controle dos colonizadores europeus sobre os usos dos recursos básicos e sobre a produção da região. Essa transição, que trouxe consigo crescentes pressões sobre os índios, visando sua submissão em uma área de fronteira, provocou, ao mesmo tempo, o deslocamento dos nativos da zona portuguesa para a espanhola, ou vice-versa.

Um exemplo desse movimento são os grupos que se localizavam às margens do rio Paraguai e seus afluentes e que mantiveram contatos com os colonizadores²⁴. Entre eles, estão a dos Laiana e Terena²⁵ que, organizados em aldeias, viviam nas imediações dos rios Miranda e Aquidauana, no sul da capitania de Mato Grosso.

Esses índios foram, forçosamente, integrando-se aos não-índios que avançavam pelos seus domínios. A maior parte deles trabalhava nas fazendas de gado. Do lado paraguaio, em Vila Real de Concepción, os Terena estiveram assentados em Naranjaty, nas proximidades de Horqueta, até 1841. Seus cultivos se estendiam até o rio Aquidaban e competiam com os dos *criollos*, que os acusavam de roubo de mulheres e de gado, além de outros distúrbios²⁶.

²⁴ Neste ponto, convém esclarecer a convenção adotada no presente trabalho, quanto à grafia dos nomes de grupos. Segundo a antropóloga Joana Fernandes, a Associação Brasileira de Antropologia, reunida em 1953, estabeleceu algumas convenções que buscaram uniformizar os nomes dos grupos indígenas, que até então eram escritos de diversas formas. Convencionou-se também que os nomes das tribos indígenas devem ser escritos com letra maiúscula, não devem ser flexionados nem em gênero, nem em número (FERNANDES, Joana. *Índio – Esse nosso desconhecido*. Cuiabá: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso, 1993. p. 47).

²⁵ Mais sobre os Terena e Laiana ver OBERG, Kalervo. *The Terena and the Caduveo to Mato Grosso*. Washington: [s.n.], 1949.

²⁶ ARECES, Nidia R. *La frontera entre Mato Grosso y Concepción: de tierra de indios bárbaros a espacio militarizado y colonizado*. Rosário: Centro de Estudios sobre Diversidad y Consejo de Investigaciones de la Universidad Nacional de Rosario, 2006 (mineo.).

Dentre os povos que habitavam a região, os Paiaguá merecem destaque, por dois motivos: sua habilidade na navegação dos rios com suas canoas e a guerra contínua que travaram contra os colonizadores²⁷.

Os primeiros registros de que se dispõe sobre estes índios remontam ao início da conquista espanhola no rio Paraguai, no século XVI, quando eles controlavam a zona do Paraguai e os pantanais mato-grossenses. Segundo Corrêa Filho, em 1725, os Paiaguá atacaram e destruíram a monção de Diego de Souza, que tentava chegar a Cuiabá com vinte embarcações e 600 pessoas²⁸.

Entre os portugueses, havia uma preocupação intensa com as freqüentes investidas dos Paiaguá. Estes indígenas, para defenderem seus territórios, combatiam as monções, as fazendas, os mineiros e os viajantes, sendo que as autoridades coloniais luso-brasileiras e espanholas faziam, de forma periódica, expedições militares²⁹ contra eles. Em meados do século XIX, os Paiaguá habitavam o Chaco paraguaio, sendo sua extinção, no Brasil, atribuída à guerra que travaram contra os Guaicuru, em finais do XVIII³⁰.

Outro grupo, o dos Caiuá, era um dos que integravam as Missões do Guairá, localizadas ao sul da capitania de Mato Grosso. Após a destruição destas, estes índios se estabeleceram na zona compreendida entre os rios Miranda, Ivinhema, Iguaçu, Xeres, Paraná e Paraguai. Por serem “pacificados”, ressalte-se que os confrontos de colonizadores com os indígenas fizeram com que a “pacificação” fosse um verdadeiro eufemismo para extermínio³¹. Pois sofreram o contínuo ataque de outras tribos como os Paiaguá, Guaicuru, Terena e Laiana, que roubavam suas mulheres e crianças e destruíam suas aldeias.

²⁷ Ver mais em MOURA, Carlos Francisco. *A contribuição naval à formação territorial do extremo oeste* (Mato Grosso, Rondônia e Mato Grosso do Sul). Rio de Janeiro: [s.n.], 1986. Veja-se, também, DEL PRIORE, Mary; GOMES, Flávio (Org.). *Os senhores dos rios*. Amazônia, margens e histórias. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

²⁸ CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Várzea Grande: Fundação Júlio Campos, 1994.

²⁹ Eram expedições militares fluviais que visavam dar proteção aos monçoeiros contra os ataques ribeirinhos dos Paiaguá.

³⁰ MOUTINHO, Joaquim Ferreira. *Notícia sobre a província de Mato Grosso*: seguido de roteiro de viagem de sua capital a São Paulo. São Paulo: Tipografia Henrique Schroeder, 1869. p. 194.

³¹ Cf. CARVALHO, Silvia Schmuziger. Chaco: encruzilhada de povos e melting pot cultural: suas relações com a bacia do Paraná e sul mato-grossense. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 457.

Os Guaicuru ³² eram procedentes do Chaco Boreal, situado no sul da Bolívia, a oeste do Paraguai, norte da Argentina e oeste do Brasil, e ocuparam os locais anteriormente habitados pelos Paiaçu. Isto possibilitou uma mistura linguística, conforme constata Braustein:

Muchos datos parecen indicar que en el Chaco se han producido diversos y complejos fenómenos de contacto, interferencia y mezcla lingüística. Esto es altamente coherente con lo que sabemos sobre la organización social y la etnohistoria de los chaqueños³³.

Esses indígenas utilizaram o cavalo³⁴, o que permitiu que percorressem as terras compreendidas entre os rios Curuguati e Ipané-Guaçu (região rica em erva-mate), até o vale do Emboteteí, pelos campos de Vacaria³⁵. Depois dos portugueses serem atacados por eles, o capitão-general da capitania de Mato Grosso, João de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres (1789-1796), conseguiu, em 1791, fazer uma aliança. Este fato permitiu reduzir os ataques que os Guaicuru organizavam contra as fazendas estabelecidas no sul de Mato Grosso.

Os Caiapó constituíam numeroso grupo aldeado na capitania de Mato Grosso. Habitavam preferencialmente os terrenos entre os rios Paraná e Paranaíba e as cabeceiras do São Lourenço e do Taquari; poucos viviam nas margens do rio Piquiri e outros tantos se encontravam nas proximidades do porto do Paranaíba e na estrada que ia para a capitania de São Paulo.

³² Sobre estes índios o engenheiro português Luiz D'Alincourt faz uma descrição detalhada dos Guaicuru em sua obra *Resultado dos trabalhos e indagações estatísticas da província de Matto Grosso*. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 8, p. 39-142, 1880-1881. Para saber mais, a respeito dos primeiros contatos, ver CABEZA DE VACA, Alvar. *Naufrágios e comentários*. São Paulo: L&PM, 1987. p. 158.

³³ BRAUSTEIN, José A. Nuevos rumbos de la etnolingüística chaqueña. *Revista do Instituto de Ciencias Antropológicas*, Buenos Aires, p. 63-94, 1999.

³⁴ O cavalo foi introduzido na região platina pelos espanhóis da expedição de Pedro de Mendoza. A maioria dos grupos indígenas, ao verem estes animais serem montados, assustavam-se, e algumas, apavoradas, fugiam ou rendiam-se. O fato dos grupos indígenas charquenhos, terem conseguido domesticá-los e usá-los na luta contra os conquistadores, demonstra um processo inverso do que normalmente ocorreu entre índios e brancos. Sobre esse assunto, ver COSTA, Maria de Fátima. *História de um país inexistente: o Pantanal entre os séculos XVI e XVIII*. São Paulo: Kosmos, 1999. p. 50-51.

³⁵ A região recebe o nome de Campo da Vacaria, devido à existência de registro da presença de gado no sul de Mato Grosso, no ano de 1697; para mais detalhes, ver PROENÇA, M. Cavalcanti. *No termo de Cuiabá*. Rio de Janeiro: MEC/INL, 1958. p. 68-69.

Os colonos temiam os índios Caiapó, que segundo Barros “valendo-se das noites, queimava as casas e matava a gente, e assim ninguém se animava a lançar roças e viver em semelhante altura, salvo se fosse algum homem de poder e vivesse muito bem entrincheirado, e com bastantes armas”³⁶. Suas investidas faziam dos forasteiros e das monções seus alvos preferidos, pois eles os matavam e se apropriavam de todos os mantimentos provenientes da capitania de São Paulo. Várias expedições foram organizadas pelas autoridades portuguesas para contê-los e, desta forma, liberar as rotas fluviais que conduziam às minas do Cuiabá.

Havia, ainda, os Caduveo, que se localizavam perto do presídio de Miranda e nas margens do rio Paraguai, abaixo do forte de Coimbra. Eram tipicamente guerreiros e, quando atacavam outros indígenas, sempre capturavam prisioneiros para serem utilizados como escravos nas suas aldeias e culturas, além de os utilizarem como objetos de troca por cavalos e gado.

Do lado espanhol da fronteira, os Mbaíá³⁷ ocupavam uma grande extensão desde o Orinoco até o rio da Prata. Seu centro organizado mais importante localizava-se na província do Paraguai. Susnik analisa o “espírito belicoso” dos Mbaíá como uma categoria sócio-mental da violência, pois sua agressividade reveste-se de uma conduta cultural, cuja exaltação do vigor dos guerreiros garantia a sobrevivência do grupo. O que não impedia, também, sua facilidade de se adaptar aos espanhóis e aos portugueses, inclusive aos jesuítas, os quais organizaram missões na região do Itatins, por eles povoada³⁸.

Muitos outros grupos viviam em área fronteira, tais como os Guaná, vizinhos dos Paiguá e Porrudo, que dominavam o alto do rio São Lourenço, na bacia do rio Paraguai. Estes grupos resistiram à presença luso-brasileira, mas, aos poucos, foram integrados ao trabalho e passaram a fazer parte da mão-de-obra

³⁶ BARROS, Manuel de. Roteiro verdadeiro das minas do Cuiabá [...] com os dias da navegação e travessia, que se costumam fazer por mar (sic), e terra apud TAUNAY, Alfredo d'E. *Relatos monções*. São Paulo: Melhoramentos, 1988. p. 149-169.

³⁷ Segundo J. Labrador Sanches, a palavra *Mbayá* é da língua Guaraní e significa *esteira*. SAN-CHEZ, J. Labrador. *El Paraguay católico*. Buenos Aires: Imprenta de Coni y Hermanos, 1959. v. 1, p. 268. Acerca do assunto, consulte-se também HERBETS, Ana Lúcia. História dos Mbayá-Guaicuru – panorama geral. *Revista de História Fronteiras*, Campo Grande, v. 2, n. 4, p.39-76, jul./dez. 1998.

³⁸ SUSNIK, Branislava. *Los aborígenes del Paraguay: etnohistoria de los chaqueños*. Asunción: Museo Etnográfico Andrés Barbero, 1981. p. 9-10.

das fazendas da região. A princípio, estavam voltados fundamentalmente para atividades de carregamento e tripulação de canoas, serviços militares, lavoura e corte de lenha e, com o surgimento da pecuária no sul da capitania de Mato Grosso, passaram a ser maciçamente empregados nessa atividade³⁹.

As formas de territorialidade, ou o uso que os indígenas faziam das ocupações para assegurar sua sobrevivência e garantir sua reprodução material e simbólica, chocaram-se com os interesses dos fazendeiros e escravistas, no caso luso-brasileiro, e com o dos ervateiros e pequenos povoados, com relação aos espanhóis⁴⁰. As situações conflituosas se produziam preferencialmente em espaços de importância para os colonizadores, tais como as proximidades das vilas, os campos de Iguapós, Miranda, Albuquerque e Coimbra, bem como a região entre os fortes de Curuzu, San Carlos, Apa, Bourbon e Baluarte de Itá-Ibaité.

Convém lembrar que essas disputas territoriais já vinham ocorrendo entre os diferentes grupos que viviam na região. Isso, de certa forma, contribuiu para facilitar, aos não-índios, a constituição de diferentes alianças.

No desenvolvimento deste item, explicamos como e porque a expansão colonizadora foi colocando em xeque a organização indígena. Advertimos que as pressões sobre os indígenas exerceram-se de acordo com as modalidades surgidas nas proximidades, como: as expedições punitivas e as ações defensivas. Além disso, os ervais, o gado e a terra envolveram não-índios nas relações de alteridade, não havendo, para os protagonistas, outra opção que não fosse escolher entre um ajuste pacífico ou a guerra. Considere-se, por fim, a existência de uma franja intermediária na fronteira que era ultrapassada continuamente pelos nativos⁴¹.

É justamente nessa franja intermediária que os nativos são “aceitos” no universo crioulo, seja pelas visitas diplomáticas, de trocas e relações mercantis, prestação temporária de trabalho em fazendas, ou livre instalação nas vilas e

³⁹ Ver BARTOLEMÉ, Miguel Alberto. Los Guaná y sus jefes. *Revista Suplemento Antropológico*, Asunción, v. 4, n. 2, p. 161-184, 1969.

⁴⁰ ARECES, Nidia R. *Estado y frontera en el Paraguay: concepción durante el gobierno del Dr. Francia*. Asunción: Litocolor, 2007. p. 68.

⁴¹ Cf. FERNANDES, Florestan. *A Organização social dos Tupinambás*. São Paulo: Hucitec, 1989.

povoados. Cada uma destas vias de contato proporcionava aos índios ampliação de seus conhecimentos na sociedade branca. As negociações diplomáticas que se davam procuravam ocultar as estratégias políticas, com as quais cada um procurava tirar maior benefício. A curto prazo, os indígenas obtiveram favores dentro do esquema da reciprocidade e para os brancos a garantia de uma trégua ou paz duradoura, no marco da legalidade do Estado paraguaio. Em particular, essas trocas revelaram o grau de intimidade e laços diretos que uniam os indígenas com os povoadores na fronteira.

Constatamos, assim, um fenômeno cultural que vinculava aos crioulos, os mestiços e índios. Observamos os grupos indígenas divididos entre a colaboração com os não-índios e a resistência, a negociação e o conflito. Não obstante, em nenhum momento, esses povos lograram coordenar decisões ao nível do conjunto étnico, pelo contrário, quando as invasões ocorreram em repetidas ocasiões, muitas eram denunciadas pelas próprias tribos não envolvidas nessas negociações.

Verificamos, todavia, outra maneira de vinculação, neste caso violenta: a guerra não formal. Com a recolonização, aumentaram os choques e as guerras interétnicas de diferentes grupos indígenas que tiveram a saída na aculturação, na redução de povos indígenas ou na migração forçada para outros territórios.

Sendo assim, no final do século XVIII, frente às pressões colonialistas, muitos grupos nativos deslocaram-se e dispersaram-se, integrando-se a outros grupos. Houve, ainda, hostilidade na forma de saques às propriedades ou ataque às caravanas de ervateiros. A existência de variadas alternativas indicava, temporariamente, um mútuo fracasso nas tentativas de aniquilação do adversário, ocasionando a perda gradual da capacidade de resposta indígena, quando os governos centrais e as forças regionais mantinham na fronteira uma política oscilante entre o enfrentamento e a negociação, com o objetivo último de eliminar os indígenas.

3. O comércio como agente de contatos entre luso-brasileiros e espanhóis

O terceiro item privilegia a atividade comercial que se desenvolveu ao longo do rio Paraguai e seus afluentes, a qual proporcionou diferentes formas de

contato entre luso-brasileiros, índios e espanhóis na fase final da colonização. Com destaque a prematura e sempre crescente vinculação comercial da região sul das capitanias Gerais de Cuiabá e Mato Grosso com outras do Brasil, como São Paulo, Goiás e Minas Gerais.

A atividade comercial foi outro fator que propiciou a ocupação do espaço junto ao rio Paraguai, tanto por portugueses quanto por espanhóis. O comércio de variados artigos em troca do ouro mato-grossense e da prata de Potosí permitiu que ali se estabelecesse uma prática tanto de contrabando, a princípio bastante combatida pelas duas Coroas, como de um comércio legal que, gradativamente, foi se fazendo presente na região.

Já por volta de 1744, tem-se notícia da prática do comércio ilegal no vale do rio Paraguai. Segundo os registros das Minas do Cuiabá, foi nesta localidade que se organizou “uma maloca de gente boa com muitas fazendas, que, a pretexto de fazer guerra ao Payaguá, pretendia ir à Assunção a fazer negócio”⁴². Os habitantes dos dois lados da fronteira viam-se, por sua situação desfavorável, compelidos a se buscarem mutuamente, a procurarem canais de comércio, gerando um intercâmbio que se tornaria, mais tarde, do interesse da Coroa portuguesa. Como assinala Volpato, essa ação,

Visava a introduzir nas colônias espanholas os mais variados produtos, tendo as fortalezas como ponto de apoio. Desenvolveu-se na fronteira, assim, uma teia de interesses comerciais: manufaturas e escravos por prata, gado vacum, cavalos, mular e gêneros de abastecimento por ouro, que constituíam o principal do fluxo⁴³.

Conforme observou Lenharo, as atividades de comércio ilícito não se estabeleciam numa só direção; ao contrário, se elas visavam carrear a prata dos domínios espanhóis, o ouro mato-grossense era cobiçado pelas povoações espanholas⁴⁴. Se esse comércio fronteiriço proporcionou acumulação da economia mercantil metro-

⁴² SÁ, Joseph Barbosa de. *Relação das povoações do Cuyabá e Matto-Grosso de seus principios até os presentes tempos*. Cuiabá: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso, 1975. p. 43.

⁴³ VOLPATO, Luíza Rios Ricci. *A conquista da terra no universo da pobreza: formação da fronteira oeste do Brasil, 1719-1819*. São Paulo: Hucitec, 1987. p. 58, 60-61.

⁴⁴ LENHARO, Alcir. *Crise e mudança na frente oeste de colonização: o comércio colonial de Mato Grosso no contexto da mineração*. Cuiabá: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso, 1982. p. 37.

politana, algum excedente também ficou na capitania mato-grossense, retido pelos comerciantes locais e proprietários de lavras. Como decorrência dos lucros obtidos na atividade mineradora, a agricultura e a pecuária puderam surgir na economia mercantil regional.

Tais transações mercantis envolveram diferentes espécies de produtos, como o ouro, a prata, o diamante e o escravo, contribuindo, dessa maneira, para o reordenamento do conjunto das forças produtivas da região mineradora. Propiciou-se, assim, que os comerciantes acumulassem capital suficiente para que, com o lucro obtido nessas transações, independentemente do declínio da mineração, pudessem investir em terras, gado, engenhos e escravaria na capitania. Dessa forma, ampliaram-se os interesses na permanência desses comerciantes em terras do Mato Grosso.

É importante ressaltar que o intercâmbio entre luso-brasileiros e espanhóis não se desenvolveu apenas através do comércio ilícito. A circulação legal de mercadorias diversas, procedentes do litoral brasileiro, foi valorizada em todo o vale do rio Paraguai. O contrabando e o comércio legal motivaram a preocupação dos governantes com a construção de uma infra-estrutura mínima que permitisse a continuidade desse fluxo mercantil, bem como com a edificação de fortificações que, além da função militar, favorecessem a produção de alimentos para o abastecimento da capitania, possibilitando, portanto, a fixação de novos povoadamentos na região⁴⁵.

E ainda, a instalação de praças e postos comerciais, desde o final do século XVIII, possibilitou a expansão do território luso em direção ao vale do rio Paraguai e sua ocupação prolongavam-se pelo lado espanhol (Paraguai), de áreas que iam desde Assunção passando por Curuguati⁴⁶, até as porções setentrionais do Mato Grosso. Eles permitiram o comércio entre os dois domínios. Tal comércio, embora em mínima escala, concentrava-se na compra, por parte dos luso-brasi-

⁴⁵ No dicionário da língua portuguesa, “contrabando” designa introdução clandestina de mercadorias que estão sujeitas a cobrança de direitos a favor do tesouro público; mercadoria introduzida fraudulentamente; ação ilícita praticada clandestinamente ou comércio proibido (FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário básico Aurélio da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988. p. 374).

⁴⁶ Povoação paraguaia estabelecida, em 1715, era forte produtora de erva-mate e do comércio de compra e venda de muas e cavalos.

leiros, de cavalos, bestas e gado bovino fornecidos pelos hispano-americanos, em troca, forneciam-se aos espanhóis artigos manufaturados, ferrarias, etc⁴⁷.

Estas praças e postos, como o de Iguatemi, não eram necessariamente apenas militares, constituíam núcleos importantes para o sistema de relações de trocas comerciais e para o contrabando, envolvendo espanhóis e luso-brasileiros. Serão justamente nesses micro-espacos que se darão estas atividades, muitas das quais tendo o consentimento dos comandantes e praticadas por toda população fronteiriça. Fazendeiros e militares vendiam, clandestinamente, gados e mulas, muitas vezes com a intermediação dos indígenas.

Tendo em vista esse comércio entre lusos e espanhóis, Vila Real de Concepción, aos poucos, foi abandonando o seu antigo propósito de posto militar de defesa do território castelhano. Inicialmente, deu lugar a estâncias⁴⁸ e converteu-se, depois, num pequeno povoado dedicado a atividades comerciais lícitas e ilícitas, próprias de fronteira. No final do século XVIII e no início do XIX, com os acirramentos dos antagonismos entre Buenos Aires e Assunção, foi notório o relaxamento com a sua defesa.

Ainda em relação ao redimensionamento dos espaços das fronteiras, proveniente do comércio entre luso-brasileiros e espanhóis, com o advento da mineração, ocorrida em meados dos setecentos, migraram, para o sul da capitania de Mato Grosso, mineradores e monçoeiros oriundos do litoral brasileiro. Estes se utilizavam das monções⁴⁹ para abastecerem as vilas e povoados com diferentes artigos

⁴⁷ SOUZA, Cândido Xavier de Almeida e. Descrição diária dos progressos da expedição destinada da Capitania de São Paulo para as fronteiras do Paraguai, em 9 de outubro de 1800. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 202, p. 3-132, jan./mar. 1949.

⁴⁸ Jean Borde e Mário Gongora explica que o termo “Estância” surgiu no século XVII aos grandes domínios e foi substituído no século seguinte para “Hacienda”. É uma troca que coincide com a transição da economia rioplatense de pastoril do século XVII a agropecuária do XVIII. Mas se tem empregado indistintamente os dois termos para a criação bovina, durante todo o século XIX (BORDE, Jean; GONGORA, Mário. *Evolucion de la propiedad rural en el Valle del Puangé*. Santiago do Chile: [s.n.], 1956. p. 58 apud PAOLI, Juan Bautista Rivarola. *La economía colonial*. Asunción: Litocolor, 1986. p. 382).

⁴⁹ O vocábulo “monção”, segundo Antenor Nascentes, é de origem árabe. O termo *mausian* era usado na linguagem dos marítimos como tempo favorável para a viagem às Índias, devido ao vento que sopra-va do oeste. Seu uso generalizou-se entre os navegadores lusitanos durante suas incursões ao Oriente. O *Novo dicionário da língua portuguesa* de Aurélio Buarque de Holanda traz, além dos sentidos etimo-

como: sal, azeite, ferramentas, tecidos, armas etc. O comércio monçoeiro sul partia do interior paulista em Porto Feliz (antiga Ararituaba) para Cuiabá⁵⁰.

Conforme demonstrado na figura 1 acima, no trajeto monçoeiro sul compreende as áreas banhadas pelos rios Tietê, Paraná, Paraguai, Coxim, Taquari, São Lourenço e Cuiabá.

Os conhecimentos fluviais da época já permitiam a utilização de uma grande multiplicidade de rios. Dos afluentes do Paraná, pelo lado da capitania de São Paulo, podia utilizar-se tanto o Tietê como o Paranapanema; entre os afluentes do Mato Grosso, tinha-se o Sucuriú, o Verde, o Pardo (e seu formador Anhanduiguaçu), o Ivinhema e seus formadores (Vacaria e Brilhante). Entre os afluentes orientais do rio Paraguai, podia-se escolher o Miranda, o Aquidauana, o Taquari ou mesmo o São Lourenço.

Em todos os caminhos, contudo, havia que percorrer por terra trechos mais ou menos extensos: eram os chamados varadouros. Tratava-se de pequenos refúgios que permitiam percorrer um trecho da rota por terra, para se alcançar outro afluente ou subafluente de um rio; essas passagens serviam também para despistar os ataques indígenas ou na busca de percursos menores para se alcançar a Vila de Cuiabá.

Isso se deve ao fato de que, em Mato Grosso, coexistem dois tipos de formações: a de planalto, que compreende parte da bacia sedimentar do rio Paraná e a de planície, no vale do rio Paraguai: elas são separadas pela serra do Maracaju, que corta a região quase ao meio, no sentido norte-sul, e muda de nome, ao sul, nas cabeceiras do rio Apa, para serra do Amanbahi, já em território paraguaio.

lógicos e gerais do termo, a sua conotação histórica, própria do Brasil, referindo-se às “expedições que desciam e subiam rios das capitanias de São Paulo e Mato Grosso, nos séculos XVIII e XIX, pondo-as em comunicação”. (HOLANDA, Aurélio Buarque de. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1955. p. 1.525).

⁵⁰ AYALA, S. Cardoso; SIMON, F. (Org.). *Álbum Graphico do Estado de Matto-Grosso*. Corumbá: Hamburgo, 1914. p. 258. Conforme, SUDÁRIO, Julio da Silveira. Ararituaba e o seu primeiro Capitão-Mor. *Revista Arquivo Municipal de São Paulo*, São Paulo, ano 6, v. 70, afirma que: “o nome de Porto Feliz veio com a Vila em 20 de dezembro de 1797 [...]. Grande foi o prestígio de Porto Feliz no tempo das monções. Da florescente vila partiu a maioria das expedições. [...] seu declínio ocorreu quando as descidas passaram a ser feitas de Piracicaba. Golpe de morte receberam as monções históricas quando se abriram as comunicações pelos rios Paraguai e Paraná, feitas a vapor. Praticamente a comunicação fluvial em Porto Feliz não existia em 1838” (p. 60).

Albuquerque: revista de História, Campo Grande, MS, v. 2 n. 4 p. 11-35, jul./dez. 2010

Dentre os varadouros, o mais curto era o que se apresentava entre o rio Pardo e o Coxim (formador, este, do Taquari), passando pelo ribeirão chamado Camapuã, que deu origem, na década de 1720, à fazenda de Camapuã na capitania de Mato Grosso. Segundo Amorim

A mesma época da fundação de Camapuã, os monçoeiros sentiam a necessidade de criar um arraial no pouso próximo à desembocadura do Coxim com o Taquari e que, nesse fator, esteja a gênese de um efêmero povoamento liderado por João de Araújo Cabral⁵¹.

Cabe acrescentar que o fluxo migratório proporcionado por essas rotas monçoeiras para a capitania de Mato Grosso permitiu o comércio de diferentes artigos na área mineradora e colocou esta em comunicação com as capitanias vizinhas de Goiás e Minas Gerais. Muitas dessas mercadorias eram, em alguns trechos internos, transportadas em vias terrestres, em carros de boi⁵². Como assinala Lenharo, foi só após a extinção das monções do norte⁵³, em 1778, que “essas vias terrestres puderam se firmar no intercâmbio da capitania mato-grossense com o litoral brasileiro”⁵⁴. Essas “estradas”, abertas desde 1736-1737, ligavam a capitania de Mato Grosso à de Goiás e, daí, às de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Elas contribuíram para a formação do mercado interno e para a utilização dos muares como meio essencial de transporte no sul de Mato Grosso.

⁵¹ AMORIM, Marcos Lourenço de. *O segundo eldorado brasileiro. navegação fluvial e sociedade no território do ouro: de Ararituaba a Cuiabá (1719-1838)*. 2004. p. 173. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Dourados, 2004.

⁵² Na década de 1750, “as mercadorias que vinham do litoral brasileiro para a capitania mato-grossense eram transportadas em carretas puxadas por bois, conforme testemunhou o capitão-general Antônio Rolim de Moura em 1750”. SILVA, Hermano Ribeiro. *Garimpeiros de Mato Grosso: viagens ao sul do Estado e ao lendário rio das Garças*. São Paulo: J. Fagundes, 1936. p. 84.

⁵³ A expressão “monções do norte” é tida, por muitos autores, como desconhecida, uma vez que se tem reconhecido apenas as monções cuiabanas; de acordo com GOES FILHO, Synésio Sampaio. *Navegantes, bandeirantes, diplomatas*. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p.158, aquelas monções teriam durado menos que as cuiabanas, porém, declinando juntas no século XIX. Veja-se, ainda, DAVIDSON, M. David. How the Brazilian West was won: freelance and state on the Mato Grosso frontier, 1732-1756. In: Alden, Dauril (Ed.). *Colonial roots of modern Brazil*. Berkeley: University of California Press, 1973. p. 18 e SILVA, Jovam Vilela da. *Mato Grosso - mistura de cores: política de povoamento e população na capitania de Mato Grosso - século XVIII*. Cuiabá: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso, 1995. p. 40.

⁵⁴ LENHARO, Alcir. *Op. Cit.*, p. 20 e ss.

Todavia, mesmo com a abertura dessas vias terrestres, ainda eram mais viável o transporte fluvial. Grande parte do lucro conseguido pelos monçoeiros durante suas jornadas nas Minas do Cuiabá era gasto na compra de alimentos para a “torna-viagem”, isto é, para o retorno ao litoral. Esses alimentos eram produzidos com a agricultura temporária ou de subsistência, praticada, em parte, pelos próprios mineradores e pelos comerciantes locais. De acordo com Taunay, em seus *Relatos*⁵⁵, esses produtos tinham preços muito acima dos cobrados pelos monçoeiros em outros trechos de seus percursos. Isso propiciava a permanência de moedas na própria capitania, pois os alimentos consumidos em Mato Grosso eram pagos em ouro o que, por sua vez, gerava elevado custo de vida na capitania no final dos setecentos.

Porém, os monçoeiros não tinham muito a reclamar, pois já seus preços eram também bastante elevados. Argumentavam, em defesa dos valores cobrados que, além das já conhecidas razões como riscos, distâncias e custos, os fretes, taxas e impostos aduaneiros também provocavam o aumento nos preços dos seus produtos. É assim que, em 1745, um alqueire de sal embarcado custava, na capitania do Rio de Janeiro, 3\$500 e, em Cuiabá, 30\$440⁵⁶. Grandes diferenças também se verificavam nas demais mercadorias consumidas na capitania de Mato Grosso, o que recompensava, em parte, toda a aventura de travessia pelo sertão adentro.

Além disso, tais preços diferenciados eram praticados mesmo no interior da capitania. A título de comparação, pode-se observar os casos da Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá (sul) e da Vila Bela da Santíssima Trindade (oeste): O capitão-general Antônio Rolim de Moura Tavares, em 1755, chegou a denunciar essas diferenças intra-regionais às autoridades da Colônia, quando escreveu que:

Uma carga de três arrobas de sal vindas do Rio de Janeiro chegava a Vila Bela a um preço de dezessete oitavas; (sendo uma oitava equivalente a 3,6 gramas de ouro), em Cuiabá se pagava a metade pela mesma carga, enquanto nessa cidade por uma alavanca se pagava duas oitavas, em Vila Bela não saia por menos de cinco oitavas. Uma libra de pólvora custava meia oitava em Cuiabá

⁵⁵ TAUNAY, Afonso d'E. *Relatos Monçoeiros*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. p. 32.

⁵⁶ CORREA FILHO, Virgílio. *Op. cit.*, p. 276.

e duas e meia a três oitavas em Cuiabá. Preço de uma libra de aço era de meia pataca de ouro em Cuiabá e chegava a doze em Vila Bela e um barril de açúcar valia nove oitavas em Cuiabá e vinte e quatro em Vila Bela⁵⁷.

O comércio no interior da província cresceu nas últimas décadas dos setecentos, com a produção de alimentos como: carne, peixe, farinha de mandioca, arroz, feijão, milho, açúcar, aguardente e rapadura, produção esta realizada em sítios e fazendas da capitania de Mato Grosso. Foi a partir dessa época que muitos mineradores, devido ao decréscimo da produção aurífera, solicitaram sesmarias (correspondentes a três mil braças de terras) e transferiram seu capital, sua mão-de-obra escrava e bens materiais para a agropecuária. Na época, este deslocamento encontrou testemunhos como o que se segue:

Estão as minas cansadas; os seus jornais já não cobrem as despesas do ferro, aço, alimento e vestuário dos escravos, e por isso o mineiro já desesperado se passa a lavrador ou criador de gado, ou erige um engenho de aguardente e açucares, lamentava-se em 1802, o cuiabano João Manoel de Siqueira⁵⁸.

Essa transferência de capital para atividade agrícola e a introdução de produtos regionais no mercado da capitania permitiram considerável queda nos preços dos alimentos consumidos neste período. Só para exemplificar, “em 1754 uma libra de carne estava a setenta réis, já para o ano de 1778, a mesma libra de carne custava trinta e cinco réis”⁵⁹.

Diante disso, evidencia-se que o comércio monçoeiro inseriu a produção mineira da capitania mato-grossense no mercado interno luso-brasileiro e proporcionou a circulação de pessoas e mercadorias manufaturadas vindas do litoral para o interior da mesma, durante as últimas décadas do século XVIII.

Essa abordagem de questões econômicas advindas do ouro e do movimento monçoeiro, portanto, contesta a abordagem oficial do tema, a qual explica o atra-

⁵⁷ *Idem*, p. 325.

⁵⁸ ROSA, Carlos. *O processo de independência em Mato Grosso e a hegemonia cuiabana*. Cuiabá: SEDUC, 1976. p. 13-14.

⁵⁹ ARRUDA, Elmar Figueiredo de. *Formação do mercado interno em Mato Grosso: século XVIII*. 1987. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1987. p. 90.

so da capitania com base na tese do “isolamento” econômico, do distanciamento de Mato Grosso em relação aos centros decisórios do país.

Procuramos demonstrar, neste texto que as idéias de isolamento, estagnação econômica e economia exclusivamente de subsistência em relação a Mato Grosso não tinham fundamentos. Acreditando que, apesar do forte impacto sofrido na economia com o declínio da mineração, Mato Grosso conseguiu reagir e levar adiante uma reorganização nas atividades econômicas que já vinham se desenvolvendo: a pecuária, a agricultura, as atividades mineradoras e o comércio intra-regional, inter-regional e internacional.

Curumaiá: uma povoação no caminho de Xerez

Paulo Cezar Vargas Freire*

Curumiaí foi um *pueblo* colonial espanhol, formado por indígenas *guaranis*. Fundado no último quarto do século XVI pelos franciscanos, durou apenas meio século. Sua localização ainda é desconhecida. No século XVIII foram realizadas várias expedições de reconhecimento dos campos de Xerez, a mando dos governadores do Paraguai, que descreveram os caminhos que passavam pelo antigo sítio de Curumiaí. Os caminhos antigos foram tomados então como referências para sua localização.

Palavras-chave: Curumiaí – Caminho de Xerez – Caminhos pré-coloniais.

Curumiaí was a colonial Spanish pueblo, formed by indigenous Guaraní. Founded in the last quarter of the 16th century by the Franciscans, lasted only half a century. Its location is still unknown. In the 18th century were conducted several field recognition expeditions of Xerez, at the behest of the Governors of Paraguay, which described the paths that flashed by former Curumiaí site. The old paths were taken as references to your location.

Key words: Curumiaí – Xerez path – pre-colonial paths.

Introdução

Este artigo nasceu de uma extensa pesquisa que vem sendo realizada com o objetivo de estudar a dinâmica da atividade ervateira na região da fronteira seca entre o Brasil e o Paraguai. Parte da pesquisa é objeto da dissertação (Mestrado em História Social) na Universidade de Brasília, a ser concluída em 2011, com o tema *Mbo-roviré: erva mate na fronteira Brasil-Paraguai*.

A povoação de *Curumiaí* foi fundada pelos franciscanos na década de 1580. Foi um *pueblo de indios*¹ encomendados aos espanhóis. Pouco mencionada até pela historiografia paraguaia, sua localização ainda é desconhecida. As coordenadas geográficas

* Arquiteto e pesquisador, membro do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul e mestrando em História Social na Universidade de Brasília. E-mail: pcvfreire@gmail.com.

¹ São citadas neste artigo as parciaisidades *pinchumia* e *conumyais*.

publicadas por Felix de Azara no quarto final do século XVIII, mesmo corrigidas², não têm sido suficientes para sua localização e remetem a outro local. Também não foi nomeada em nenhum mapa colonial. As transmigrações³ das populações coloniais foram acentuadas nesta região⁴. Os novos sítios recebiam os nomes de origem. Algumas vezes, a população de duas ou três povoações foi agregada a outra já existente, ou formou uma nova. Em alguns casos, ainda, os sítios antigos foram reaproveitados para a fundação de outras povoações. Esta sucessão de mudanças de local e de nome dificulta a compreensão dos acontecimentos.

Este artigo é uma contribuição para a localização do sítio da povoação de *Curumiaí*. Alguns documentos comprovam sua existência, como a Carta Anua⁵ de 1613, mas não são detalhados. Também não há fontes conclusivas para afirmar que ela já estava despovoada ou não, quando os bandeirantes destruíram as povoações da região pela primeira vez. Mais especificamente, o objetivo deste artigo é analisar a importância de considerar os caminhos pré-coloniais como um dos elementos para compreender a sucessão de deslocamentos (ou dos *despoblamientos*⁶) das *távas* (aldeias), dos *pueblos* (de índios ou de espanhóis) ou das villas nesta região. Partindo das proposições que as escolhas dos locais de moradia, nesta parte da América do Sul, estão imbricadas com os traçados dos ca-

² Conforme a nota da *tabla de los pueblos de indios formados por los conquistadores*: às longitudes que partem de Paris deverão ser acrescentadas aproximadamente 2° 30' para coincidir com a longitude a Oeste de Greenwich, pela convenção de 1884. As coordenadas geográficas de *Curumiaí*, segundo Azara, eram as seguintes: 23°00'00" S e 57°10'00" L (AZARA, Felix de. *Descripción e Historia del Paraguay y del Río de la Plata*. Buenos Aires: Babel, anexo 2, (1806) 1945. Disponível em: <http://www.bvp.org.py/> Acessado em: 15 ago. 2010). Com a correção e de acordo com a *Carta do Estado de Mato Grosso e regiões circunvizinhas*, de 1952, organizado sob a direção do general Cândido Mariano da Silva Rondon, estas coordenadas estavam próximas de Porto Felicidade, no rio Amambai.

³ Este termo significava a migração de toda a população para outro sítio. Não tem, portanto, o significado de migração transnacional.

⁴ *Villa Rica del Espiritu Santo* é o caso mais extremo, transmigrou por oito sítios diferentes: 1. no rio Piqueri, em 1576; 2. *Curahiberá*, junto al rio *Ivahy*, em 1589; 3. dez léguas mais ao Oriente e 30 do Paraná, na confluência dos rios *Ivahy* e *Curubati*, em 1594; 4. *Tupaitá*, em 1631; 5. *Terecañy*, em 1634; 6. *Curuguay*, em 1635; 7. *Caaguazú*, em 1676; 8. *Yvytyruzu*, em 1680.

⁵ TORRES, Diego de. Carta Anua de Febrero de 1613. In: *Documentos para la Historia Argentina*. Iglesia: Cartas Anuas de la Provincia del Paraguay, Chile y Tucumán, de la Compañía de Jesús, (1609-1614). Buenos Aires: Facultad de Filosofia y Letras, t. XIX, p.145-263, 1927.

⁶ Termo em espanhol que especifica ao mesmo tempo deslocamento da população e despovoamento do lugar.

minhos pré-coloniais; e que durante os séculos XVI e XVII foram utilizados nos deslocamentos com igual ou maior constância que as vias fluviais; neste artigo será verificada, então, a localização do sítio de *Curumiaí* a partir dos caminhos descritos nos relatos do século XVIII. Na obra *Futuro Passado*, Koselleck foi preciso ao explicar a necessidade de uma teoria da história *possível* para abarcar a historicidade que se encontra nos testemunhos:

“Devemos dar um passo além, abandonando assim a chamada história dos eventos para voltar o olhar para transcurso, estruturas e processos de mais longo prazo... E, se um historiador parte do princípio de que as determinantes de um evento interessam-no tanto quanto o evento em si, faz-se necessário transcender os testemunhos singulares do passado. Pois todo testemunho, seja escrito ou em forma de imagem, permanece associado às circunstâncias, e o excesso de informações que pode conter não é suficiente para abarcar a historicidade que atravessa em diagonal todos os testemunhos do passado”⁷.

Pela insuficiência de testemunhos da época para identificar a localização de *Curumiaí*, foram aproveitados relatos disponíveis e dispersos por um tempo mais abrangente. Trechos de diários que descrevem o trajeto percorrido de Curuguaty a Santiago de Xerez. Assim, os caminhos foram utilizados para compreender a construção do espaço social e poderão vir a explicar a sucessão de deslocamentos. Esta fronteira foi habitada por populações que deixaram vestígios materiais que confirmam ocupação superior a onze mil anos⁸, comprovada por pesquisas arqueológicas e evidenciada pelas inscrições rupestres, de *Tradição Geométrica*⁹. Este território foi bastante percorrido e habitado até o século XVII, quando houve intensa migração da população guarani para o sul do Paraguai¹⁰, resulta-

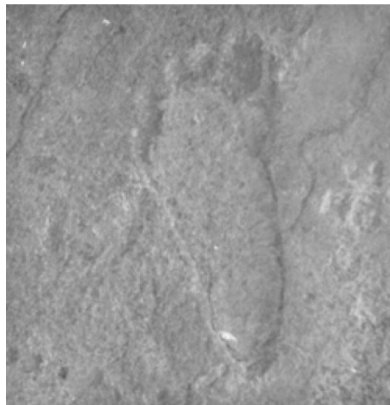
⁷ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, pp. 186-188, 2006.

⁸ KASHIMOTO, Emília Mariko e MARTINS, Gilson Rodolfo. *Arqueologia e Paleoambiente do Rio Paraná em Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: Life, p. 11, 2009.

⁹ Tradições Rupestres e Tradições Culturais recebem denominações diferentes. Tradição se refere a um “grupo de elementos ou técnicas com persistência cultural”. No entanto, estas definições da cultura material não servem para classificar ou mesmo identificar grupos humanos, mas somente para entender as técnicas e os conjuntos de implementos. (CHMYZ, Igor. Terminologia arqueológica brasileira para a cerâmica. *Cadernos de Arqueologia. Paranaguá*: Museu de Arqueologia e Artes Populares, v. 1, p. 119-148, 1976).

¹⁰ A partir dos ataques dos bandeirantes a *Guayrá*, intensificou-se a reestruturação das povoações espanholas e indígenas ao norte do Paraguai. Após cada ataque, ou da notícia de aproximação dos bandeirantes, novas povoações eram formadas com os indígenas remanescentes.

do de conflitos envolvendo espanhóis, portugueses, indígenas e religiosos. Isto gerou um decréscimo populacional na região, acentuado pelo domínio posterior dos *mbayás*. Os caminhos pré-coloniais desta região são, nesta circunstância, fontes acessíveis e disponíveis para algumas das respostas requeridas.



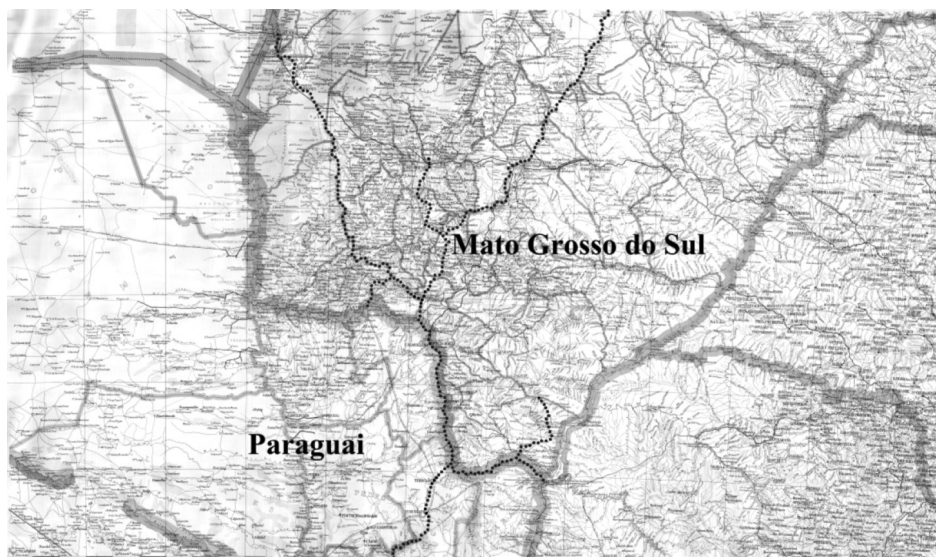
Inscrições rupestres. Pisada em *Plata Rupa* e Inscrições de Tradição Geométrica em *Cerro Marangatu* (Antonio João, MS). Fotografias do autor. 2007.

Caminhos antigos

Os caminhos pré-coloniais seguiam a lógica dos caminhantes. Os mirantes eram muito valorizados, assim como o acesso a água potável e a disponibilidade de comida. O percurso escolhido era o mais curto e seguro. A introdução de cavalos e mulas pelos conquistadores criou a possibilidade de abrir novos caminhos. O transporte da erva mate dependeu então de *arrias* (tropas de mulas de carga) e do transporte fluvial, até ser viabilizado o transporte em carretas de bois. Apesar do conjunto de rios navegáveis serem utilizados desde o início da conquista, os deslocamentos por terra sempre rivalizaram com a navegação¹¹. O

¹¹ “Según parece los conquistadores ignoraban el camino que hoy se transita por la costa del Río Paraguay desde Mandubirá à la Concepción; y para ir á los pueblos del Río Ypané tocaban en la Villarica ó el sitio donde hoy está Curuguay, y desde allí marchaban á dichos pueblos por un camino que hoy ignoramos, y es el que siguieron en su fuga los pueblos de Atyrá, Ypané y Guarambaré. El camino llevó sin duda el menciondo Pedro Hurtado y llegó al Pueblo de Xexuy que creo estuvo en la actual dehesa ó estancia de don Josef Casal situada al Norte del Paso de Lima en el Río Xexuy. Por lo menos en un bosque de ella se ven vestigios de Pueblo, y creo que sea el de Xexuy, cuyos indios como poco civilizados es probable que se introdujesen en los bosques cuando

croqui a seguir é uma proposição do autor para os caminhos antigos desta região, considerando as informações referidas. O conhecimento histórico é sempre mais do que aquilo que se encontra nas fontes, como ensina Koselleck. “Uma fonte pode existir previamente ao início da investigação ou ser descoberta por ela. Mas ela também pode não existir mais. Assim, o historiador vê-se na necessidade de arriscar proposições... A ciência histórica vê-se obrigada a interrogar suas fontes, para deparar-se com a constelação de eventos que se situam para além delas...”¹². Por essa razão foi decidido explicitar em um o traçado de caminhos



Croqui com o traçado dos *caminhos antigos* propostos pelo autor. Foi utilizada como base a *Carta do Estado de Mato Grosso e regiões circunvizinhas* (RONDON, Candido Mariano da Silva, 1952). Fontes: *L' Amerique Meridionale*, 1700 (DELISLE, Guillaume de. Paris: Chéz l'Autheur); Carta da Provincia de Matto Grosso, 1880 (PIMENTA BUENO, Francisco Antonio. B.N.R.J.); mapa Fundaciones en el Itatin (1631-1669) (HERNÁDEZ, Pablo. Organización social de las doctrinas guaraníes de la Compañía de Jesús. Barcelona: Gustavo Gili. v. I. p. 12, 1913); mapa *Mato Grosso*, 1788, (coleção de Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, Casa de Insua, Viseu, Portugal).

se retiraron dichos tres pueblos y los españoles de aquellos parajes por no volver hasta los dias de do Augustin de Pinedo. Hoy existen estos indios en los mismos bosques con los nombres de Caaygua ó Montesinos sin que nos conste que este pueblo fuese atacado, ni transmigrado” (AZARA, Felix de. *Geografia, física y esférica de las provincias del Paraguay y Misiones Guaraníes* ontevideo: Anales del Museo Nacional, pp. 55-56, (1740) 1904).

¹² KOSELLECK, Reinhart. *Op. cit.*, p. 186 -188.

antigos, mesmo sem comprovação de todo o percurso, justamente para provocar o debate, que através de mais fontes, possa contribuir para explicar o processo da fundação e transmigrações dessas povoações coloniais.

A partir de relatos e estudos do século XVIII, foram pontuadas as localizações descritas ou comprovadas de povoações e de caminhos utilizados no deslocamento das populações indígenas que habitavam a região. E que continuaram a servir de orientação para indígenas e europeus até essa época¹³. Sem, entretanto, entrar na discussão sobre se os caminhos antigos antecederam aos núcleos populacionais, ou o inverso.

A fundação de Curumiai

Durante o governo de Domingo Martinez de Irala, foram iniciados *los primeros curatos que fuera de las ciudades se erigiran para indios: los pueblos de San Andrés de Mbaracayú, de Nuestra Señora de La Candelaria, de San Pedro de Terecañy*¹⁴ e *de San Francisco de Abirapariyara*¹⁵, das quais mais tarde *fué Cura, siendo secular, el Roque González de Santa Cruz*¹⁶. Todas estas estavam na

¹³ “...unas palmas Mbocayás cortadas, y por lo machacado del corte se conocía que habían sido cortadas con hacha de piedra. Vimos también una senda que salía del bosque y llegaba al río Ypané. Señales de haber por estos sitios Indios salvajes ó monteses. En la primera ensenada que hace el campo hay árboles de Yerba Caa-mirí ó como la llaman los monteses, Caa-yu, Yerba amarilla, por el color verde claro de sus hojas. El camino fué parte al Oriente y lo restante al Este-sudeste”. LABRADOR, José Sánchez. *El Paraguay Católico*. Buenos Aires: Coni Hermanos, t. II, p. 250, 1910.

¹⁴ Hoje *Igatimi*, uma pequena cidade do *Departamiento de Canindeyú*, no Paraguai. Já Iguatemi é um município de Mato Grosso do Sul. O forte de Igatemi está situado próximo às cidades de Paranhos/Ipehu. Entretanto, *Gatemi*, *Gatimi*, *Yguatemy*, *Ygatemi*, *Ygatimi* e outras são variações ortográficas do mesmo nome e nomearam também o rio *Iguatemi* e a *cordillera de Amambay*.

¹⁵ “En tres dias del mes y año dho (julio de 1723). Yo el dho. Superintendente de Gobernador hise la segunda marcha del dho. paraje Yuqueri hasta la borda del monte del Pueblo que fue de ybirapariyara distante de una legua mas o menos Pasando un arroyo q. llaman ytape que corre sobre piedras a la parte del sur a incorporarse con el dho arroyo Yuqueri y otro arroyo, que llaman tuiquua q. corre al poniente a incorporarse con el dho. Arroyo ytape...” (ANA – SH. v. 139 n. 7. 1773. *Bandeirantes no Paraguai, século XVII*: documentos inéditos. Prefeitura do Município de São Paulo. 1949. p. 399).

¹⁶ Roque Gonzáles (1576-1628) era natural do Paraguai e foi ordenado padre em 1599, passando a evangelizar as missões do Tape em 1619. In: PASTELLS, Pablo. *Historia de la Compañía de Jesús en la Provincia del Paraguay*. Madrid: Victoriano Suárez. t. I. p. 284, 1912. Notas sobre los pueblos de la provincia del Paraguay).

região ervateira entre a serra de *San Joaquín* e o rio Iguatemi e foram fundadas por Domingos Martinez de Irala, antes de 1542, no caminho *Asunción-Guayrá*. Além dessas quatro, foram fundadas na mesma época as seguintes povoações: *Pitúm*¹⁷ (no rio *Ipané*), *Guararambaré*¹⁸ (no rio *Aquidaban*) e *Atyrá*¹⁹ (no rio *Aguaray*). A fundação dos *pueblos* teve a função do controle sociocultural e econômico da população indígena²⁰.

Nesses anos, inicia-se uma nova etapa de ordenação da sociedade colonial. Foi instituída *la encomienda*²¹ em 1556, adequando a nova realidade e redefinindo as relações com a população indígena. Os *pueblos de españoles* eram formados pelos *vecinos encomenderos*, que povoavam e exploravam economicamente uma região através da mão de obra indígena. Os *pueblos de indios* eram formados pelos índios *encomendados* aos espanhóis. Nesses anos, no lado Oriental do rio Paraná, em *Guayrá*, foram fundadas *Ontiveros*, *Ciudad Real del Guayrá* e *Villarrica del Espiritu-Santo*²². As revoltas indígenas e a seguida repressão dos espanhóis contribuíram para a dispersão dos guaranis das margens do rio *Ipané* e *Aquidabán*²³. Desde a insubordinação dos *cários* ao norte do rio *Jejuí*, entre 1540 a 1543 (que se recusavam entregar víveres aos espanhóis, sob as lideranças de Tabaré e Guacany) até a sublevação do cacique

¹⁷ Ver: AZARA, Félix de. *Descripción e história del Paraguay y del rio de la Prata*. Madrid: Sanchiz., t. I. Cap. XVI. *Breve noticia de los pueblos y paróquias existentes en el gobierno del Paraguay*, pp. 315- 328, 1847; LABRADOR, José Sánchez. *Op. cit.*, p. 249. O nome foi substituído depois de 1616 por San Pedro de Ypané (*ANA-NE*. v. 229. f. 2. 2-XI-1616. Visita al pueblo de Pitúm reducción del Ypané por Pedro Hurtado de Mendoza).

¹⁸ Com indígenas da parcialidade *ñuarás* (*ANA-NE*. v. 229. f. 3-4. 2-XI-1616. Visita al pueblo de Guarambaré por Pedro Hurtado).

¹⁹ AZARA, Felix de. *Geografia...*, *op.cit.*, p. 52-53.

²⁰ Ver: SÚSNIK, Branislava. *Los Aborígenes del Paraguay*: Etnohistoria de los Guaraníes – Epoca Colonial. Asunción: Museo Etnografico Andres Barbero, 1979/1980.

²¹ *La encomienda* foi a institucionalização do trabalho indígena, que, ao invés de pagarem tributos diretamente à coroa da Espanha, trabalhavam dois meses por ano para *el encomendero* espanhol, que ficava com a responsabilidade da defesa do território e de *cristanizar* e proteger os indígenas. Ver: SERVICE, Elman R. *Spanish-guaraní acculturation in early colonial Paraguay*: The encomienda from 1537 to 1620. Ann Arbor, 1950.

²² Em 1554, 1557 e 1576, respectivamente.

²³ A redução dessas populações foi um longo processo que terminou com a transmigração para as proximidades de *Caazapá* em 1679, depois de passarem por Villa Rica.

Overá entre 1577 e 1579, em *Yerquisába*, território dos *ñuarás*²⁴, as revoltas foram constantes.

Quando Juan de Garay estava como *teniente general* em Asunción, em 1576, mandou Ruiz Diaz Melgarejo fundar *Villarica del Espiritu Santo*, na *Provincia del Guairá*. Juan de Garay fundou pessoalmente as povoações de *Jejuy* (1579) e, em 1580, *Perico guazú*²⁵. Junto com o *adelantado* Ortiz de Zárate vieram 22 padres franciscanos²⁶, que chegaram ao Paraguai em 1575. Alguns anos depois, os padres franciscanos Alonso de San Boaventura e Luis Bolaños fundaram duas povoações com os guaranis que doutrinaram. O do padre Bolaños²⁷ se chamou *Pacuiú*²⁸ (Pacoyú) e estava em *Ytanguá*, ao norte (da cabeceira) do rio Amambáí, *en el mismo camino por donde los años posteriores iban á Jerez; el otro pueblo del padre Alonso estaba ... en la orilla de la laguna Curumiai*²⁹. Os franciscanos

²⁴ Aguirre informa o nome de mais duas províncias no rio Jejui. “Se hallan en el título que libró a Sebastián de León cuando le comisionó la pacificación costa arriba del Paraguay. Su fecha es de 9 de diciembre de 1577... en este documento tenemos claras las dos provincias de Yuruquizaba y Tanimbú, la primera del río Xexuy al Sur y la otra del mismo al Norte” (AGUIRRE, Juan Francisco. *Discurso Histórico sobre el Paraguay*. Buenos Aires: Union Académique Internationale; Academia Nacional de la Historia, pp. 210-211, 2003).

²⁵ AZARA, Felix de. **Descripción...**, *op. cit.*, pp. 204-205, 1847. Também em AZARA, Felix de. *Geografía...*, *op. cit.*, p. 54. *Pericó guazú* foi fundado com cerca de 500 *ñuarás* recolhidos em quatro *tolderias* de *Xerez Ñu* por Juan de Garay.

²⁶ Atuaram juntos com jerônimos, mercedários e dominicanos. Os primeiros franciscanos chegaram ao Paraguai em 1537, com os primeiros conquistadores espanhóis.

²⁷ Luis de Bolaños era diácono, foi ordenado sacerdote em 1585. Contou para a sua doutrinação com os missioneiros *criollos* nascidos em Asunción, Juan de San Bernardo e Gabriel de la Anunciación.

²⁸ Aguirre descreve a sua fundação assim: por coincidência, os espanhóis em 1588 escolheram para sua defesa um lugar próximo a uma cruz levantada pelos soldados de Don Pedro de Mendoza, em suas primeiras navegações. Os índios os atacaram e, diz a lenda, que as flechas retrocediam contra eles. Quiseram queimar a cruz, e na terceira vez ouviram um estrondo. Então os caciques Cuaráci, Mboirati, Guari e Mondirayú se entregaram à redução, junto com suas parcialidades. Em ação de graças, os espanhóis fizeram uma capela. “De los indios reducidos se formo un pueblo en el lugar llamado Yaguari, donde se le agregaron otros naturales y tuvieron la dicha de ser catequizados por el V. P. Luis de Bolaños. Después de 40 años transmigraron de Itatí, engrosado de los caciques Caanendeyú y Paraguayó, habitantes de la orilla septentrional del Paraná, y de otros indios de la isla de Apipé. En el día subsiste el pueblo con comodidad” (AGUIRRE, Juan Francisco. *Discurso Histórico sobre el Paraguay*. Buenos Aires: Union Académique Internationale; Academia Nacional de la Historia, p. 229, 2003). O local ficou conhecido como Cruz de Bolaños.

²⁹ “Estas fundaciones hechas por disposicion de Garay constan de los papeles del archivo de la Asuncion” (AZARA, Felix de. **Descripción...**, *op. cit.*, pp. 189-203, 1847). Azara consultou o Archivo Nacional de Asunción e conseguiu muitas informações com seu diretor na época, até ser proibido o seu acesso.

introduziram o sistema de reduções. Os dominicanos chegaram ao Paraguai em 1578; e os jesuítas iniciaram sua atuação no Paraguai em 1587³⁰. Depois disso, em 1592, o espanhol Juan Cavallero de Bazan³¹ fundou *Caaguazú* (depois *San Ignacio*), na foz do rio Apa, *Mbomboy* e *Tarey*³².

Andres Bernal de Mercado, *teniente-gobernador* de Santiago de Xerez, escreveu ao governador Hernandarias em 1617, comunicando que o padre Antonio de Acosta havia fugido pelo caminho de São Paulo, deixando a redução dos *curumias*, situada a trinta léguas da cidade. Através de um único índio que abandonou o grupo, soube que os portugueses estavam dispostos a destruir Xerez³³. No mesmo mês, o *cabildo* de Xerez também escreveu ao governador, comunicando que os portugueses haviam entrado na província de Xerez e apresado os índios de Taquari. Também o padre Acosta havia levado todos os índios da nação *Pinchumia*³⁴. Os diários de missões de reconhecimento do território de Xerez e os estudos de Aguirre e de Azara, todos do século XVIII, constituem as referências mais hábeis para identificar o sítio de *Curumiaí*. Pablo Pastels elaborou uma

³⁰ PASTELLS, Pablo. *Historia de la Compañía de Jesús en la Provincia del Paraguay*. Madrid: Victoriano Suárez, t. I, pp. 31-45, 1912. Archivo General de Indias de Sevilla, 34, 1587.

³¹ Em 1592 Juan Bazán de Caballero chegou a formar pueblos vasallos na comarca de Xerez com os caciques Amandaiby, Cabuzú e Paratyty. Outras povoações se formaram mais ao sul do rio Apa, dentro das comarcas de Yatebó, Taraquí, Ibú, Tareirí e Yutaí. Formou no total 16 encomiendas de mitayos. Os ñuarás foram antes da conquista espanhola sujeitos aos itatines, quem os tinham por simples tapýy (escravos) guaranizados (SÚSNIK, Branislava. *Los Aborígenes del Paraguay: Etnohistoria de los Guaraníes* – Epoca Colonial. Asunción: Museo Etnografico Andres Barbero, pp. 105 e 162, 1979/1980).

³² AZARA, Felix de. **Descripción ...**, *op. cit.*, t. I. p. 322, 1847.

³³ AGUIRRE, Juan Francisco. Las Épocas de la Provincia del Paraguay o Prosecución del Discurso Histórico hasta la Edad Presente (1805). In: *Discurso Histórico sobre el Paraguay*. Buenos Aires: Union Académique Internationale; Academia Nacional de la Historia, pp. 280-282, 2003. Fuentes Narrativas para la Historia del Río de la Plata y de Chile.

³⁴ Idem. SúsNIK dá outra versão a esse evento: No ano de 1631, os padres Rançonniere e Van Surck foram enviados à conquista espiritual dos itatines; os antigos pueblos de Taré, Caaguasú e Mbomboy, estabelecidos por Caballero de Bazán em 1592, estavam abandonados. Os itatines manifestaram certo receio frente aos jesuítas, porque temiam represálias punitivas por haverem matado a um clérigo português que tratava de persuadi-los de tomar o rumo até São Paulo (SÚSNIK, Branislava. *Los Aborígenes del Paraguay: Etnohistoria de los Guaraníes* – Epoca Colonial. Asunción: Museo Etnografico Andres Barbero, p. 162, 1979/1980). Padre Lozano dá para este evento a data de 1622 (CORTESÃO, Jaime. (Introdução, notas e glossário). *Jesuítas e Bandeirantes no Itatim: 1596-1760*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, Biblioteca Nacional (Brasil), Divisão de Obras Raras e Publicações, p. 317, 1952).

tabela em que a localizava próxima a Xerez³⁵. Mas Xerez também transmigrou do *Yaguari* para o *Mbotetey*. Portanto, estar próximo a Xerez é apenas uma das informações. Procede, então, passar à análise crítica das fontes, começando pelos diários do início do século XVIII.

O mestre de campo Juan Duarte, saindo de *Villa Rica* em 1704, fez diligências a mando do capitão general da província Antonio de Escobar y Gu-tierrez. E esse documento diz que *Curumiaí* esteve no mesmo sítio de Xerez, entre o caminho que leva ao rio Paraguai e outro que leva ao rio Paraná³⁶. Mais de dois anos depois, fez outra diligência. Saiu de *Villa Rica*, passando pelas ruínas de *Mbaracayú* para reconhecer o *paso del río Gatimi*³⁷. Atravessou a cordilheira e marchou até chegar a *Curumiaí*. Seguiu até o *Ypita*, reparando por rastros desde *Pacoyu* até o rio *Mbotetey*. Depois foi ao rio *Cai ig*³⁸ e seguiu até o rio *Yaguari*, onde os portugueses costumavam desembarcar³⁹. Em 1707 saiu outra partida a mando do governador Cristovan de Portugal com o mesmo Juan Duarte⁴⁰. Em 1708, tendo notícia o governador do Paraguai de que os portugueses entravam com uma esquadra de soldados para reconhecer aquelas lugares, encarregou o mestre de campo Sebastian de Villalva, vizinho de *Villa Rica*, para uma nova diligência. Passando o rio Amambaí, encontrou *nação de gualachos*⁴¹ entre aquele rio e o rio *Miney*. Entre este e o rio *Yaguari* achou muitos indícios de portugueses que entravam com suas embarcações por

³⁵ Consta da tabela elaborada por Pablo Castells o nome Cunumayis, e informa que estava *cerca de Jerez*, seus moradores eram numerosíssimos, fugidos, encomendados aos espanhóis e já havia *acabado* (PASTELLS, Pablo. *Op. cit.*. 265, 14/8/1617).

³⁶ SÃO PAULO (Prefeitura). Divisão do Arquivo Histórico. *Bandeirantes no Paraguai*: Século XVII. pp. 156-159, 1949. ANA – SH. v. S.I. n. 47. 1703.

³⁷ A duas léguas e meia do forte de Nossa Senhora dos Prazeres (CORTESÃO, Jaime. (Introdução, notas e sumário). *Do Tratado de Madri à Conquista dos Sete Povos: 1750-1802*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, Biblioteca Nacional (Brasil), Divisão de Obras Raras e Publicações, 1969). Cap. III. Notícias de Cuyabá y Matogroso. Distancias por el aire segun los demarcadores que fueron al Salto grande de el Paraná y navegaron por el Gatimi, doc. 2.

³⁸ *Cay yi* aparece como nome do braço sul do *Mbotetey* (atual rio Miranda) em alguns mapas. O braço norte rio *Mbotetey* também foi nomeado *Guachie*.

³⁹ SÃO PAULO (Prefeitura). Divisão do Arquivo Histórico. *Bandeirantes no Paraguai*: Século XVII. p. 207, 1949. ANA – SH. v. S.I. n. 47. 1703.

⁴⁰ *Idem*, pp. 218-219, 1949..

⁴¹ *Gualaxos* era empregado para denominar indígenas não guaranis.

aquele rio *Yaguari*, que descarrega suas águas no Paraná abaixo da boca do *Aiiembi*⁴². Daquele *Yaguari* saíam por terra os portugueses e rumavam aos *despoblados de Caaguazú, de donde por el Curumi ô Cayii* voltavam a embarcar no rio *Mbotetey, que cae al rio Paraguay*. Todo o caminho desde o rio *Yatimi ô Ygatimi* até o Paraguay estava cheio de índios *monteses*⁴³. Sebastian de Villalva y Melgarejo, depois de reconhecer os rios Iguatemi e Amambaí, saiu do *Yaguari* rumo a Xerez, passou pela *Cruz de Pacoyu*, depois por *Curumiaí* e seguiu rumo ao *Mbotetey* para reconhecer a tapera de Xerez. Voltou pelas cabeceiras dos rios Amambaí e Iguatemi, até o povoado de *Yatimi*⁴⁴.

O mestre de campo Sebastian de Villalva y Melgarejo fez outro roteiro de reconhecimento, passando por “*Tovati y el camino de Catiguay; paso de Jejuí; rio las Rinconadas; Yatebo; Caaguasu y Aguaranambi; Gerez la [ilegível] la Cordillera; lagunas de Curumiaí; rio Yaguari; tapera de Xerez; Ypita; rio [ilegível]*”. Avistou muitas queimadas entre os rios *Miñei* e *Yaguari*. Encontrou o alojamento em forma de meia lua dos portugueses na *Cruz de Pacoyu*. Voltou pelas cabeceiras dos rios Amambaí e Iguatemi⁴⁵. Em 1709, Sebastian Fernandes Montiel fez um percurso ainda maior, passou por *Curumiaí*, voltando do rio *Yaguari* e indo rumo ao *Mbotetey*⁴⁶.

Lorenzo del Villar deixou um diário do reconhecimento que fez dos *Campos de Xerez*. Saiu de *Curuguay* em novembro de 1721 e passou pelo rio *Jejuí*, pelo arroio *Taquarembó*, pela tapera de *Terecañi*, pela parada de *Ñanduro cay*, pelos campos de *Curupi cay*, pelo rio *Yatimi*, por *Ybira Yepiro*, por um arroio que corre por debaixo da terra⁴⁷, por lagoas, por outro arroio, pelo rio Amambaí (onde encontraram um erval grande, entre duas matas), passou outro galho do rio Amambaí, por uma parada com *mucha bista*, pelo rio Verde, por uma ense-

⁴² Rio Tietê. Aqui cabe uma observação: considerando-se a toponímia atual e que o rio *Miney* nomeava o atual rio Ivinhema, pode-se concluir que o rio *Yaguari* seria o atual rio Pardo; mas se forem considerados os caminhos antigos (e que o rio *Miney* era um afluente do *Yaguari*) a interpretação pode ser outra.

⁴³ CORTESÃO, Jaime. (Introdução, notas e glossário). Jesuítas... *op. cit.*, p. 316, 1952.

⁴⁴ SÃO PAULO (Prefeitura)..., *op. cit.*, pp. 231-232, 1949. ANA – SH. v. 81 n. 1. 1708.

⁴⁵ *Idem*, pp. 272-276, 1949. ANA – SH. v. 81 n. 1. 1708.

⁴⁶ *Idem*, p. 292, 1949. ANA – SH. v. 81 n. 1. 1708.

⁴⁷ Na volta, noticiou que havia o rio *Hondo*.

ada grande entre duas matas, por uma *ysla de pacuri*⁴⁸, por outra enseada, por campos, por mais campos com algumas árvores de erva, por palmeiras (toda a região cercada de morros), passou pela cordilheira, por *quebradas*, por *serrania que esta en forma de un coral, boca en este*⁴⁹, por lagoas, que nas cabeceiras tinha um perobal⁵⁰, *mbiriti*⁵¹, brejos, outras cabeceiras, passou por *Pacoyu, Curubiy*⁵² (onde encontrou vestígios do alojamento do mestre de campo Sevastian de Villalva *difunto*), passou por duas vertentes grandes (uma corre para o sul e outra para o norte, em meio delas tem entrada para o rio *Yaguari*)...⁵³. Informava que desde 1714 era preciso socorrer a província do Paraguai com armas e munições para o “desalojo dos portugueses paulistas”.

O governador do Paraguai em 1723, Antequera, ordenou a Alonzo Benitez de Portugal, superintendente da *Villa de San Ysidro Labrador de Curuguati*, alistar 15 soldados para marchar rumo ao rio *Gatimi*. Daí prosseguir rumo ao norte até o rio Amambaí, e no mesmo rumo chegar à *Ytaanguá*; depois, entre o norte e a nascente chegar ao *pueblo* que foi de *Pacoyu*. Daí marchar a *Corumbiy*, voltar a *fazer alto e despachar corredores ao rio Yaguari, para reconhecer se existe alojamento ou indícios de portugueses, vistoriando no rumo de Ypita*⁵⁴. Seu diário era detalhado. O mestre de campo Phelipe de Villalva fez nova incursão pela fronteira em 1726, iniciando no *Camino Real de los valles de Yatimi*, passando pelo rio *Curuguati* e pelo rio Amambaí. Em janeiro de 1727 chegou a *Ytaanguá*, onde avistou queimadas. Foi até *Pacoyu*, onde encontrou a *Cruz de Bolaños*, seguiu rumo a *Yaguari* até chegar a *Curupi cay*. Seus soldados fizeram

⁴⁸ Na volta passou pela *paraje de Itaangua*.

⁴⁹ *Cerro Corá*.

⁵⁰ Provavelmente Ponta Porã.

⁵¹ Burity.

⁵² Na paraje de Curubiy achou vestígios do alojamento antigo do Mestre de Campo Juan de Vargas na entrada que fez com exército populoso no ano de 1688 e uma cruz das que foram com ele, e naquela parte do rio Yaguari, o alojamento que foi do Mestre de Campo Sebastian F. Montiel em 1709, e uma Cruz Rotulada, de madeira grossa de urunday, com data de 30/01/1709 (SÃO PAULO (Prefeitura). *Op. cit.*, pp. 324-325, 1949. Joseph de Antequera y Castro).

⁵³ Reconocimiento de los Campos de Xeres qe. De ordn. Suya hiso Dn. Lorenzo del Villar y diário escrito por este commte. Desde el Primr. Aloxamto. qe. Tomo el dia De su partida hasta el de su regreso (SÃO PAULO (Prefeitura). *Op. cit.*, pp. 314-316. ANA – SH. v. 98. n. 3. Asunción. 1721)

⁵⁴ SÃO PAULO (Prefeitura). *Op. cit.*, p. 398 e 402-414.

um reconhecimento até o rio *Yaguari* e pelo *paso del rio Yaguari* chegaram aos *cerros de Ypita*⁵⁵.

Os caminhos de Xerez

Em 1593, Ruy Díaz de Guzmán fundou Santiago de Xerez nas margens do rio *Yaguari*⁵⁶. Ao saber que Xerez estava povoada pelos *ñuarás*, encomendados por Juan de Garay, o procurador Diego Nuñez del Prado se apresentou a Hernandarias, alegando prejuízos e pedindo que se despovoasse por estar em sua jurisdição e haver procedido contra o mandado do *adelantado* Torres de Vera. Saiu logo Hernandarias a visitar *costa arriba*. Enviou a Xerez o capitão Alonso de Cabrera com sete homens e os requerimentos competentes. Guzmán conseguiu uma suspensão pacífica, legitimando a colônia. Depois disso, em 1599, Santiago de Xerez foi transmigrada novamente a um dos braços do *Mbotetey*⁵⁷ e, apesar das dificuldades, Guzmán conseguiu novamente assentá-la⁵⁸. Em 1625 Bernabe de

⁵⁵ SÃO PAULO (Prefeitura). *Op. cit.*, p. 398 e 417-419.

⁵⁶ AGUIRRE, Juan Francisco. *Op. cit.*, 2003, pp.234-235. Segundo Azara foi fundada nas margens do rio Pardo (ou nas cabeceras). Segundo Diego de Alvear, Xerez foi fundada em 1580. “En sus principios no pudo subsistir, combatida frecuentemente de los Guatos, Guanchas y otras naciones que habitan la comarca: mas pocos años despues fué restablecida por Rui Diaz de Guzman” (ALVEAR, Diego de. *Relacion Geografica e Historica de la Provincia de Misiones*. In: *Coleccion de Obras y Documentos relativos a la Historia Antigua y Moderna de las Provincias del Rio de la Plata*. Notas de Pedro de Angelis. Buenos Aires: Imprenta del Estado, t. IV, p. 29, 1836).

⁵⁷ “En tiempo del general Don Francisco de Beaumont y Navarra (1599) fue quando se traslado Santiago al Mboteteí entre las encomiendas de ñiguaras reducidos por el célebre Juan de Garay. Pertenencia entonces una de ellas a Hernandarias, como otras a diferentes vecinos de la Asunción, entre quienes la de Bartolomé Gómez estaba muy cerca de la misma población. Por esto el procurador Juan González de Santa Cruz pidió a Beaumont la contradijese y mandase despoblar... Xerez se legitimó y permaneció”. (AGUIRRE, Juan Francisco. *Op. cit.* p. 278). Estavam em Xerez os *conumyais* e os *cuataguás*. Rio abaixo, os *guachis* estavam em três povoados; os *guatós* em dois povoados; os *guapis* em um; os *guetus* nas faldas da cordilheira, entre os rios Taquari e Mbotetey; os *nugarás* em outro; e a quatro léguas de Xerez estava o primeiro pueblo dos *itatines*, “gente guarani”, que estava encomendada aos espanhóis de Asunción (CORTESÃO, Jaime. (Introdução, notas e glossário). *Jesuítas...*, *op.cit.*, p. 316 e seguintes. Doc. XXXVIII – Exame necessário do padre Lozano sobre o manifesto do padre Vargas Machuca, 31 de março de 1671.

⁵⁸ Em 1605, André Díaz de Rivera, teniente de Rui Díaz de Guzmán, fez uma correria cruel entre os índios, sob paz, matando mais de 1.000, tanto no ataque como queimados pelo incêndio de três casas, onde se haviam refugiado. Os nugaras haviam se sublevado e matado oitenta pessoas de serviço dos espanhóis de Xerez, que por não terem alimentos andavam pelas matas mantendo-se

Contreras, *Procurador General de Xerez*, solicitou ao Capitão *Diego de Orrego y Mendoza*, tenente de governador no Paraguai, licença para trasladar a *Ciudad de Xerez* a melhor sitio. Para a transladação fizeram *cabildo abierto* em 1623 e a opção era mudar para *los llanos de Yaguari*, em *Ybiturú*⁵⁹. Permaneceram, no entanto, junto ao rio Aquidauana até 1632.

A primeira *gobernación* na região da bacia do Rio da Prata foi *encomendada al adelantado* Pedro de Mendoza pela *capitulación del 21 de marzo de 1534*. A real cédula do rei Felipe III de Espanha, de 1617, dividiu a anterior em duas *gobernaciones*: *del Río de la Plata y la de Guayrá (ou Paraguay)*⁶⁰. Quando Luis de Céspedes Xeria⁶¹ desceu pelo caminho de São Paulo a *Asunción*, em 1629, para assumir a *gobernación*, já estava sendo formada a bandeira sob o comando de Antonio Raposo Tavares, com mais de 900 paulistas e 2000 índios tupís, para atacar as reduções de *Guayrá*. Começaram por *Nuestra Señora de Loreto*, situada no rio Paranapanema. Deu-se início ao processo de expansão da capitania de S. Paulo em direção ao Paraguai, então, antes mesmo da *Restauração*⁶². Em 1632, quando os paulistas apresaram os indígenas daquela província, os moradores de *Ciudad Real* a *Villa Rica* atravessaram o rio Paraná

de raízes e frutas silvestres. O procurador Bernardino de Espinola em 1605 pediu a despovoação de Xerez. Em 16 de novembro do mesmo ano, Hernandarias decretou a despoblación de Xerez, alegando com o testemunho de alguns xerezanos como Juan de Molina, Miguel López Barreda e outros, a infelicidade com que viviam. Mas se manteve, apesar dos poucos vizinhos e das dificuldades de conseguir munição. (AGUIRRE, Juan Francisco. *Op. cit.*, pp. 279-280).

⁵⁹ CORTESÃO, Jaime. (Introdução, notas e glossário). *Op.cit.*, p. 316 e seguintes.

⁶⁰ “He tenido por bien que el dicho Gobierno se divida en dos: que el uno sea del Río de la Plata agregandole las ciudades de la Trinidad, puerto de Buenos Aires, la Ciudad de Santa-Fé, la ciudad de San Juan de Vera de las Corrientes, la ciudad de la Concepcion del Río Bermejo; y el otro Gobierno se intitule de Guayrá, agregandole por cabeza de su Gobierno la Ciudad de la Asuncion del Paraguay y la de Guayrá, Villa Rica del Espiritu Santo, y la Ciudad de Santiago de Jeréz”.

⁶¹ Luis de Céspedes Xeria, depois de passar pelo *puerto de Mbaracayú*, de *Terecañy*, decidiu por uma pequena povoação de índios, com três espanhóis, no *Salto del Guayrá*, onde se encontravam quatro caminhos, fechando o novo, aberto pelos jesuítas, pelo qual haviam retirado muitos índios e os levado pelo rio Paraná às cidades do “Río de la Plata, gobernación de Tucumán, hacia el Peru y Chile, y metiendo por él hacienda traída de Buenos Aires y Tucumán, y por donde transitaba gente de contrabando, sin que el Gobernador y Justicias de la Asunción pudiesen tener noticia de ello, ni las demás reducciones desde el dicho camino á esta ciudad” (PASTELLS, Pablo. *Op. cit.* p. 431).

⁶² A União das Coroas de Portugal e de Castela se deu em 1580 e a Restauração em 1640, período em que couberam ambas a Filipe II, Filipe III e Filipe IV de Castela.

e se estabeleceram em *Tupaitá*, a dez léguas ao norte de *Curuguay*⁶³. Em 1634, *Villa Rica* situou-se entre os arroios *Jejuí guazú* e *Jejuí mirí* (*Terecañy*) e no ano seguinte onde existe *Curuguay*⁶⁴. Mas por causa dos paulistas terem levado todos os indígenas dos povos vizinhos em 1676 e 1677, *Villa Rica* transmigrou para a paróquia de *Ajos*⁶⁵; daí foi para o lugar definitivo, em *Ybytyrusu*, no ano de 1680.

As reduções de *San Benito de Yatay* e de *Caaguazú*, em *Itatin*⁶⁶, passaram para a responsabilidade dos jesuítas em 1632, que as renomearam *Natividad de Nuestra Señora de Fe* (a de *San Benito*) e *San Ignacio* (a de *Caaguazú*). Os jesuítas fundaram, nesse ano, as reduções de *San Joseph de Ycaroig*, *Los Angeles de Taruaty*, *Encarnación* e *Apóstoles San Pedro e San Pablo*, destruídas pelos bandeirantes em seguida. Os indígenas sobreviventes dessas quatro reduções foram estabelecidos em *Tepoty* e *Andirapucá*, e reunidos em seguida em *Yatebó*. Em 1635, foram repartidos⁶⁷ entre as reduções de *San Ignacio* e *Nuestra Señora de Fe*, de *Taré*⁶⁸. Em 1645 o padre Pedro Romero atravessou o rio Paraguay e

⁶³ Em 1632, frei Cristobal de Aresti seguiu de Asunción pelos rios *Paraguay* e *Jejuí*, até o porto de *Mbaracayú*. Daí seguiu por terra a Santiago de Xerez, onde ganhou o rio *Yaguari* e *Mouñey* (atual Ivinhema). Atravessou o Paraná e embocou pelo *Ubay* (Ivaí), pelo qual alcançou *Villa Rica*, depois de percorrer mais de 360 léguas. Encontrou-a sitiada pelos bandeirantes. Então, saiu o bispo animando os espanhóis e índios naturais que estavam no dito cerco e os tirou e trasladou a esta província de *Mbaracayú* por assegurar que não tinham forças suficientes para defender-se (*Anais do Museu Paulista*. São Paulo: USP. t. XIII p. 323).

⁶⁴ AZARA, Félix de. **Descripción...**, 1847, *op. cit.*, t. I. cap. XVI. pp. 315-328. Breve noticia de los pueblos y paróquias existentes en el gobierno del Paraguay.

⁶⁵ Os governadores ofereceram os sítios de *Aretaguá* e *Tobati*, mas não foi aceito. Os pueblos da jurisdição de *Villarrica* os agregaram os governadores ao *pueblo de S. Francisco de Atirà*, encomendados aos vizinhos de *Assuncion*, contra o que dispões as leis por haver tirado dos pueblos de sua origem, e estar sem território nem pastos para seus gados, de que se segue a ruína dos vizinhos de *Villarrica*, e especialmente dos *yndios*, que como especializados no *beneficio de la hierba*, os vendem os governadores para esse fim aos vizinhos de *Assuncion*...CORTESÃO, Jaime. (Introdução, notas e glossário). *Op. cit.*, p. 316 e seguintes.

⁶⁶ Ver: PASTELLS, Pablo. *Op. cit.*, t. II, 1915, p. 316-321. Archivo General de Indias de Sevilla. 921. 20/03/1652. Certificación jurada el P. Manuel Berthold tocante á las reducciones de los Itatines.

⁶⁷ “...poniendo com cada cacique sus sujetos y vasallos”. PASTELLS, Pablo. *Idem*, p. 197. Archivo General de Indias de Sevilla. 789. 8/12/1848.

⁶⁸ “En 1640 ou 1641 fué enviado el P. Rector del Colegio de la Asunción Miguel de Ampuerto á la misión de los Itatines, donde halló 2 reducciones recién fundadas por los Padres Diego Ferrer,

fundou a redução de *Santa Bárbara*, mas pouco depois foi morto. Em 1647, os bandeirantes atacaram de surpresa a redução de *Nuestra Señora de Fe, de Taré*. Foi fundada então outra redução, no rio *Mbomboy*⁶⁹. Não é mencionada a transmigração das populações de *Curumiai* e *Pocoyú* ou fusão às populações tanto da comarca de *Villa Rica* como de *Itatin*.

No final do século XVIII, em comunicado ao governador, Felix de Azara tratava de esclarecer pontos sobre os caminhos antigos dentro do Paraguai⁷⁰. Discordava da oportunidade da ordem do governador em ocupar os terrenos ao sul do rio Apa. Azara propunha que fosse aberto um caminho que, começando em *Concepción* rumo Leste, conduziria a *las bocas*⁷¹ *de dicho Yaguari, para fundar en alguna de ellas una población que prevenga a los portugueses*:

“... según el padre Antonio Ruiz de Montoya, salían de la Asumpción por el rio Paraguay arriba, desembocándose como a las 40 leguas en el puerto de Maracayú, pasando desde allí a embarcarse sobre el Salto grande del Paraná.el puerto de Maracayú que citan, y toda la derrota jesuítica, pasaba muy al sud de dicha Concepción; y por consiguiente, que nada tenía que ver con la que Vuestras Señorías proyectan. En efecto, el camino del padre Montoya, que Vuestras Señorías ignoran, empezaba en la Asumpción, y navegando su rio hasta el de Xejuí, lo seguían hasta sus cabeceras próximas a los campos del antiguo pueblo de Terecañi, ... y se conocen sus ruínas como siete leguas al norte de Curuguatí. De allí, que era el puerto de Maracayú, seguían los padres a outro pueblo no muy distante, llamado también Maracayú, y continuaban hasta el Salto del Paraná... camino franco y traginado mil veces, pero no va por Concepción como Vuestras Señorías piensan. Empieza en Curuguatí, sigue por dicho Terecañi, y va a dar al paso del rio Igitimí, desde donde sin tropiezo pueden Vuestras Señorías ir al norte por campos, hasta encontrar el Yaguari... Los Curuguateños andaban anualmente este camino, según he visto en varios pape-

Justo Mansilla, Vicente Fernández y Domingo Muñoa: la una, de San Ignacio, en el Caaguazú, y otra, de Nuestra Señora de Fe, en Taré. En la de San Ignacio habría como 200 indios reducidos... en año y medio ó dos años que allí estuvo, llegaron hasta 500 familias...”. PASTELLS, Pablo. *Idem*, p. 321-328. Archivo General de Indias de Sevilla. 789. 8/12/1848 e 922. 26/03/1652.

⁶⁹ PASTELLS, Pablo. *Idem*, t. II, p. 321-328. Archivo General de Indias de Sevilla. 922, 26/03/1652.

⁷⁰ AZARA, Felix de. *Correspondencia Oficial é Inédita sobre la Demarcacion de Límites entre el Paraguay y el Brasil*. Buenos Aires: Imprenta del Estado, sem paginação, 1836 (Correspondência datada de 17 mar 1794).

⁷¹ Refere-se às três barras do *Yaguari* (rio Ivinhema).

les, y he hablado con varios que los han andado; porque los Curuguateños no hace sino como treinta años, si no me engaño, que han dejado dicha correría.

“Se ve la distancia de los ríos Paraguay y Paraná, dividida en dos trozos: el uno comprende el espacio que hay entre los ríos Ipané y Corrientes, y el otro entre el Igatimí y Yaguarí. Aquel fue muy apreciado de los antiguos por sus excelentes calidades: era el más lleno o poblado de indios que hallaron por acá los conquistadores, que fundaron en él los pueblos de Atirá, Guarambaré, Ipané, Perico-guazú, Taré, Bomboy y Caaguazú, sin contar, la multitud que llevaron a Santa Cruz de la Sierra, cuyos descendientes se conocen hoy en varios pueblos de los Chiquitos...

“El segundo trozo, entre los ríos Igatimí y Yaguarí, fue absolutamente despreciado de los conquistadores, que hallándose casi desierto, nunca fijaron el pie en él, sino el Venerable padre Fray Luis Bolaños, que inició la reduccioncita de Pacoyú que se deshizo en un momento. Desde entonces nadie ha hecho caso de tales tierras, no obstante de ser conocidas: sino un portugués que, con una estanzuela de ganados, se estableció junto a una laguna en un potrero grande, y los portugueses del pueblo de Nuestra Señora de los Placeres, que no han querido volver a él por serles custoso e inútil para sus ideas.”

Não existe propriamente contradição entre Azara e o caminho proposto, mas sim em relação às coordenadas propostas por ele para a localização de *Pacoyu* e *Curumiai*. Seguindo sua descrição, tomando o caminho que atravessava o *paso del rio Igatimí* até encontrar o rio *Yaguarí*, rumo norte, ele passava pelas nascentes do atual rio Ipuitã. Pelo mapa de José Custódio de Sá e Faria, este mesmo caminho passava em *Curuzú-ambá*, pelas nascentes do rio *Escopil* (atual Jogui), por *Tacuapiri*, pelo rio Amambá, pelo rio dos Dourados até encontrar o atual rio Santa Maria, os dois últimos contravertentes do *Mbotetey* (atual rio Miranda). Os outros caminhos citados acima, quando não cruzavam o *paso del rio Gatimi*, iam por Itanarã e encontravam com este trajeto acima das nascentes do Iguatemi. No mapa abaixo estão desenhados os dois caminhos e percebe-se que havia variações.

O sentido estratégico e histórico destes caminhos

São muitas as informações acima e para melhor compreensão são evidenciadas algumas aqui. O rio *Cai ig*, anotado por Juan Duarte, foi nomeado *Cayii*

mencionadas. O rio Ivinhema é formado pelos rios Dourados e Brilhante. Mas na época colonial, os rios tinham também outras denominações. Tomando-se como referência alguns mapas da época e as fontes mencionadas, considerou-se neste artigo como cabeceira do Yaguari a do atual rio Santa Maria.



Este croqui é proposição do autor para a localização de *Curumiai*, a partir das fontes citadas neste artigo.

Por outro lado, existem poucos elementos para afirmar a data e como foi despovoada *Curumiai*. Considerando a informação de Aguirre de que *Pacoyu* foi fundada em 1588, na região de *Yaguari*, em *Itatin*, e transmigrada quarenta anos depois, é muito provável, pelas circunstâncias, que o mesmo tenha ocorrido com *Curumiai*. Portanto, teria desaparecido antes do ataque dos bandeirantes e após a fuga do clérigo português Antonio de Acosta. Por isso deixou de ser mencionada. Em razão da quantidade de povoações mencionadas nos textos históricos, sem, contudo, conseguir identificar seus sítios, e pela complexa nomeação dos rios e lugares se faz necessário escolher uma estratégia para sua compreensão. Compreender os caminhos, por terra e por rios, ajuda a estabelecer os vínculos às sociedades de cada época. Explicar a sua utilização pode contribuir para as análises das localizações e transmigrações dessas povoações.

O processo de proposição e identificação dos caminhos antigos é essencialmente complexo e instigante. A identificação de trechos dos caminhos induz à análise de outros, nem sempre em sequência. A verificação *in loco* é substancial para prosseguir a análise. A localização de povoações ao longo de cada trecho é um exercício que confirma o traçado ou induz nova análise. Desta maneira, o traçado vai se desenhando por aproximação. Irá consolidando-se com a maior precisão das fontes, que por sua vez irá favorecer análises mais elaboradas. Mas que não devem prescindir de confirmação por estudos arqueológicos.

Estabelecer as motivações da abertura dos caminhos antigos requer sua datação, pelo menos em períodos. Não é uma tarefa fácil, quando nem o seu traçado é conhecido. Para analisar seu uso no período que vai da União das Coroas até a Restauração, são tomadas as referências dessa época. Apesar de fundamental no início das conquistas, espanhola e portuguesa, o uso destes caminhos foi proibido pelas duas coroas⁷². Os espanhóis visavam, entre outros motivos, coibir o contrabando de prata e o comércio ilegal, que só se intensificou com o passar dos anos. Os portugueses queriam evitar ocupação espanhola dos territórios que também pretendiam. Daí a preferência pela navegação para o comércio legal, porque permitia maior controle.

⁷² Em 1553, Tomé de Sousa fechou o caminho de Guairá a São Paulo.

*Campos de Xerez: palco de lutas e conflitos pela exploração da mão-de-obra indígena**

*Sandra Nara da Silva Novais***

*Aguinaldo Rodrigues Gomes****

Este ensaio propõe apresentar os fatores históricos que inviabilizaram a perpetuação do projeto assuncenho-castelhano no atual território sul-mato-grossense, abrangendo especificamente a região que na toponímia colonial foi denominada “Campos de Xerez”, a qual abrangia uma extensa área situada entre os rios Taquari e Apa, limitando-se a Oeste pelo rio Paraguai e a Leste pela Serra de Maracaju. Sobre os “Campos de Xerez”, instalou-se a Província Jesuítica do Itatim. A destruição dessa província ocorreu em 1648, logo após o desaparecimento da cidade colonial espanhola Santiago de Xerez, em 1632, devido às sucessivas investidas dos bandeirantes paulistas na primeira metade do século XVII, sobretudo a da grande bandeira comandada por Raposo Tavares, em 1648, para o que muito contribuíram as desavenças entre jesuítas e colonos xerezanos, que disputavam a exploração da mão-de-obra indígena local. Tais desavenças

O passado colonial ibérico da região sudoeste do atual Estado de Mato Grosso do Sul pode ser compreendido e dividido, para melhor analisá-lo e entendê-lo, em dois compartimentos cronológico-conjunturais, os quais evidenciam momentos específicos da formação de sua história, isto é, o contexto abarcado pela colonização castelhana - paraguaia e a colonização luso-paulista. O primeiro período corresponde, sobretudo aos séculos XVI e XVII, com a fundação por assuncenhos, no ano de 1600, de um pequeno núcleo colonial denomi-

* Artigo originalmente apresentado nas XIII Missões Jesuíticas - Jornadas Internacionais - Fronteiras e Identidades: povos indígenas e missões religiosas, realizada na Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD com o título: Bandeirantes, Xerezanos e Jesuítas: confrontos pela exploração da mão-de-obra indígena nos “Campos de Xerez”. Esta versão incorpora as sugestões e considerações fruto dos debates que possibilitam ampliar e estabelecer um novo olhar sobre a problemática em questão.

** Mestre em História pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul e Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de São Carlos. E-mail: novaisnara@hotmail.com

*** Graduado em História e Mestre em Educação Brasileira pela Universidade Federal de Uberlândia, professor da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). E-mail: aguinaldorod@gmail.com

contribuíram para a eficiência das incursões portuguesas, que acabaram por enfraquecer os pólos de colonização espanhola nos “Campos de Xerez”.

Palavras-chave: Mato Grosso colonial. Mão-de-obra indígena. Campos de Xerez.

This paper proposes to present the historical factors that made the perpetuation of project assuncenho-Castilian in current territory sul-mato-grossense, covering specifically the region in toponymy colonial was named “Campos of Xerez”, which covered a large area situated between the rivers Taquari and Apa, limiting the West by the rio Paraguay and Serra de Maracaju. On the “Campos of Xerez” settled

the Jesuit Province of Itatim. The destruction of this province occurred in 1648, shortly after the disappearance of Spanish colonial city Santiago of Xerez, in 1632, owing to successive invested of the members of the Bandeiras from São Paulo in the first half of the 17th century, mainly of large flag commanded by Raposo Tavares, in 1648, for that very contributed the estrangement between Jesuits and settlers xerezanos, that disputed the exploration exploitation of the local indigenous labor. Such disagreements have contributed to the efficiency of Portuguese incursions, which ultimately weaken the poles of Spanish colonization in “Campos of Xerez”.

Key words: Colonial Mato Grosso. Hand-of-indigenous work. Campos of Xerez.

nado Santiago de Xerez. Enquanto que o segundo inicia-se timidamente nas primeiras décadas do século XVII, vindo a consolidar-se de forma definitiva durante os anos seguintes, culminando, na segunda metade do século XVIII, com a instalação de um sistema fortificado de ocupação, expresso pelos fortes: Iguatemi, Coimbra, Albuquerque e Miranda.

O artigo tem por objetivo apresentar e compreender os fatores históricos que inviabilizaram a perpetuação do projeto assuncenho-castelhano, no território, hoje sul-mato-grossense, abrangendo especificamente a região que na toponímia colonial, foi denominada “Campos de Xerez”, evidenciando os entraves que impossibilitaram o desenvolvimento do projeto

pensado pelos xerezanos para a região. Consideramos que a historiografia sul-americana ao olhar os fenômenos históricos ocorridos no interior do continente, a faz, predominantemente, ou sob uma ótica atlântica ou andina. Dessa forma, há uma ausência, um esvaziamento, das explicações históricas mais detalhadas no que diz respeito aos eventos ocorridos na Bacia Platina, sobretudo nas regiões banhadas pelo Médio e Alto Paraguai. É o caso, por exemplo, da formação da fronteira oeste do Brasil e dos episódios relacionados à conquista, colonização e ocupação do espaço sul-mato-grossense, nos séculos XVI e XVII. As abordagens da historiografia brasileira, com algumas respeitáveis exceções, situam a dinâmica histórica, de forma unila-

teral, onde os fatos históricos ocorridos nesse espaço territorial, em sua grande maioria, costumam ser vistos como desdobramento do movimento bandeirante luso-paulista, permanecendo o contexto histórico marcado pela presença colonial espanhola-assuncencha pouco conhecido.

Entre as principais fontes históricas consultadas foram de fundamental importância as informações existentes nos relatos dos cronistas que estiveram na região entre os séculos XVI e XVII entre eles Ulrich Schmidel “Relatos de La Conquista del Rio de La Plata y Paraguay 1534-1555”¹, Álvar Nuñez Cabeza de Vaca “Comentários” e Ruy Diaz de Guzmán “Anales del Descubrimiento y Conquista del rio de de La Plata”². Tais narrativas oferecem elementos imprescindíveis para compreendermos o conjunto de representações que se fazia de uma realidade espacial totalmente desconhecida pelos europeus, a qual era habitada por povos por eles, considerados selvagens e que apresentava uma geografia carregada de incertezas e imprecisões. Em tais relatos encontramos referências importantes sobre os povos indígenas que habitavam o Paraguai antes da chegada do europeu e que desempenharam um papel significativo na conquista e na consolidação do modelo colonizador. Referimos-nos tanto às etnias que estabeleceram alianças com os espanhóis e colaboraram com a conquista, unindo-se a estes por laços de parentesco dando origem à intensa mestiçagem, principalmente em Assunção e arredores, como também, aos grupos indígenas que optaram em resistir à colonização por meio de acirradas guerras contra os invasores, o que resultou na desterritorialização e no extermínio de grande contingente populacional indígena da América do Sul.

Utilizamos também da documentação Jesuítica referente às Províncias Misionais do Guairá e do Itatim reunidas na Coleção De Angelis. O primeiro Tomo inclui documentos relativos ao Guairá, cobrindo o período entre 1549-1640 têm como título “Jesuítas e Bandeirantes no Guairá”. O segundo Tomo referente ao Itatim, aborda os episódios ocorridos entre 1596-1710, com o título “Jesuítas e Bandeirantes no Itatim”. Utilizamos-nos também dos trabalhos de his-

¹ SCHMIDEL, Ulrico. *Relatos de la conquista del Rio de la Plata y Paraguay, 1534 – 1554*. Madrid: Alianza Editorial, 1986.

² GUSMÁN, Ruy Diaz de. *Anales del descubrimiento, población y conquista del rio de la Plata*. Paraguai: Ediciones Comunero, 1980.

toriadores representantes de distintas gerações historiográficas, tanto no Brasil, como na Argentina e no Paraguai. Entre os autores clássicos, que se dedicaram a esclarecer alguns aspectos da conquista do interior das terras da América do Sul pelos espanhóis, destacamos Enrique de Gandia (Argentina), Jaime Cortesão (Portugal), Sérgio Buarque de Holanda (Brasil) e Roberto Quevedo (Paraguai). Preocupados com a mesma temática, nos utilizamos ainda das abordagens desenvolvidas por historiadores tais como Uacury Ribeiro de Assis Bastos³, Regina Gadelha⁴, Maria de Fátima Costa⁵, Paulo Marcos Esselin⁶ e Otávio Canavarros⁷, que olharam para o fenômeno aqui abordado utilizando-se de um criterioso instrumental teórico/metodológico.

Nesta análise recorreremos aos episódios que caracterizam o ano de 1600, o qual é marcado pelos esforços e trabalho dos espanhóis e dos demais moradores de Santiago de Xerez em garantir que o núcleo urbano prosperasse. Devido às dificuldades enfrentadas, os habitantes de Xerez não tinham mais dúvidas de que insistir em manter a cidade, no local em que havia sido fundada pela primeira vez, segundo Martins⁸, sobre algum ponto da margem direita do baixo curso do rio Muney, hoje Ivinheima, no atual município sul-mato-grossense de Naviraí, por Ruy Diaz de Guzmán, no ano de 1593, era inviável. Frequentes eram os ataques e assaltos promovidos pelas tribos indígenas vizinhas ao novo núcleo, frustrando, desse modo, a iniciativa colonial espanhola xerezana de que a cidade pudesse prosperar. Tais ataques refletiam as tentativas e os esforços, por parte dos índios, de inibir e até mesmo de impossibilitar a presença dos colonizadores espanhóis em seus domínios. Isso porque, os índios, temiam perder

³ BASTOS, Uacury Ribeiro de Assis. *A expansão territorial do Brasil Colônia*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP. Depto. de História, 1979.

⁴ GADELHA, Regina Maria A. F. *As missões jesuíticas do Itatim: um estudo das estruturas sócio-econômicas coloniais do Paraguai (séc. XVI e XVII)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

⁵ COSTA, Maria de Fátima. *História de um país inexistente: o pantanal entre os séculos XVI e XVIII*. São Paulo: Estação Liberdade; Kosmos, 1999.

⁶ ESSELIN, Paulo Marcos. *A gênese de Corumbá: confluência das frentes espanhola e portuguesa em Mato Grosso (1536 – 1778)*. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2000.

⁷ CANAVARROS, Otávio. *O poder metropolitano em Cuiabá (1727 – 1752)*. Cuiabá: Ed.UFMT, 2004.

⁸ MARTINS, Gilson Rodolfo. Santiago de Xerez: uma problemática para a arqueologia histórica. Asunción: *Anuário de la Academia Paraguay de la Historia*. V. XLII, 2002.

seus respectivos territórios, ou serem obrigados a se submeter às determinações do vencedor, sistema das *incomiendas*, caso o domínio espanhol se consolidasse na região.

Frente à resistência indígena na tentativa de garantir que o novo povoado prosperasse, e que a cidade de Santiago de Xerez, recém construída, pudesse vir a se tornar um ponto de referência dos espanhóis naquela região, Ruy Diaz de Guzmán tratou de manter-se em paz e justiça com todos os moradores. A cerimônia de fundação da cidade se realizou no dia 24 de março de 1593 e foi lavrada em Ata pelo escrivão Bartolome Garcia, nos seguintes termos:

Por la conversión de los naturales y a la magestad del rey Felipe “de aver ampliado su real Corona e patrimonio en su real nombre por virtud de los poderes a mi dados condesidos y traspasados por el general Alonso de Vera y Aragón”... “me a parecido fundar una ciudad en lugar que mas acomodado fuese para ello, y habiendolo mirado y atentamente e para ello corrido mucha parte, finalmente a parecido ser el mejor e mas acomodado y suficiente este que al presente estamos ques riveras del dicho río de San Salvador (Ivinheima) que dista de puerto de San Matias media légua, por ser en comarca de todos los yndios naturales”... “lugar apazible llano, apartado de ciénagas e buenos campos para los gados e tierras para labanzas”... “la qual intitulo y nombro de Santiago de Xerez y mantenerle en paz y justicia a todo los vezinos y moradores.”⁹

De acordo com a Ata de fundação de Xerez, no mesmo dia o general Ruy Díaz de Guzmán nomeou o cabildo e regimiento da cidade. Foram designados por primeiros regidores: Pedro Hurtado de Mendoza, Domingo Machado, Juan de Alvear de Zuñiga, e Francisco de Escobar. Imediatamente o cabildo Xerezano designou Francisco de Morinigo como procurador geral de Xerez. No mesmo dia, Guzmán nomeou Joan de Guzmán alferez e cavaleiro da cidade e de seus distritos. Juntos iniciaram então a construção de um forte para garantir a defesa da nova povoação, e os demais moradores iniciaram a construção das primeiras casas. Porém os primeiros anos de existência desse núcleo colonial não foram

⁹ Roberto Quevedo transcreveu parte do pronunciamento de Guzmán que foi lavrado em Ata, pelo escrivão Bartolome Garcia na ocasião da cerimônia de fundação de Santiago de Xerez. O documento segue destacando que Guzmán instituiu a pena de morte para aqueles que desamparassem a cidade e solicitou ao rei que lhes enviasse soldados, fidalgos, cavaleiros e homens bons para que pudessem construir um forte e proteger a cidade. (QUEVEDO, Roberto. Fundacion de Santiago de Xerez. In: “*Anuario de la Academia Paraguaya de História*”. Asunción, vol. nº XL – XLI – 2000 – 2001 p. 34 – 35).

fáceis para os colonos e nem mesmo para os índios. Período de secas, isolamento, ataque de insetos, perdas de colheitas, insubordinação dos indígenas que se opunham a presença castelhana em seus territórios, foram fatores que levaram ao fracasso a experiência colonizadora xerezana nesse local.

O padre Lozano, na carta Ânua de 1760, afirmou que a cidade de Santiago de Xerez, em Nueva Viscaia, nome pelo qual, anteriormente Irala, governador do Paraguai, havia reconhecido a província dos Ñuarás, e que Guzmán nomeou, posteriormente, de Nueva Andaluzia, encontrava-se em grandes dificuldades. Não conseguiam dispor os moradores de Xerez, nem mesmo de padres para fazer a conversão dos indígenas. Segundo Lozano:

La Ciudad de Santiago de Xerez en la Nueva Viscaya, que era la Prov^a. De los Ñuaras la poblo ã pedimento de dhos naturales el Gen. Ruy Diaz de Guzmán com plenos poderes el ano de 1593 y los Nuaras acudian com sus personas e hijos è mugeres al servicio de los Españoles sin ser forzados. El Sacerdote que fue ã dha poblacion no se detuve alli mas que dos meses en que baptizó mas de dos mil Yndios, varones, mugeres y niños. No tuvieron despues Sacerdote Hasta la Quaresma de 1593. Pero passada ella se salio dho Sacerdote sin querer ir outro alguno assi por no tener ornamentos como por no tener estipendio. muriendo muchos Españoles y naturales sin confession. Distaba su sitio primitivo noventa leguas de la Assumpcion y ã la banda del Brasil. Estaba de alli cinquenta leguas de la Ciudad Real del Guayrá cuio Paroco murio por los años de 1582 y solo desde el año de 1590 tuvieron dhos Guayreños recurso p.^a que bajaban una vez cada año ã Ciudad Real, saliendo p.^a esso de la Villarica, que está otras cinquenta leguas mas arriba azia el Brasil. Los otros yndios de Xerez eran Conumyais, y Cuataguás que com los Nuaràs por falta de doctrinas se bolvieron ã sus ritos antiguos y estaban muchos rebelados. Representò todo esto ã la Real Aud^a de Charcas Geronimo Lopes Procur. de Xerez y Protector de sus naturales pidiendo se les diesse sacerdote, ornamentos com estipendio de la Caxa Real y lo concedio por Provision de 7 de Agosto de 1600. Y por outra despues proveida en 7 de Setempro del mismo año.¹⁰

Além dos ataques indígenas os colonos xerezanos, em uma petição redigida em Xerez no ano de 1599 solicitando o traslado da cidade, afirmavam que padeciam por muito trabalho, fome e enfermidades. Nesse documento os xerezanos

¹⁰ “Exame necessário do padre Lozano sôbre o manifesto do padre Vargas Machuca, 1760”. (In: CORTESÃO, Jaime. (org.). *Jesuitas e Bandeirantes no Itatim*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional - Divisão de Obras Raras, 1952. (Manuscritos da coleção de Angelis) - vol. II, p. 316.

apresentaram as autoridades superiores as principais características geográficas, econômicas e sociais do lugar onde se encontravam estabelecidos, salientando que em tais condições, devido a precariedade imposta pela adversidade de um ambiente extremamente hostil, parecia-lhes impossível garantir o sustento e o desenvolvimento da cidade. Afirmavam ainda, os xerezanos, que caso deixassem de transladar a cidade poderiam perdê-la porque devido às péssimas condições, esta fatalmente se despovoaria. A esterilidade da terra, o clima, a dificuldade em dispor da mão-de-obra indígena eram alguns dos fatores que impediam o desenvolvimento de uma agricultura, ainda que de subsistência, acarretando na falta de recursos que lhes eram convenientes e necessários para garantir o sustento de todos. Afirmavam os xerezanos que dentre as causas principais que faziam desse local inadequado para que pudessem ali permanecer, destacavam-se:

[...] la primera ser el clima y costelacion enferma por estar thodabia debajo del tropico la segunda aber muy pocos naturales sercanos y los que ay tan debiles y de poca utilidad que no son sufisientes a sustentar esta dicha ciudad y lo outro estar muy apartada de las poblaciones de los yndios que ay en la provincia asi [Roto] mo ser la tierra muy ceca y faltandole el te[mpo]al de las aguas que de ordinario falta quando es nesesaryo se pierden y consumen las simenteras y no se haze cozecha la ulytma y mas perjudicial que en esto dicha ciudad questa anjambrada dellas por cya cauza no se na podido criar viñas y sustentar guertas ny tener arboledas de frutas de Castilla ny de la tierra quales penurias vitzas por las personas que aca bienen a bivir y los que pretendian despues benir no se anyman ny [roto] ponen a ello y el mayor y mas principal que desto resulta es el careser del consuelo espiritual porque no ay nyngun saserdote que quiera benir ny acistir en esta dicha ciudad...¹¹

Ao se deparar com inúmeras dificuldades, as quais impediam a sobrevivência e a manutenção do núcleo urbano xerezano no local onde se encontrava estabelecido, o próprio Ruy Diaz de Guzmán, após ter voltado de uma viagem ao Guairá, onde fora apaziguar os conflitos e enfrentamentos ocorridos naquela província, e encontrado a cidade de Xerez em precárias condições, buscando atender às reivindicações dos colonos, tratou de criar, junto aos demais moradores de Xerez, um movimento, solicitando do governador do Paraguai Hernadarias de Saavedra, permissão para que pudessem transladar a cidade.

¹¹ “1599, setiembre 26, Santiago de Jerez. El procurador Anton Bernal y vecinos de la ciudad presentan al cabildo un petitorio para que se traslade la ciudad y se nombre un procurador para ir a Asunción.” In: *Anuario de la Academia de la Historia*. Vol. XL – XLI, 2000 – 2001, p. 761.

Ao se referir ao local onde foi fundada pela segunda vez a cidade de Santiago de Xerez, Aguirre, assim como o padre Lozano, afirma que se encontrava situado, este núcleo urbano, sobre o rio Mbotetey, a aproximadamente 30 léguas, acima, de sua confluência com o Miranda e que tinham os espanhóis por vizinhos os moradores da província do Guairá. Xerez se encontrava localizado na região banhada pelo rio Mbotetey, também denominado na toponímia colonial como Bitetey ou, ainda, rio dos Apóstolos e, mais tarde, Mondego, em algum ponto na área compreendida, atualmente, pela bacia dos rios Miranda e Aquidauana, na parte não inundável do Pantanal sul-mato-grossense, o que nos permitiu, segundo as fontes consultadas, identificar os arredores, ou seja, a área conjunta dos atuais municípios de Miranda e Aquidauana, como “Campos de Xerez”¹².

O traslado da cidade, segundo Aguirre, ocorreu:

En tiempo del General D. Francisco de Beumont y Navarra fué quando se trasladó Santiago ao Mbotetei entre las encomiendas de Niguarás reducidos por el célebre Juan de Garay. Pertenecia entonces una de ellas à Hernandarias, como otras à diferentes vecinos de la Asuncion, entre quienes la de Bartolomé Gomes estaba muy cerca de la misma poblacion. Por esto el procurador Juan Gonzales de St^a. Cruz pidió à la contradijese y mandase despoblar. Las resultas que tuve esta solicitud las ignoro, y solo por otros documentos se infiere que Xerez se legitimó y permaneció.¹³

Aguirre segue afirmando, de acordo com o documento acima citado, que os moradores de Assunção, lamentando os prejuízos que teriam com a instalação de uma cidade junto aos índios Niguarás, os quais deveriam lhes servir como *encomiendados*, tentaram fazer com que novamente Xerez fosse despovoado. Para tal, os assuncenhos, juntamente com alguns xerezanos, como Juan de Molina e Miguel Lopez Barreda, ambos citados por Aguirre, apresentavam como justificativa, para a mudança do núcleo urbano, relatos onde constavam as dificuldades e a infelicidade em que viviam os habitantes de Xerez. Informa-nos ainda, o referido documento, que no ano de 1605, Andres Diaz, tenente de Ruy Diaz e Guzmán, ordenou um ataque contra os índios que até aquele momento se encontravam em paz com os colonizadores estabelecidos em Xerez: “Decia á

¹² MARTINS, Gilson Rodolfo. *Op. cit.*, p. 246.

¹³ AGUIRRE, J. F. “Diário del Capitán de Fragata de la Real Armada”. In: *Revista de la Biblioteca Nacional*, Argentina, Buenos Aires, Tomo II, n. 47 e 48, 1950, p. 308.

mas que los Ñiguaras se habian sublevado y muerto 80 persona del servicio de los españoles de la referida ciudad que por no tener bastimentos andaban por los montes manteniéndose de raices y frutas silvestres.”¹⁴

De acordo com as informações de um jesuíta anônimo, sobre as cidades do Paraguai, datada do ano de 1620, a cidade de Santiago de Xerez, na *Nueva Vizcaya*, encontrava-se localizada a mais de cem léguas de Assunção, situada sobre o rio Boteteí, rio de muito peixe, afluente do Paraguai e navegável em todo seu percurso. Entre os povos que habitavam a região, cita os Guanchas, os quais se encontravam divididos em três povoados somando aproximadamente mil índios. Além dos Guanchas cita os Guató, que se encontravam divididos em dois povoados, eram em torno de mil índios. Por último cita os Guapís, comunidade indígena formada por uns cem índios. Todas essas nações indígenas falavam línguas diferentes. Afirma que os Guetu habitavam entre os rios Taquari e Boteteí em grande número. Encontrava-se o primeiro povoado desses Guetu a uma distância de quinze léguas de Xerez. Mais adiante, no rio Taquari, afirma ter encontrado cerca de mil índios Guarani, habitantes dos “Campos de Xerez”. De acordo com o documento citado:

Ay quarenta leguas desde Xerez alla por el camino de la cordillera y por abajo abra ssenta leguas, de ali adelante no se há descubierto deiçen que há muchissima gente. Indios Ñiguaras que estan de paz en Xerez seran mill y docientos poco mas o menos y no ay mas gente Ñuara que esta quatro leguas de Xerez hacia el Paraguay poco mas o menos esta el primer pueblo de los Itatines gente Guarani que he dicho estan encomendados en la Assunçion.¹⁵

Encontramos em um testemunho do padre Antonio de Acosta de Souza, escrito em Santiago de Xerez, no ano de 1600, algumas referências sobre o lugar para onde a cidade deveria ser trasladada. Afirmou o padre, nesse documento, que se tratava de uma terra fértil, de bons pastos, montes e rios. Particularmente o rio Botetey, o qual, segundo ele, também era chamado de rio dos Apóstolos. Relatou o padre Antonio que o viu com seus próprios olhos, quando acompanhava o capitão Andrez Diaz, em um castigo aos índios indelinqüentes, e deparou-se com o rio. Permaneceram por quatro dias no rio Botetey, dispondo de muita caça

¹⁴ *Idem, ibidem* p. 309.

¹⁵ “Informe de um jesuíta anônimo sobre as cidades do Paraguai e do Guairá Espanhóis índios e mestiços. Dezembro de 1620”. (In: CORTESÃO, Jaime. (org.). *Op. cit.*, p. 172).

e pesca. Após seguirem navegando este rio Botetey abaixo, e em poucos dias encontravam-se em Assunção, onde obtiveram notícias de que eram muitos os índios que habitavam por aquela região. Algumas nações eram de índios canoeiros, outras de índios que moravam em terra firme. Eram esses índios lavradores, pescadores e caçadores.

Diogo Ferrer assim descreveu os índios Gualacho que habitavam as proximidades do rio Botetey:

[...] De aqui havia el Norte sobre y cerca del rio Butetey de esta banda del rio Paraguay ay muchos Gualachos labradores que tienen pueblos fixos y chacaras grandes y en ellas todo lo que tienen los Guaranis. y no difieren en nada dellos sino en la lengua, aunque diz que tambien ellos entre si tienen una lengua o dos universales, y entran a contratar com estos Itatines. tengo escritos dellos mas de veynte pueblos. tienen buen natural y algunos dicen que es aun mejor que el de los Guaranis, tienen mucho arroz que recojen por sus lagunas, y son grandes pescadores. (...) Arriba de estos Gualachos havia el Nordeste esta el rio Taquary que se desemboca en el Paraguay arriba de los Guayarapos. en este rio ay indios Guaranis que venian antiguamente a contratar com estos Itatines, pero por los Gualachos del rio Butetey que dixe estan entremedios y les esto- van el paso no se atreven a venir mas. Mas adelante havia el nordeste ay otros Gualachos bravos, y havia el norte estan las Amazonas.¹⁶

Ao se referir às condições de vida em Xerez, afirma o documento, que eram poucos os moradores de Xerez, todos eles mestiços e qualificados como sendo de baixos pensamentos. “Los vezinos de Xerez casi todos eran mestizos de baxos pensamientos que apenas llegarán â treinta hombres sin aver tenido mas que un Sacerdote que vino del Brasil por S^a. Pablo pocos años antes del dho de 1621 â quien encargaron un partido de Yndios ...”.¹⁷

Diante dos constantes conflitos com os indígenas, o núcleo colonial urbano xerezano, passou por grandes dificuldades. Para manter a cidade, necessitavam que os assuncenhos lhes enviassem constante ajuda de víveres e de gente. Não conseguindo se legitimar e nem se impor na região, os moradores de Xerez, recorriam constantemente a pedir ajuda e socorro ao Governador do Paraguai, que

¹⁶ “Ânua do Pe. Diogo Ferrer para o Provincial sôbre a Geografia e Etnografia dos indígenas do Itatim 21 – VIII – 1633”. (In: CORTESÃO, Jaime (org). *Op. cit.*, vol II, p. 47 – 48).

¹⁷ “Exame necessário do Pe. Lozano sôbre o manifesto de Pe. Vargas Machuca, 1760”. (In: CORTESÃO, Jaime. (org.). *Idem*, vol II, p. 317).

se encontrava em Assunção. Consta que Hernandarias de Saavedra, enquanto esteve à frente do governo do Paraguai, enviou ajuda por duas vezes aos colonizadores em Xerez. A primeira, no ano de 1602, sob o comando de Juan de Espinosa e a segunda em 1604, a qual esteve sob o comando de seu pai, de quem havia herdado o mesmo nome. Em 1607, diante da difícil situação dos colonos xerezanos, Hernandarias de Saavedra enviou um ofício ao Rei se referindo a teimosia de Ruy Diaz de Guzmán em fundar Xerez, despovoando Ciudad Real. Nesta expedição consta ainda que:

Tambien en este fué el hijo y ambos socorros llegaron á 60 hombres á mas de sus servicios; pero duraban poco tiempo en Xerez porque se manifiesta la hambre y necesidad que pasaban en tales términos que no podian subsistir. Al regresar los espinosas lo resolvieron por el rio que ay llamaban de Xerez. Se embarcaron com diez hombres y tuvieron á poco de su salida una refriega com los naturales de que salieron bien; pero despues tuvieron outra com los payaguas sin poder-lo remediar en que les fué mal. Ellos y un soldado Diego Moyano escaparon la vida trabajosamente; los demas murieron.¹⁸

Após constatar as dificuldades em se estabelecer em definitivo o novo núcleo colonial urbano, o procurador de Xerez Bernardino de Espinosa, no ano de 1605, relatou ser impossível à cidade se manter. Justificava Espinosa que Xerez necessitava constantemente de socorros e que, devido à distância, onde se encontrava localizada, os reforços e ajudas solicitadas pelos xerezanos, demoravam muito a chegar. Um outro aspecto, apontado por Espinosa, e que contribuía decisivamente para que Xerez permanecesse isolada é que a própria Assunção se encontrava em grandes dificuldades: “Asuncion se hallaba muy pobre y descarnada y su provincia expuesta á perderse y ser destruida como acababa de suceder á Chile si se confederaban los indios de Xerez com los Payaguas y Guaicurus.”¹⁹

Ao se referir especificamente às condições em que se encontrava Assunção, Aguirre faz uma importante observação sobre a importância dessa cidade, enfatizando a relevância que assumiu Assunção para toda a colonização do rio da Prata, e que achamos por bem transcrevê-la:

Esta república erigida entre las calamidades, elevada a matriz de las colonias del rio de la Plata, alcanzó algunos privilegios de metrópoli. Los colonos lle-

¹⁸ AGUIRRE, J. F. *Op. cit.*, p. 309.

¹⁹ *Idem, ibidem.*

varon el uso de la hierva mate y aún le propagaron á otras partes por la escasa comunicacion de aquel tiempo en España. A mas de la hierba, el tabaco, el dulce, el vino, el trigo el aguardiente y otros renglones les subministraba la Asuncion, que aunque fuesen de corta cantidad eran algunas ventajas para su subsistência.²⁰

As circunstâncias em que se encontravam envolvidos os colonizadores de Xerez em muito se diferenciava dos de Assunção em seu período expansionista. Xerez nunca conseguiu assumir a importância que obteve Assunção para a conquista do Rio da Prata. Além dos fatores anteriormente citados, as desavenças e rivalidades entre Hernandarias de Saavedra, governador do Paraguai e Ruy Diaz de Guzmán, tenente e governador de Xerez, a qual já era de longa data, contribuíam para que Hernandarias solicitasse constantemente o despovoamento de Xerez. A cidade de Xerez era vista por Hernandarias como intrusa, por estar localizada entre os índios que haviam sido anteriormente encomendados por Juan de Garay aos povoadores de Assunção. No entanto, mesmo enfrentando inúmeras dificuldades, o núcleo colonial urbano xerezano se conservou e permaneceu no local para onde havia sido trasladado, no ano de 1600.

A permanência de Xerez sobre o Mbotetey até o ano de 1632, no entanto, refletiu os esforços e a coragem dos colonos xerezanos em enfrentar as constantes rebeliões indígenas e submeter os poucos moradores e também os soldados que se encontravam na cidade. Os quais, na primeira oportunidade, devido as enormes dificuldades, abandonavam Xerez. “... los soldados que se na ydo desta ciudad se na ydo por no poderse sustentar en el comer ny bestir e que sabe este dicho testigo que algunas rayzes que se comyan en esta tierra y yervas e frutas silbestres van en desmynusion que algunas vezes la desean comer y falta.”²¹

Bastos²², ao tecer considerações sobre os motivos que determinaram o estabelecimento, pelos espanhóis, de um núcleo urbano no Itatim, afirma que esta fundação está relacionada ao fato de que os espanhóis pretendiam se instalar nessa região porque sabiam da possibilidade de atingir o Peru pelo Itatim. Pois

²⁰ *Idem, ibidem*, p. 354 – 355.

²¹ “1600, noviembre 6. Santiago de Jerez. Testimonio del padre Antonio de Acosta de Souza”. In: *Anuario de la Academia Paraguaya de la Historia*. Vol XL – XLI, 2000-2001, p. 776.

²² BASTOS, Uacury Ribeiro de Assis. *Op. cit*

essa rota já havia sido anteriormente percorrida e comprovada. Assim esclareceu Bastos:

Seus conexões com o Peru, conhecidas e comprovadas, através das diversas expedições que cruzaram o Chaco partindo de Itatins, foram fatores decisivos para a fundação de Xerez. Também o problema das *encomiendas* de índios dos assuncenhos foi motivação importante na penetração de colonos espanhóis ou seus descendentes, no Itatim²³.

Quanto ao modo de vida que se estabeleceu em Xerez, Gadelha²⁴, nos esclarece que mesmo tendo escravizado os índios Ñuara, estes viviam sempre revoltados contra os colonos xerezanos. Um exemplo de que esses índios nunca aceitaram a presença colonial espanhola em seu território, são as inúmeras revoltas dos Itatins nesse período. Além dessas revoltas, outro fator que inviabilizou a permanência de Xerez no território do Itatim é que este núcleo colonial se encontrava isolado das mais importantes rotas comerciais, o que impedia o desenvolvimento de sua economia. Devido ao fato de se encontrar afastada, era difícil sua comunicação com Assunção. A cidade ainda era vítima dos constantes ataques por parte dos Paiaguá e dos Guaicuru.

Diante dessas circunstâncias afirma Gadelha que:

[...] apesar das tentativas para manter a vila, esta definhava, não restando mais que quinze homens brancos no local, no início do século XVII. Manter Xerez representou ato de coragem e heroísmo da parte dos que se sacrificaram, permanecendo no local, pois quem mais tirava lucro da situação era, na verdade, alguns encomenderos assuncenhos, desejosos de se aproveitar da mão-de-obra em potencial, representada pelos índios dessa região²⁵.

Costa²⁶, enfatizou que muito embora a localização do novo núcleo colonial tenha sido descrita por seu fundador como de boas condições, na prática a realidade mostrava indícios de que havia uma dose de otimismo um tanto exagerada por parte de Guzmán, devido ao fato de que:

Santiago de Xerez não conseguiu prosperar, nunca chegou a ser um grande núcleo populacional. Em 1605 contava apenas com quinze homens capazes de to-

²³ *Idem, ibidem*, p. 70.

²⁴ GADELHA, Regina Maria A. F. *Op. cit.*, 1980.

²⁵ *Idem, ibidem*, p. 81-82.

²⁶ COSTA, Maria de Fátima. *Op. cit.*, 1999.

mar armas; carecia de padres e de eclesiásticos. Falava-se de tanta miséria que seus habitantes sobreviviam alimentando-se de raízes. Esta precariedade deve-se, entre outras coisas, à inexistência de comércio regular, à difícil comunicação com Assunção e aos constantes ataques de Payaguá e Mbayá-Guaykurú. Em vista disso, o próprio governo assuncenho solicitou seu despovoamento. Contudo, em meio a esta miséria, conseguiu subsistir até 1632²⁷.

De acordo com as fontes consultadas encontramos muitas evidências de que a cidade de Santiago de Xerez, ao contrário das descrições um tanto otimistas, feitas por seu fundador, Ruy Diaz de Guzmán, desde a sua primeira fundação, enfrentou muitas dificuldades para se manter. Encontramos uma descrição feita por Guzmán em que ele destaca as qualidades de Xerez, na tentativa de justificar sua fundação:

Esta ciudad de Santa Cruz está com la de Jerez de leste á oeste, 60 leguas de rio, y la de Jerez 30 a mano derecha, a cual está ciento y tantas leguas de la Asuncion. Tiene su fundacion sobre un rio navegable y caudaloso, llaman los naturales Botetey, y está de la esquinoccial 20 grados, tiene muy buenas tierras, está dividida en alta y baja hay en ella muchas naciones de indios que todos son labradores. Los que habitan en lo alto, se llaman Cutaguas y Curumias, todos de una costumbre y lengua, gente nien inclinada, y no muy bárbara; no usan ningun jénero de brebaje que los embriague, aunque los deabajo tienen muchos: hablan diferentes lenguas, y están poblados entre rios y lagunas, los cuales ademas de las cosechas de legumbres que cojen, tienen cerca de las lagunas tanto arroz silvestre, de que hacen muy grandes trojes, y silos, que siempre se hallan provistos de este gran sustento: cojen en toda aquella provincia mucho algodón, que sin beneficio alguno se dá en gran cantidad, y es tanta la miel de abeja silvestre, que todos los montes y árboles tienen sus colmenas y panales de que sacan gran cantidad de cera, y se aprovechan de ella en las gobernaciones del Paraguay y Tucuman. Es abundante de pastos, donde se cria todo jénero de ganados, y muy f'rtil de pan y vino, y de todas las legumbres y semillas de Castilla. Finalmente es una provincia de mucha estima y de las mas nobles y ricas de aquella gobernacion, por que á la falda de una Cordillera, que parte aquella tierra en alto e baja y viene bojeando desde el Brasil, se han hallado minerales de oro com muchas muestras de metales de plata²⁸.

²⁷ *Idem, ibidem*, p. 45.

²⁸ GUSMÁN, Ruy Diaz. *Anales del descubrimiento, poblacion y conquista del rio de la Plata*. Paraguai: Ediciones Comunero, 1980, p. 29-30.

Muito embora Guzmán insista em atribuir e ressaltar as qualidades de Xerez, o fato é que a cidade não prosperou. Sem recursos, passou a viver precariamente, sendo constantemente ameaçada pelos Guaicuru cavaleiros e pelos Payaguá canoeiros, os quais dificultavam as comunicações entre Xerez e Assunção pelo rio Paraguai. Com a aproximação dos paulistas instalando povoados no rio Paraná acima, em busca da mão-de-obra indígena Guarani dos Campos de Xerez e do Itatim, se intensificaram os riscos de se perder, para os portugueses, o povoado de Xerez.

Encontramos em uma carta Ânua as seguintes referências sobre o Itatim:

La Provincia del Itatin esta este rrio del Paraguay arriba. Toda es gente Guarani, estos indios han sido siempre quietos nunca han hecho mal a español, quieren sacerdotes, no se los han dado. Muchos há que yendo y viniendo a Santa Cruz de la Çierra passaron por alli españoles alvergaronlos bien batizaron algunos y dejaron raçonable cantidad de mestizos. Junto a estos indios estan las minas de azogue que diçen han hallado y tambien dicen que ay plata cerca de ellas. Como ninguno governador toma esto a pechos todo se estara esta provincia distante de la çiudad de la Assumpçion çien leguas poco mas o menos.²⁹

Diante das constantes ameaças, o procurador de Xerez Alonso Riquelme de Guzmán, solicitou ao governador de Assunção que lhes enviasse algum socorro, pois estavam pobríssimos e eram muito poucos. Na mesma ocasião, em 10 de abril de 1617, escreveu Alonso Riquelme ao cabildo, cujas justiças eram Juan Fernandez Villalobos e Andrés Diaz de Rivera e também ao governador, remetendo-se a seus tenentes onde novamente afirmou:

Que estan rodeados de indios por conquistar y para maior trabajo rebelados los Itatines por lo que pedian les enviase para su guarda, los vezinos de la ciudad que andaban fuera. Que los portugueses entraron en su provincia, robaron los indios Taquari y se tenia por cierto volverian á la ciudad y al Itatin á destruir todas las encomendas. Que o padre Antonio Acosta se habia ido a S. Pablo com todos los indios de nacion Pinchumiai cuya fuga no se supo hasta los dos meses, por lo que se le siguió inutilmente mas de cien leguas. Se creia fuese cosa tratada com los portugueses pues fué su entrada al mismo tiempo que la ida del padre hacia ellos, mayormente quando, segun los naturales, habia dos años que los portugueses entraron la primera vez.³⁰

²⁹ “Informe de um jesuíta anônimo sobre as cidades do Paraguai do Guairá espanhóis, índios e mestiços. Dezembro de 1620.” (In: CORTESÃO, Jaime (org.). *Op. cit.*, vol. I, p. 169).

³⁰ AGUIRRE, J. F. *Op. cit.*, p. 312.

A catequese dos índios Guaraní Itatins assentados no âmbito dos “Campos de Xerez”, resultou na constituição da Província Jesuítica do Itatim. No entanto, esclarece Martins³¹, que as relações entre jesuítas, índios e colonos xerezanos, desde o início, não se deram de forma harmoniosa. Ao contrário, os jesuítas impuseram resistentes obstáculos à apropriação compulsória da mão-de-obra indígena catequizada, o que era, portanto, contraditório e incompatível com o modelo da economia colonial ibérica, baseada no sistema das *encomiendas*.³²

Para Monteiro³³, muito embora os jesuítas estivessem defendendo os interesses das metrópoles coloniais, a serviço dos reis católicos, acenavam com uma proposta alternativa de colonização que buscava, por meio dos aldeamentos e da catequese, transformar o índio em mão-de-obra produtiva. O aldeamento tinha como objetivo, além do trabalho de catequese e conversão dos indígenas nas Reduções, impedirem o acesso direto dos colonizadores a apropriação compulsória do trabalho indígena, método este que levava a escravização e conseqüentemente ao extermínio das populações autóctones de toda a América.

Cortesão³⁴, ao apresentar o histórico das primeiras missões jesuíticas que se estabeleceram na província do Paraguai, catequizando os índios do Guairá e, a partir de 1632 os do Itatim, destacou o trabalho dos padres em Ciudad Real do Guairá, sobre o Paraná, em Vila Rica do Espírito Santo, sobre o Ivaí, e em Santiago de Xerez, sobre o Aquidauna. Para Cortesão o Guairá, Vila Rica e Xerez serviam como ponto de escala, ou seja, de passagem dos paulistas nas viagens em busca das sonhadas minas do Peru. Porém, afirma que é possível que nem todos os que iam ao Guairá ou até Vila Rica faziam a viagem ao Peru. Mas certamente os que passavam por Santiago de Xerez, atravessavam o Pilcomaio e o Guapaí e seguiam em direção às tais minas.³⁵

Na compreensão apresentada por Esselin³⁶ a fundação de Santiago de Xerez no Itatim está relacionada à busca de um caminho para o Peru na medida em que:

³¹ MARTINS, Gilson Rodolfo. *Op. cit.*

³² *Idem, ibidem*, p. 247.

³³ MONTEIRO, Johan Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*: São Paulo: Cia. de Letras, 1994.

³⁴ CORTESÃO, Jaime. Raposo Tavares..., *op. cit.*

³⁵ *Idem, ibidem*, p. 291 e 297.

³⁶ ESSELIN, Paulo Marcos. *Op. cit.*

“As ligações comprovadas desse território com os Andes, através de diversas expedições, foram decisivas para o seu estabelecimento. Ficava a apenas quatrocentas léguas de Potosi e, apesar das dificuldades de acesso animava aos colonos a possibilidade de contatos com as regiões produtoras de metais”³⁷.

Em uma petição do padre João Batista Ferrufino, de 1649, relatou o padre, ao ouvidor da província do Paraguai, Garabito de Leon, as dificuldades e os riscos em que se encontravam os poucos índios que haviam conseguido escapar das repetidas invasões que os portugueses de São Paulo faziam na província do Itatim. Afirmava o padre, que a nação Guarani, por ser uma das mais numerosas do Novo Mundo, se encontrava no momento consumida, acabada e despovoada. Os paulistas em suas incursões pela província do Guairá haviam aprisionado um grande número de índios, outros tentando fugir do assédio bandeirante preferiam seguir junto com os padres para outras regiões. Sendo assim, as muitas províncias do Paraguai, as quais se estendiam por milhares de léguas, se encontravam desfalcadas de seus habitantes nativos.

Quanto ao despovoamento de Santiago de Xerez afirmou Ferrufino que:

Descendiendo pues en particular a tratar de las invasiones, que na hecho en la Prov^a. de los Itatines, de que hablamos. notoria cosa es que el año de treinta y dos despoblaron los dhos Portugueses la ciudad de Jerez quitando a sus moradores los Indios de sus encomiendas que tenia en su servicio, y traiedo por guia a D. Diego de Orrego, que haciendo off^o. de teniente en la dha ciudad de Jerez se entro entre ellos [entraron por la dicha Prov^a. de los Itatines] cautivando y llevando consigo gran parte de sus moradores, y destruiéron cuatro pueblos, que avian começado a fundar los Padres Diego Ferrer, Justo Manzilla, Nicolas Enarcio, e Ignacio Martinez, que poco antes avian entrado en dar principio a la conversion de esta gentilidad, y al ultimo de los Padres referido le afligieron e trabajaron sobremanera, teniendole tres dias preso sin darle de comer, porque com libertad les afeava, tan enormes desafueros.³⁸

As bandeiras que assolaram o Guairá e também Santiago de Xerez partiam de São Paulo e contavam com a presença de muitos mamelucos e dezenas de índios auxiliares. Os tenentes dessas expedições eram comandados pelo mestre de

³⁷ *Idem, ibidem*, p. 48.

³⁸ “Petição do Pe. João Baptista Ferrufino ao ouvidor Garabito para mudar os índios Itatim reduzidos para outro lugar. 1649”. In: CORTESÃO, Jaime (org.). *Op. cit.*, vol. II, p. 78.

campo Antônio Raposo Tavares, também identificado como cabo da tropa. Monteiro³⁹ afirma que ao sair de São Paulo, tinha esses expedicionários, um único objetivo: “aprisionar o maior número possível de índios os quais seriam utilizados como mão-de-obra compulsória em seus empreendimentos, alimentando, desta forma, uma crescente força de trabalho indígena que se fixava no planalto e era necessária para tocar os empreendimentos agrícolas dos paulistas”⁴⁰.

No ano de 1628 partiu, então, de São Paulo, uma grande bandeira, a qual reuniu aproximadamente 900 mamelucos e 2.000 índios auxiliares, comandados por cerca de 70 paulistas. As bandeiras paulistas costumavam ser bianuais. No início do ano seguinte, 1629, adentraram a província do Guayrá, onde segundo o padre Montoya, afirmavam os paulistas, que estavam dispostos a expulsar os jesuítas, assim como expulsariam também a todos os espanhóis, que se encontravam naquela região, alegando que estavam estabelecidos em domínios territoriais que pertencia aos portugueses e não ao rei da Espanha. O vice-rei do Peru relatou a Filipe IV, em 1632, que os paulistas sustentavam ser legitimamente seu o território guairenho. Assim pretendia os portugueses expulsarem os jesuítas espanhóis do território do Guairá e reconquistar, para o Brasil, aquela região ocupada pelos castelhanos.

Affonso de E. Taunay⁴¹, ao examinar a documentação bandeirante faz uma importante consideração a esse respeito:

Fato curioso: o tom de toda essa documentação revela as circunstâncias de que ninguém considerava os paulistas como gente que fosse súdita do monarca espanhol. Tôdas estas denúncias apresentam estes acontecimentos como se em 1580 não houvesse ocorrido a integração de Portugal na monarquia dos Áustrias. Persistia como que a impressão nítida de que as relações das duas coroas eram pura e simplesmente as antigas dos tempos pós-aljubarrotanos.⁴²

Diante dessas evidências, podemos perceber como a questão de limites territoriais entre Portugal e Espanha, no continente sul-americano, desde o seu início foi tenso e conflituoso. Tais conflitos resultaram em muitos descontentamentos,

³⁹ MONTEIRO, John Manuel. *Op. cit.*

⁴⁰ *Idem, ibidem*, p. 8.

⁴¹ TAUNAY, Affonso de E. *História das bandeiras paulistas*. São Paulo: Melhoramentos, Tomo I, 1951

⁴² *Idem. ibidem*, p. 62.

desentendimentos, impasses e ações de espionagem por parte de ambas as metrópoles coloniais envolvidas, os quais se arrastaram por muito tempo. Somente com a assinatura do Tratado de Madri em 1750 é que se estabeleceram os limites territoriais entre as metrópoles coloniais ibérica no continente sul-americano.

Jaime Cortesão⁴³ acredita que embora a União Ibérica possa ter propiciado algumas mudanças na política metropolitana, em relação às colônias da América, considera que essas mudanças foram bem menores e menos significativas, em suas amplitudes, do que costumam crer e afirmar alguns historiadores. Isso, segundo Cortesão, por desconhecerem as particularidades que regulamentaram essa união. Cortesão aceita o fato de que a união das duas coroas contribuiu de certa forma, para atenuar a acirrada oposição em que viviam anteriormente as duas monarquias ibéricas, pela posse das descobertas. Mas quanto às penetrações sociais e culturais entre Portugal e o Brasil e as províncias castelhanas da América, bem como o desejo alimentado pelos portugueses e platinos, de que a união das coroas peninsulares, sob o cetro filipino, fosse abrir-lhes francamente a região do Prata ao tráfico com o Brasil, tiveram suas expectativas frustradas. Porém, ressalta Cortesão que ganharam certo impulso as relações comerciais entre Buenos Aires e Santa Fé, de um lado e os portos brasileiros de outro.⁴⁴

Sérgio Buarque de Holanda⁴⁵, nos esclarece que, depois da fundação da segunda Buenos Aires, em 1580, data que coincide com o início da União Ibérica, os espanhóis, sim, passaram a se opor aos contatos comerciais que pudessem ser realizados pelo Prata, visando atingir o Peru por intermédio de Tucuman e Charcas, devido à concorrência que poderia oferecer Buenos Aires e a rota continental à clássica rota do Pacífico. “Pelo novo caminho sairiam prejudicados, não só o comércio de Sevilha com Terra Firme e o vice-reinado do Peru como a própria fazenda real, pois iria provocar ele uma autêntica sangria da prata e do ouro, especialmente da prata de Potosí, estimulando, além disso, o contrabando.”⁴⁶

Discordando de Cortesão, Sérgio Buarque de Holanda enfatiza que a união das duas coroas permitiu sim maior aproximação e maiores contatos entre as

⁴³ CORTESÃO, Jaime. *Jesuitas...*, *op. cit.*, v.1.

⁴⁴ *Idem, ibidem*. p. 76.

⁴⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque. *O extremo oeste*. São Paulo: Brasiliense, 1986

⁴⁶ *Idem, ibidem*, p. 126.

colônias sul-americanas espanholas e portuguesas, independentemente das determinações oficiais. Foi em consequência da União Ibérica, que os paulistas passaram a incursionar com mais facilidade e com mais frequência sobre as terras da Coroa de Castela, onde as guarnições militares eram muito poucas e as distâncias percorridas eram imensas. Considera ainda Holanda⁴⁷, que na medida em que a colonização espanhola voltava suas atenções para o Peru, priorizando as atividades nas áreas produtoras de prata e ouro, atraída e fascinada pelos lucros com a mineração, ignorou e tratou com certa indiferença as demais regiões sobre seu domínio.

Promovendo incessantes ataques os bandeirantes paulistas apossaram-se das reduções de San Miguel, San Antonio, Jesus-Maria, Encarnacion, San Xavier e San José. Diante dos assaltos às suas Reduções, os padres reuniram em San Ignacio e Loreto os índios que conseguiram escapar das perseguições dos bandeirantes paulistas e abandonaram a província do *Guayrá*. Jesuítas e índios foram se estabelecer entre o Paraná e o Uruguai, onde já possuíam outras aldeias. Enquanto os jesuítas transferiam os índios para outro lugar, onde pudessem estar fora do alcance dos mamelucos de São Paulo, no ano de 1631 os bandeirantes se apoderavam dos povoados de Villa Rica e Ciudad Real destruindo-os completamente. Dessa forma, afirmam os missionários, que os paulistas destruíram com impiedade e crueldade nunca vista, uma das mais numerosas e prósperas províncias católicas. Mais de dez mil almas foram chacinadas, escravizadas e dispersas, havendo os de São Paulo conquistado mais de cem léguas da Coroa de Castela como se fora de algum rei estranho ou inimigo, agindo como se desconhecessem, de fato, a União das duas Coroas.

Examinando a documentação referente ao período estudado, encontramos denúncias feitas pelo governador de Buenos Aires, D. Pedro de Estevão Davila, contra os graves danos causados pelos paulistas a província do Paraguai. Afirmou Davila que:

[...] Llegado que fui al Rio de Janero vi y reconoci ser cierta la relacion que se me avia hecho pues a mis ojos se vendian los indios en aquella Ciudad traydos por los vezinos de la villa de San Pablo, como si fueran esclavos y dados por tales por V. M. e ynformado vine averiguar vervalmente como desde el ano de

⁴⁷ *Idem, ibidem.*

28 hasta de 30 avian traydo los vezinos de San Pablo mas de setenta mil almas de las reducciones de los Padres de la compañía del destrito de este govier-no y del del Paraguay, en que havian usado los dichos vezinos de San Pablo crueldades y inhumanidades increybes hasta faltar en sus acciones a catolicos Xptianos.⁴⁸

No ano de 1632, após capturarem e aprisionarem um grande número de índios e saírem vitoriosos do Guairá, os bandeirantes paulistas voltaram-se para o sul de Mato Grosso, para o Itatim, como se dizia, onde se encontrava estabelecido o núcleo colonial urbano de Santiago de Xerez. Na ocasião dessas invasões, os bandeirantes renderam os moradores de Xerez os quais, diante da precária circunstância em que se encontravam, passaram a colaborar com os portugueses, na invasão aos demais povoados indígenas do Itatim. Os xerezanos seguiram junto aos bandeirantes aterrorizando e aprisionando um grande número de índios. Os padres da Companhia de Jesus se referiam aos paulistas como se fossem verdadeiros dragões devoradores de todas aquelas terras, utilizando-se das armas que melhor sabiam manejar: o engano e a mentira.

Na ocasião dessas invasões:

[...] os paulistas transpondo o alto Paraná, não só tomaram Santiago de Xerez, estabelecimento espanhol, sito perto das nascentes do Aquidauana, como também destruíram as três reduções de San José, Angeles e San Pedro e San Pablo, que os jesuítas tinham acabado de formar, com índios Itatins, a oeste do rio Pardo, no atual Estado de Mato Grosso. Alguns castelhanos, moradores em Xerez, e que estavam de boa avença com os bandeirantes passaram-se nessa ocasião para São Paulo.⁴⁹

Os moradores das cidades despovoadas pelos bandeirantes, entre elas, Vila Rica e Ciudad Real no Guairá e Santiago de Xerez no Itatim, ao constatarem que haviam perdido seus índios, suas casas e suas fazendas, e que, naquele momento, se encontravam em desvantagens para resistir, se viram obrigados a seguir junto com os paulistas para São Paulo, ao invés de buscarem refúgio ou proteção em

⁴⁸ Representação do Governador de Buenos Aires, D. Pedro Estevão Davila, a Felipe IV em que denuncia os graves danos causados pelos paulistas à província do Paraguai e propõe os meios para remediá-los 12- X – 1637. In: CORTESÃO, Jaime (org.). *Op. cit.*, vol. II, p. 61.

⁴⁹ MAGALHÃES, Basílio. “Expansão geográfica do Brasil até fins do século XVII”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro. Tomo Especial. Parte II, 1914. p. 102.

Assunção. Segundo Diogo Ferrer, vários foram os motivos para que os espanhóis de Xerez seguissem com os paulistas. Em sua Carta Ânua de 1633, assim se referiu ao fato em questão: “y como com los Portuguezes venian los Españoles de Xerez los quales unos por miedo que tenian de los Portuguezes, otros por averse del todo ya entregado a ellos, afirmavan lo mismo, facil foi persuadir a los indios en ausencia del Pe. que fuessen com ellos a pelear contra sus hermanos.”⁵⁰

Devido aos constantes ataques bandeirantes que se seguiram e se intensificaram por toda a região do Guairá e dos Campos de Xerez, a partir de 1628, o fato é que pouco tempo depois do despovoamento da província do Guairá, acontecia a ruína e o despovoamento de Santiago de Xerez, a qual também foi vítima dos ataques dos mamelucos de São Paulo. Em uma informação citada pelo procurador Francisco Sanchez Cabrera, consta que o povoado de Xerez foi surpreendido e seus moradores foram presos. Na ocasião o general D. Martin de Ledesma Valderrama ao saber da entrada dos paulistas em Xerez, enviou uma armada sobre o comando dos capitães Cristobal Ramires e Felipe de Torrillas e Linares para que fossem prestar socorro aos xerezanos. Contudo, quando a expedição chegou a Xerez, não conseguiu alcançar os invasores, os quais já haviam se retirado levando muitos índios por prisioneiros.⁵¹

No ano de 1632, as bandeiras paulistas, que desde a primeira metade do século XVII, haviam iniciado suas investidas em direção aos territórios de domínio espanhol, após destruir o Guairá, invadiram Santiago de Xerez. Afirmar Costa⁵², que os bandeirantes invadiram Xerez, mas não a destruíram, ao contrário do que afirmam alguns historiadores. “São os seus miseráveis habitantes que, ao sentirem a aproximação dos paulistas, resolvem abandoná-la. Coincidentemente, foi nesse mesmo ano de 1632 que os jesuítas estabeleceram suas missões no Itatim”⁵³.

⁵⁰ Ânua do Pe. Diogo Ferrer para o Provincial sôbre a Geografia e Etnografia dos indígenas do Itatim VIII – 1633. In: CORTESÃO, Jaime (org.). *Op. cit.*, vol. II, p. 39.

⁵¹ O documento segue afirmando que, muito embora a ajuda enviada tenha chegado tarde em Xerez, mesmo assim foi de grande utilidade porque no caminho reconheceram alguns índios que se encontravam dispersos e com eles fundaram outros dois povoados. Um se chamou São Benito e o outro Nossa Senhora da Fé. Nesses dois novos povoados atuaram dois jesuítas que se encontravam junto aos índios quando se deu o despovoamento de Xerez. AGUIRRE, J. F. *Op. cit.*, p. 391.

⁵² COSTA, Maria de Fátima. *Op. cit.*

⁵³ *Idem, ibidem*, p. 45.

Diante das evidências históricas apresentadas consideramos que o Paraguai passou então a vivenciar um novo momento em sua história. Após o despovoamento de Santiago de Xerez pelos espanhóis em 1632, os portugueses se estabeleceram na região. No entender de Juan Francisco de Aguirre, responsável pelos trabalhos de demarcação dos limites das terras da Coroa espanhola na América do sul, ao analisar criteriosamente o material histórico disponível, considerou que o abandono pelos espanhóis das posições que já ocupavam, tanto no Guairá como em Xerez resultou não de seu pouco valor, mas sim de sua pouca vontade de lutar. Afirmar Aguirre que os espanhóis que deixaram o Guairá não tinham outro pensamento senão o de se irem daquelas terras e procurarem melhor vida. Considerou este que os assaltos dos paulistas serviram apenas como um pretexto. Aguirre admite também que Assunção encarava com indiferença o abandono das terras já povoadas e nem deu qualquer passo para defendê-las da fúria lusitana.

Ao comentar essa indiferença, sugerida por Aguirre, Sergio Buarque de Holanda⁵⁴, afirma em suas considerações que:

[...] se essa indiferença era de lamentar no caso do Guairá, tornara-se imperdoável no tocante a Xerez. Só depois de descobertas as riquezas minerais do Cuiabá e do Mato Grosso, que caíram em mãos de portugueses, puderam os assuncenhos reconhecer os prejuízos irreparáveis que vieram a sofrer por não reconhecerem em tempo a importância daquele estabelecimento, situado junto ao Mbotetê, que os mamelucos puderam impunemente destruir em 1632⁵⁵.

De acordo com as fontes consultadas foi possível verificar que a partir de 1620 se intensificaram os ataques dos bandeirantes luso-paulistas sobre a região das antigas províncias do Guairá e do Itatim. Com o abandono de Santiago de Xerez pelos colonos xerezanos, na ocasião do ataque bandeirante de 1632, o domínio espanhol sobre a região se tornou cada vez menor. No ano de 1750 quando se deu a assinatura do Tratado de Madri, o qual adotou o *uti possidetis* como critério para estabelecer os limites territoriais entre Portugal e a Espanha na América do Sul, o Paraguai Católico Colonial, na expressão de Sanches Labrador sofreu uma drástica redução. Todo o território do atual Mato Grosso do Sul passou efetivamente ao domínio português, pois eram estes que se encontravam estabelecidos na região em 1750 quando o Tratado foi ratificado.

⁵⁴ HOLANDA, Sergio Buarque de. *Op. cit.*

⁵⁵ *Idem, ibidem*, p. 97.

Consideramos que ao voltarmos nossas atenções para o estudo do período colonial brasileiro, particularmente para a montagem das etapas iniciais, buscamos compreender quais foram as circunstâncias históricas em que se deu a presença colonial espanhola, na região do atual Estado de Mato Grosso do Sul. Partimos da premissa de que os fenômenos descritos com imprecisões e contradições são os que precisam ser questionados, investigados e revisitados, para que dessa forma possamos ter condições de esclarecer e entender as particularidades da conquista e o início da colonização desse espaço regional, o sul de Mato Grosso colonial.



Dossiê

*A cidade como objeto de
reflexão interdisciplinar*

1ª Parte

Imagens urbanas assombrosas: controle social nas cidades brasileiras da Belle Epoque

Carlos Martins Junior*

Frente às transformações estruturais ocorridas na virada do século XIX para o XX, as elites dirigentes brasileiras delinearam um abrangente projeto visando à submissão das camadas populares, fundamentado em dois movimentos simultâneos: promoveu-se uma ideologia valorizadora do trabalho e, sob a justificativa de ordenar o “caos urbano, impunha-se um contínuo esquema de vigilância e repressão do cotidiano da população urbana, processo definido, no plano semântico, como “civilizatório”. Propõe-se refletir sobre os aspectos que ensejaram esse projeto, suas características e os impactos sobre o cotidiano dos populares.

Palavras-chave: Cordenamento urbano. Cotidiano. Camadas populares.

Front on structural transformations that have occurred at the turn of the 19th century to the 20th Brazilian leadership elites have developed a comprehensive project aiming to grass-roots submission, supported by two simultaneous movements: promoted a fulfilling work and ideology in the justification to order the “urban chaos”, it was one continuous surveillance scheme and suppression

No terzo final do século passado, profundas transformações sacudiram a Europa, motivadas pelas formações das grandes propriedades industriais, contrabalançadas pela organização do movimento operário, dos sindicatos e dos partidos trabalhistas e socialistas. Além disso, o ineditismo do crescimento urbano, em ritmo acelerado e desordenado, conferiu às grandes cidades de praticamente todo o mundo o caráter de experiência social mais insólita e crítica do século XIX.¹

Movidos pela perplexidade e pelo tormento diante da experiência da urbanização, os ingleses, por exemplo, perguntavam-se insistentemente: “o que faremos com as nossas grandes cidades? O que nossas grandes cida-

* Professor titular do Curso de História do Campus de Aquidauana da UFMS, membro dos Programas de Mestrado em Estudos Fronteiriços, da UFMS, e em História, da UFGD. E-mail cmartins@dr.com

¹ HOBBSAWM, Eric J. *A Era do Capital (1848-1875)*. 2ª edição. RJ: Paz e Terra, 1979, p. 42.

of everyday urban population, the procedure laid down in the semantic plan, such as” civilization “. This article proposes to discuss the aspects that led to that project, its cha-

racteristics and the impacts on the daily life of popular.

Key words: Urban planning. Daily life. Popular layers.

des farão de nós?”.² Vivenciando o mesmo tormento, intelectuais americanos apelavam para juízos moralizantes, como o de J. N. Ingrahan ao afirmar que “Adão e Eva foram criados e colocados num jardim; as cidades são o resultado da queda”.³ Do mesmo modo, na França, desde 1833, o doutor Parent - Duchatelet, alarmado com o problema da pressão demográfica em Paris, configurava uma situação de emergência, chegando mesmo a sugerir que os habitantes mais antigos e privilegiados se retirassem da cidade, pois:

[...] desse aumento da população nasceram duas causas que, agindo juntas sem cessar, fizeram desaparecer vantagens que nossos pais vieram procurar na cidade e produziram aqui um estado de coisas que, atualmente, se aproxima da barbárie e que, seja na cidade, seja nas povoações que a cercam, tornou-se intolerável para mais de 100 mil indivíduos. As duas causas concernem, de uma parte, para o agigantamento de Paris e, de outra, ao aumento da massa de matérias suscetíveis de produzir emanções infectas.⁴

Junto ao processo de industrialização e de crescimento urbano, a expansão imperialista, principalmente na África, gerava receios de levantes dos povos conquistados, colocando a questão das fronteiras classistas e raciais entre as mais importantes linhas delimitadoras para a sociedade de diversos países europeus. Analisando as condições específicas da Inglaterra entre as décadas de 1880 e 1890, momento em que a expansão imperial desse país atingia o apogeu, fazendo crescer o receio de degeneração e da queda e levando muitos observadores a comparar o Império Inglês aos Impérios Grego e Romano no período da decadência dos mesmos, afirmou Elaine Showalter, que “enquanto outras raças pareciam distantes e exóticas, a classe operária estava bem à mão”.⁵

² *Idem*, p. 45.

³ Apud HOBSBAWM, Eric J. Op. cit., p. 47.

⁴ Apud SEVCENCKO, Nicolau. “Perfis urbanos terríveis em Edgar Allan Poe”. *Cultura e Cidades*. São Paulo: ANPUH/ Marco Zero, vol. 5, nº 8/ 9, 1985, pp. 71-72.

⁵ SHOWALTER, Elaine. *Anarquia Sexual (Sexo e Cultura no Fin de Siècle)*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993, p. 36.

Devido à forte depressão econômica que atingiu a Europa Ocidental no final da década de 1870, a década seguinte viu nascer o termo “desemprego” e, com ele, uma grave crise na relação entre as classes sociais. O centro das grandes cidades passou a ser percebido como o lugar de concentração do “resíduo”, formado por miseráveis crônicos e desempregados “contumazes”. Considerando que esse submundo vivia em cortiços, gerando a doença, a ignorância, a loucura e o crime, problemas tidos por muitos analistas como incontornáveis, alguns eugenistas sustentavam, apoiados na tese da degenerescência urbana como fator da deterioração geral da raça, a idéia de que aos pobres não deveria ser permitido o direito de reprodução.

No tocante à questão racial, o temor das rebeliões coloniais, da mestiçagem e dos casamentos inter-raciais despertou o interesse da ciência e da política para com a fixação de linhas demarcatórias bastante nítidas entre brancos e não-brancos, entre ocidentais e orientais. Assim é que a ciência do período, em especial a antropologia física, devotou-se a estabelecer a legitimidade da hierarquia e da diferenciação sobre as raças e as classes, bem como em demonstrar o perigo da degenerescência física e moral representado pelo desrespeito a esses limites.

Aliás, não faltaram, à época, metáforas raciais para descrever as relações entre as classes. Em *Darkest England* (1890) e em *Darkest London* (1891), Willian Booth e Margaret Harkness, respectivamente, traçaram paralelos entre os problemas da selva africana e da selva urbana, onde os desabrigados, a pobreza, a fome, o alcoolismo e a violência sexual podiam ser vistos todos os dias: “Como na África são só árvores, árvores e mais árvores, sem qualquer outra paisagem concebível”, escreveu Willian Booth, “da mesma forma ocorre aqui - é só o vício, a pobreza e o crime”.⁶ Explicitamente, tudo o que era escuro ou labiríntico podia estar localizado na África, no Oriente ou mesmo nos bairros operários de Londres ou de qualquer outra grande cidade do Ocidente. Fosse por medo ou compaixão, o confinamento da pobreza nos bairros operários, a carência de habitações urbanas e o desemprego geral eram estados de coisas que despertavam as atenções dos homens de saber e do cidadão comum, cuja imaginação era mais estimulada quanto maior o número de publicações sobre esses assuntos nos jornais.

⁶ Apud SHOWALTER, Elaine. *Op. cit.*, p. 19

Durante a segunda metade do século XIX, também o Brasil passou por mudanças estruturais que se refletiam na paisagem urbana. A progressiva substituição da mão-de-obra escravista pelo trabalho livre assalariado, o surgimento das fábricas, o desenvolvimento dos sistemas de circulação de mercadorias, além do crescimento demográfico, acentuado pela chegada de crescentes levas de imigrantes europeus e pela incorporação à população urbana de elementos étnicos nacionais (negros e mestiços) provenientes das áreas rurais, fizeram com que o Rio de Janeiro perdesse por completo, no decorrer das três últimas décadas do século XIX, o caráter provinciano e colonial que até então conservara.

Quanto ao problema da pressão demográfica, dados do censo de 1890 informam que o Distrito Federal possuía 521.651 habitantes, 81% deles vivendo na área urbana propriamente dita. Os números revelam, ainda, que entre 1872 e 1890 a população da capital do país havia praticamente duplicado em termos absolutos. Paralelamente à expansão demográfica e física da cidade, acentuavam-se as atividades econômicas, trazendo como consequência maior complicação do perfil social urbano, que passou a ser caracterizado pelo descompasso entre a (abundante) oferta e a (escassa) procura por mão-de-obra, fato que promovia a maximização da exploração do trabalho e a consequente redução salarial.

Algumas estatísticas destacando o nível de emprego na Capital Federal mostram que a quantidade de desocupados ou pessoas tidas como sem profissão declarada atingia, na última década do século XIX, 48.110 indivíduos, representando cerca de 9,20% da população total da cidade.⁷ Para esses elementos, que ficavam à margem do mercado regular de trabalho (a maioria negros e mulatos), viver do pequeno comércio e de expedientes era uma estratégia de sobrevivência.

Em *A Alma Encantadora das ruas*, João do Rio cita alguns exemplos daquelas atividades que denominou de “profissões da miséria”, relacionando entre elas as de trapeiro, covoqueiro, caçadores de ratos, coletores de botas, tatuadores, vendedores ambulantes de orações e literatura de cordel, compositores de modinhas, etc. A essas podem ser acrescentadas as atividades femininas ligadas aos serviços domésticos, ao pequeno comércio (quitandeiras e quituteiras), ao arte-

⁷ LOBO, Eulália M. L. *História do Rio de Janeiro* (Do Capital Comercial ao Capital Industrial). Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.

sanato (em especial o serviço de costureira), além das cartomantes, curandeiras, amamentadoras (amamentação mercenária assalariada), coristas, dançarinas, cantoras, atrizes e vendedoras de charutos, entre outras.⁸ Todas elas atividades bastante depreciadas à época, a ponto de incluir as mulheres que as exerciam na categoria dos “sem profissão declarada” e, não raro, associá-las à prostituição.⁹

Claro está que não só desses expedientes vivia o “povo das ruas”. Gerado, sustentado e reproduzido pela modernização, um mundo marginal constitui-se, fazendo emergir novos personagens urbanos como ladrões, punguistas, vigaristas, jogadores, bêbados, traficantes de mulheres e de drogas, gigolôs, prostitutas e mendigos, entre outros.

Da mesma forma que o Distrito Federal, entre 1870 e 1900 São Paulo foi palco de intenso crescimento, tornando-se, segundo Richard Morse, “uma cidade completa e economicamente ativa”, passando do décimo para o segundo lugar em tamanho no país, superada apenas pelo Rio de Janeiro.¹⁰ Conseqüentemente, também ali o avanço do capitalismo resultou em elementos complicadores do social, na dificuldade de adequação da relação entre demanda e oferta de empregos, de habitações e na necessidade de adaptar a melhoria dos serviços públicos ao crescimento populacional e físico da cidade.

Ao que tudo indica, portanto, as três últimas décadas do século XIX representaram, para os habitantes das grandes metrópoles brasileiras, um período de alteração da qualidade de vida, cristalizado no sentimento de perda definitiva de um mundo idílico, anteriormente caracterizado pela ordenação quase doméstica da vida social. Toda a dramaticidade dessa mudança de sensibilidades refletia-se na imprensa e na literatura. Descrevendo a situação do Rio de Janeiro na virada do século, Luiz Edmundo definia a cidade como:

[...] um monstro onde as epidemias se albergam dançando sabats magníficos, aldeia melancólica de prédios velhos e acaçapados a descascar pelos rebocos, vielas sórdidas cheirando mal, exceção feita da que se chama Rua do Ouvidor, onde [...] o homem do “burro-sem-rabo” cruza com o elegante da região tropi-

⁸ RIO, João do. *A Alma Encantadora das Ruas*. Rio de Janeiro: Simões, 1951.

⁹ MACEDO, Francisco Ferraz de. *Da Prostituição em Geral*. Rio de Janeiro: Typographia Acadêmica, 1873.

¹⁰ MORSE, Richard. *Formação Histórica de São Paulo*. São Paulo: DIFEL, 1970, p. 216.

cal, que traz no mês de fevereiro sobrecasaca preta de lã inglesa, e [...] dilui-se em cachoeiras de suor.¹¹

Em São Paulo era através da imagem da desfiguração dos valores morais, sociais e culturais que a imprensa, por exemplo, referia-se às mudanças pelas quais a cidade passava, como mostra o trecho do artigo extraído do jornal *Diário Popular*, de 27 de outubro de 1893, onde se lê:

São Paulo caminha para a perdição moral. Para qualquer parte que se vire, o visitante encontra o vício a desenvolver-se com desbragamento tal, que preciso se faz a intervenção dos poderes públicos para impedi-lo. Outrora, em ruas onde só se encontravam famílias e casas habitadas por quem tem o que fazer se vêm hoje caras impossíveis, mostrando-se embora cobertas de col creme Simon, pulvilhado (sic) pelo pó-de-arroz, os sulcos que não se extinguem, deixados pelos deboches e pelas noites em claro libando, em desenvolta imoralidade, as taças de champanhe falsificado, entre os pechisbeques do falso amor.

Por outro lado, referências à oposição entre o caráter corrompido do homem urbano em relação à pureza e à simplicidade naturais, que o indivíduo originário do campo ainda conservava, são freqüentemente encontradas na literatura da época. Entre tantos exemplos, Adolfo Caminha, mesmo tendo como cenário uma capital de menor porte, Fortaleza, tratava do tema da seguinte maneira:

Mendonça conhecia Fortaleza superficialmente; suas viagens à capital tinham sido raríssimas; viera vezes contadas a negócios. Sabia os homens propensos ao mal, [...], porém a vida ruidosa e dissoluta das capitais, esse tumultuar cotidiano de virtudes fingidas e vícios inconfessáveis, esse tropel de paixões desencontradas, isso que se constitui, por assim dizer, a maior felicidade do ser humano, esse acervo de mentiras galantes e torpezas dissimuladas, esse cortiço de vespas que se denomina sociedade, desconhecia-o ele e nem sequer imaginava.¹²

O fato é que a diversificação das atividades econômicas, acrescida da maior complexidade da estrutura social, transformava a paisagem urbana em algo cada dia mais desconhecido e assustador aos olhos dos médicos, juristas, políticos e reformadores sociais que pretendiam ordená-la. Concebendo os centros urbanos

¹¹ EDMUNDO, Luiz. *Rio de Janeiro em Prosa e Verso* (coletânea). Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1965, p. 21.

¹² CAMINHA, Adolfo. *A Normalista*. 4ª edição. São Paulo: Ática, 1976, p. 27.

como verdadeiros laboratórios de observação, esses agentes sociais produziram em relação a eles imagens extremamente contraditórias.

De um lado, as melhorias materiais das cidades - como a construção, ampliação e remodelação de ruas e avenidas, a instalação de novos sistemas de iluminação, saneamento básico e transportes – e a busca de novas formas de lazer e prazer simbolizavam a reprodução, em nível nacional, dos padrões de comportamento europeus, fazendo com que o espaço urbano fosse representado como emblema da modernidade e do progresso, a vitória da “civilização” sobre o passado colonial fortemente marcado pela vida rural. O grande burburinho das ruas, a alegria vivenciada nos cafés, restaurantes, bordéis, teatros e confeitarias, bem como a presença de famílias inteiras nas ruas e nos passeios públicos ali estavam para confirmá-lo. De outro lado, as agitações operárias, a concentração da pobreza e a exposição pública do trabalho sustentaram, no plano das mentalidades, a edificação de imagens das cidades como símbolos do caos, locais de ajuntamento, nas áreas centrais e em cortiços insalubres, de uma multidão miserável e indisciplinada capaz de esconder, em suas entranhas, o vício, a doença e o crime.

Permanentemente associada à visão da pobreza presente nas ruas, a multidão transformou-se em sinônimo de contágio físico, moral e de ameaça política, incutindo nas mentes pensantes a preocupação com a possibilidade da propagação de doenças físicas e o medo do desencadeamento e uma verdadeira onda de crimes contra a pessoa e a propriedade, ocasionada pela degenerescência dos costumes.

Em suma, as sensações de medo, espanto e indignação frente à presença e ao contato com a miséria, associada à correlação que se estabelecia entre crescimento urbano, pobreza e criminalidade, reforçaram, na mente dos intelectuais e do homem das camadas mais bem postas da sociedade, imagens da cidade como lugar privilegiado para o florescimento de tensões e esforços anormais capazes de degradar física e moralmente os indivíduos e as relações sociais, implicando o surgimento do receio de uma crise eminente que viria a afetar, essencialmente, a família, instituição tida como a base de todo o ordenamento social. Esses ingredientes promoveram mudanças radicais nas concepções e práticas da saúde, bem como na noção e abrangência da criminalidade. Foi nesse contexto que ocorreu o processo da naturalização do crime e o conseqüente crescimento do interesse por sua medicalização.

Contando com a cobertura teórica do darwinismo social e do positivismo, a nova forma de pensar e representar o espaço urbano intensificou o desejo das elites e dos poderes públicos em aprofundar estratégias de controle das camadas populares, vistas como substratos produtores de prostitutas, vadios, bêbados e agitadores operários. A partir daí, os diferentes “desvios” passaram a ser crescentemente separados e classificados, e para cada um deles desenvolveram-se formas específicas de enfrentamento, respaldadas na noção de ciência como fundamento do progresso.

No concernente à ação policial sobre os populares, São Paulo serviu de exemplo para o resto do país. Em 1892 surgiram as primeiras estatísticas sobre a criminalidade na capital, transformando São Paulo no único estado a possuir esse serviço organizado.¹³ Em 1893, organizou-se um dos melhores censos demográficos da capital, sucedido, no ano de 1894, pelas primeiras prisões de lideranças operárias por ocasião das comemorações do Primeiro de Maio. Além disso, em 1897 foi criado, sob inspiração do então delegado Cândido Motta, o Regulamento Provisório da Polícia de Costumes, com a finalidade de regulamentar e disciplinar a prostituição.¹⁴ Sem contar que, culminando com o acirramento da campanha realizada durante toda a década de 1890 contra a presença nas ruas de menores “arruaceiros” e abandonados, foi fundado, em 1902, o Instituto Disciplinar.

Mas a prova cabal do receio “indefinido do crime” por parte das elites urbanas foi a completa reformulação promovida na estrutura interna e na mentalidade da instituição policial em relação à criminalidade e ao combate da mesma.¹⁵ Os relatórios dos chefes de polícia da cidade de São Paulo mostram que, entre 1892

¹³ CASTRO, Francisco José Viveiros de. *Atentados ao Pudor. Sobre as aberrações do instinto sexual*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1934, p. 58.

¹⁴ Ver a respeito MOTTA, Candido. “Prostituição – Polícia de Costumes – Lenocínio”. *Relatório Apresentado ao Exmo Sr. Dr. Chefe de Polícia da Capital*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1897.

¹⁵ A respeito do tema, ver, entre outros, BRUNO, Ernani da Silva. “Três aspectos do policiamento de São Paulo no século XIX”. *Revista Investigação*, nº 2, 1947; FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: Brasiliense, 1984; NEDER, G. e NARO, N. P. “A instituição policial no Rio de Janeiro e a construção da ordem burguesa no Brasil”. *Polícia na Corte e no Distrito Federal (1831-1930)*. Rio de Janeiro: PUC/RJ, Série Estudos, nº 3, 1981; BRANDÃO, Berenice C. *A Polícia e a Força Policial no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: PUC/RJ, Série Estudos, nº 4, 1981.

e 1916, houve um aumento paulatino da preocupação das autoridades policiais no tocante à proteção dos “bons costumes”.

Em Relatório apresentado à Secretaria de Justiça de São Paulo no ano de 1896, o Chefe de Polícia, doutor Bento Pereira Bueno, queixava-se da insuficiência do efetivo policial, que não acompanhava o ritmo do crescimento da população, afirmando que, em consequência disso, “a ação da policia não se tem até aqui verificado com a desejável regularidade”, tornando quase impossível “a guarda dos costumes tão necessária nas grandes cidades”.¹⁶ Nesse processo de “guarda dos costumes”, estava na mira da polícia a eliminação de contravenções como a vadiagem, que associada à mendicância era vista como o principal receptáculo da delinquência; a desordem, referida em relação ao comportamento das pessoas em público, podendo incluir também as ações dos grevistas; a embriagues, contravenção próxima da desordem; e a prostituição que, embora não estivesse prevista como crime no Código Penal, colocava a mulher sob a rubrica da vadiagem.

Outro dado revelador de que a atividade policial extrapolava, em muito, o combate à criminalidade real é a defasagem entre o número de detenções para averiguação e o de prisões com processos. Levando-se em consideração que os anos de 1892 a 1905 corresponderam, em São Paulo, ao pico das detenções para averiguação (84% das detenções efetuadas), e considerando-se, ainda, que esse período coincidiu com o acirramento das transformações ocorridas na cidade e com a recessão ocasionada pela crise cafeeira, iniciada por volta de 1898, conclui-se que a atividade repressiva da polícia visava, acima de tudo, ao controle social. Percebendo os populares como arruaceiros, trabalhando com a idéia de naturalização do desvio e com pares opostos de conceitos, em que a rua representava o mal, e a casa, o trabalho e a escola o bem, a tarefa da polícia era realizar uma verdadeira intervenção nos espaços públicos, a fim de manter a ordem ameaçada pelos infratores das normas do bom viver.¹⁷

Ressalte-se que essa preocupação intervencionista de cunho moralizante crescia e refinava-se em proporção direta ao crescimento da organização e das

¹⁶ *Relatório Apresentado ao Secretário dos Negócios da Justiça de São Paulo pelo Chefe de Polícia Bento Pereira Bueno, em 31 de janeiro de 1896*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1896, p. 173.

¹⁷ FAUSTO, Boris. *Op. cit.*, p. 112.

reivindicações operárias, atingindo, em meados da década de 1910, dimensões nacionais. Um ano depois da greve geral de 1917 realizou-se, no Rio de Janeiro, uma conferência Judiciária-Policial, na qual as autoridades presentes procuravam definir, com a máxima clareza, estratégias conjuntas de atuação dos poderes públicos sobre a delinquência e a moralidade pública. Significativa nessa Conferência foi a explanação do doutor Celso Vieira de Mello, a respeito do conceito de moralidade pública. Afirmando que, do ponto de vista policial, tal conceito era ainda muito vago, propunha que o mesmo fosse aplicado à vigilância das ruas, compreendendo os crimes de ultraje público ao pudor, as contravenções aos regulamentos de polícia, das leis penais e das posturas municipais, além de “todos os casos que, não previstos nas posturas e regulamentos, ou previstos sob outros aspectos, possam ofender eventualmente [...] o pudor, a dignidade e o recato dos cidadãos em tudo quanto se refere à pública observância dos bons costumes”.¹⁸ Definindo como local público a “qualidade do lugar e não a presença de testemunhas, que em todos os casos de ultraje público ao pudor ou ofensa aos bons costumes requer a intervenção policial”, o doutor Celso Vieira de Mello propunha ainda a ampliação do campo de atuação da polícia entendendo que, para além dos caminhos, praças, igrejas, botequins, estalagens, hospedarias, etc., o mesmo deveria ser alargado para todos os lugares expostos ao público, a exemplo de “uma casa que tenha a porta aberta, deixando ser visto, fora, o que se passa no interior”.¹⁹

Paralelamente a isso, iniciou-se uma maior intervenção do Poder Público no processo de reformulação da própria configuração do espaço físico das cidades. Devido ao sem-número de “cantos”, à confusão de pessoas anônimas nas ruas e à população pobre que se concentrava em casas de cômodos, becos e vielas, os grandes centros urbanos brasileiros, em especial do Rio de Janeiro, transformavam-se em abrigo de fugitivos e ex-escravos, constituindo o que Sidney Chalhoud definiu como “cidades esconderijos”.²⁰ Em decorrência, qualquer motim tornava-se, como destacaram Nicolau Sevcencko e José Mu-

¹⁸ PEREIRA, Celso Vieira de Mello. “A rua sob o ponto de vista moral”. *Anais da Conferência Judiciária-policial*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1918, pp. 478-479.

¹⁹ PEREIRA, Celso Vieira de Mello. *Op. cit.*, p. 480.

²⁰ CHALLHOUB, Sidney. *Visões de Liberdade*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

rilo de Carvalho²¹, praticamente incontrolável, caso exemplar de Revolta da Vacina. Não foi por acaso, portanto, que em São Paulo (mais lentamente) e no Rio de Janeiro as reformas urbanas acompanharam de perto o modelo parisiense do pós-movimento da comuna de 1871.²²

Informados pelas teorias dos miasmas e dos micróbios, as quais permitiram o surgimento da metáfora do corpo orgânico que percorreu toda a fala médica quando esta se referia à sociedade, os médicos-sanitaristas acabaram se destacando como maestros das reformas urbanas. No intuito de proteger, cuidar e assepsiar o corpo social da insalubridade presente nos fluidos (no ar e na água), a partir dessas duas concepções médicas promoveu-se a instalação de redes de esgotos para distanciar as imundícies dos centros das cidades, a canalização de águas, a criação de serviços de higiene e a introdução de áreas verdes e jardins públicos. Mais que isso, a utilização da metáfora da virtualidade da doença (física, moral e social) contribuiu para promover uma verdadeira reorientação do pensamento e da prática dos poderes públicos em relação à criminalidade, pois, a partir daí, a atuação dos médicos sanitaristas deveria recair sobre todo o espaço social urbano, sobre toda a população e não mais ficar restrita aos chamados “focos infecciosos” como cabarés, botequins, bordéis, fabricas, etc.

Seguindo o modelo higienista, a ação da polícia e da Justiça não deveria incidir exclusivamente sobre os criminosos comprovados. Distante disso, surgindo perante o olhar da polícia médica como portadores de “vícios” e paixões incontroláveis (portanto, corruptíveis a priori), associados a cheiros fortes e à selvageria, foram os membros da população pobre e trabalhadora, através de seus hábitos cotidianos, o alvo da ação intervencionista e disciplinadora encetada pelas autoridades, a fim de recuperar o corpo social segundo as leis da natureza. Assim, paralelamente à higienização dos espaços públicos, os saberes-poderes brasileiros do final do século XIX e início do XX focaram suas atenções sobre a “assepsia” das habitações populares, apontadas como locais de transmissão da

²¹ SEVCENCKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina*. São Paulo: Brasiliense, 1984; CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

²² PECHMAN, Sérgio e FRITSCH, Lílian. “A reforma urbana e seu avesso: algumas considerações a respeito da modernização do Distrito federal na virada do século”. *Cultura e Cidades*. São Paulo: Marco Zero/ANPUH, vol. 5, nº 8/ 9, 1985.

doença. Com isso, preparava-se a intervenção na vida privada dos indivíduos, sob a justificativa da necessidade de higienizar o “meio viciado”.

Exemplos disso são os Códigos de Posturas Municipais, que passaram a definir critérios de construção de prédios para conferir-lhes uma padronização mais de acordo com o processo de modernização urbana. Eulália Lobo informa que desde a década de 1880 discutia-se, no legislativo carioca, o problema dos cortiços como fator da baixa produtividade dos operários.²³ Em São Paulo, o mesmo desejo intervencionista fazia-se sentir no mínimo desde 1886, como se observa no Código de Posturas Municipais desse ano, em especial no capítulo referente aos “Cortiços, Casas Operárias e Cubículos”, bem como no Código Sanitário Decretado pelo Estado de São Paulo em 1894, sobretudo o capítulo dedicado às “Habitações Populares e Casas dos Pobres”.

Vale destacar, que esse padrão de ordenamento das áreas públicas e de regulamentação de condutas morais e sociais reproduzia-se também em cidades de menor porte do interior do país, a exemplo de Campo Grande, atual capital de Mato Grosso do Sul, cujo primeiro Código de Posturas, aprovado em 1905, previa, no parágrafo 1º, do Artigo 44º do Capítulo 9º, a proibição de “ajuntamento, nas tabernas ou casas de bebidas, de pessoas que não estejam comprando”, com pena prevista, aos infratores, de seis mil réis ou dois dias de prisão. Além disso, destacava o Capítulo 10º:

Reunião proibida e ofensas a moral:

Art 45º É expressamente proibido;

§ 1º Fazer-se bulha ou algazarra e dar gritos a noite.

§ 2º Fazer-se sambas, Catiretes (sic), ou quaesquer brinquedos que produzam estrondo ou vozeria dentro da Villa.

§ 3º Proferir palavras obscenas ou licenciozas que offendam a moral publica.

§ 4º Escrevinhar nas paredes das casas, ou muros ou desenhar figuras indecentes ou garatujas.

Os infratores deste artigo e seus paragraphos ficam sujeitos a multa de 10\$000 ou cinco dias de prisão.²⁴

²³ LOBO, Eulália M. L. “Condições de vida de artesãos e do operariado no Rio de Janeiro nas décadas de 1880 a 1920”. *Nova Americana*. Turim: Julio Einaudi, N° 4, 1981.

²⁴ *ARCA*. Revista de Divulgação do Arquivo Histórico de Campo Grande-MS. Campo Grande: n° 5, outubro de 1995 (“1º Código de Posturas Municipais da Villa de Campo Grande”, separata).

Conforme Jacques Donzelot, as imagens elaboradas no Brasil sobre as casas populares eram muito semelhantes àquelas produzidas pelos médicos sanitaristas europeus, para quem “o hábito de viver em casas e cômodos, de fazer refeições em tabernas, de preferir, em suma, viver-se na rua, viver em cabarés”, era entendido como razão da “decadência física e independência moral da classe operária”. Percebidas como imorais e insalubres, combater as moradias populares transformava-se, então, numa luta contra um habitat visto como “abrigo, lugar de defesa da autonomia”. Assim, o principal objetivo de médicos e reformadores urbanos era fazer com que os operários, conservando “bem” sua moradia, criassem apego à ordem pública, reduzindo a parte social da casa em favor de espaços reservados à família (pais e filhos), como forma de facilitar o exercício da vigilância. Procedendo dessa maneira, ficariam mais próximos da intimidade do lar e, conseqüentemente, distantes dos cabarés.²⁵ Noutros termos, se o lar era o local da formação de indivíduos privativos e felizes no interior da família, seu antípoda, o cortiço (a não-casa) era concebido como espaço onde teriam origem os mais abjetos males físicos e morais, capazes de infectar o “corpo social”. Assim, ao privilegiar a necessidade de penetrar nas casas populares como forma de “corrigir o meio”, a medicina refletia não só a intenção de examinar e classificar os “desvios”, mas também o desejo burguês de levar o ideal da família higiênica aos pobres e trabalhadores, no intuito de corrigir os males detectados na sociedade.

Talvez nenhum outro aspecto da vida cotidiana tenha despertado mais interesse de intelectuais, políticos, reformadores sociais e dos órgãos públicos brasileiros do final do século XIX, do que as práticas afetivo-sexuais elaborados pelos indivíduos dos chamados “grupos sociais subalternos”. Segundo Michel Foucault, tal interesse se explica por que “nas relações de poder, a sexualidade não é o elemento mais rígido, mas um dos elementos de maior instrumentalidade: utilizável no maior número de manobras e podendo servir de ponto de apoio, de articulação das mais variadas estratégias”.²⁶

Com efeito, no processo de construção de um saber voltado para a normatização e a administração política dos mais abrangentes aspectos da vida coti-

²⁵ DONZELOT, Jacques. *A Policia das Famílias*. Rio de Janeiro: Graal, 1980, pp. 38-43.

²⁶ FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1980, p. 31.

diana dos habitantes das grandes cidades, e palmilhando os mesmos caminhos percorridos pela ciência européia em direção à edificação de um discurso sobre o sexo, também os saberes-poderes brasileiros do século XIX demonstravam uma preocupação cada vez maior com a sexualidade, expressa, por exemplo, na crescente abordagem de temas como a homossexualidade, a prostituição, o onanismo, o amor, o casamento, etc. Portanto, no Brasil, como em tantas outras partes do mundo ocidental, intensificava-se um esquema no qual “a vontade de saber do cientista” transformava o corpo e o prazer em objetos de conhecimento, formulando discursos sobre o sexo que não constituíam unicamente discursos morais, mas da própria racionalidade.

Repetindo o esquema de produção da sexualidade inaugurado na Europa em fins do século XVIII, também aqui se esboçara, desde meados do século XIX, uma “ciência sexual” que se apresentava como instrumento capaz de reconhecer o certo e o errado, o verdadeiro e o falso, em matéria de sexo. Em linhas gerais, as tecnologias de higienização e normatização dos prazeres sexuais trazidos pela “nova ciência” objetivavam a maximização da vida, a proibição do incesto, o crescimento demográfico e urbano ordenado, bem como controle familiar da população.

Nesse sentido, escamoteadas pelo discurso da modernidade, as reformas urbanas no Brasil da virada do século XIX para o XX revelam o projeto das elites locais de separar, de forma mais rígida, os espaços público e privado, ou seja, sua política de separação de corpos, fato que se torna notório quanto mais se sabe que a população pobre pouco ou nada desfrutou da maior parte das melhorias trazidas com o processo de “remodelação” e “embelezamento” das cidades brasileiras. Na realidade, as casas de cômodos existentes nos centros das cidades foram demolidas ou remodeladas, logradouros públicos como chafarizes e quiosques, espaços de sociabilidade privilegiados dos populares, começaram a desaparecer, num movimento crescente que visava à normalização do que era percebido como comportamento desordenado da população.²⁷

Definido como espaço burguês por excelência, lugar dos negócios, do luxo e das mercadorias, o centro da cidade foi praticamente vetado às camadas populares, que nesse processo de exclusão foram cada vez mais empurradas para as periferias e subúrbios, onde surgiram novas casas “doentes” como os cortiços

²⁷ PECHMAN, Sérgio e FRITSCH, Lílían. *Op. cit.*

dos bairros operários de São Paulo, ou a “nova África” e as favelas dos morros cariocas. A rigor, na cidade do capital o espetáculo da pobreza e do trabalho não deveria ocupar lugar algum, mas sim ser isolado, disciplinado e marginalizado. Exemplo significativo desse esquema de exclusão aparece no depoimento dado por dona Alice a Ecléia Bosi:

Quando eu trabalhava, nem para o centro da cidade eu ia. Minha vida era da Marques de Itu para o Bom Retiro, para mim não tinha cidade. Mais tarde quando conheci a cidade, ela era uma maravilha [...]. O centro da cidade era bonito, era bonito sim! As mulheres andando de luvas e chapéu na cidade, como num passeio.²⁸

Paralelamente, como bem observou Robert D. Storch para as condições específicas da Inglaterra na primeira metade do século XIX²⁹, no Brasil do final do século XIX e início do XX as reformas da polícia e da justiça penal refletiram, acima de tudo, o advento de noções redefinidoras dos elementos constituintes da ordem e da disciplina social. Daí em diante, o policiamento urbano desempenharia importante papel na tentativa de estabelecer novos, e mais estreitos, limites de comportamentos toleráveis, em que o permitido e o tolerado em público deveriam ser enormemente reduzidos.

Por outro lado, influenciados pela cadeia perversão – degenerescência - hereditariedade, criada pela medicina, e pela noção de que a desordem social corrente no país tinha origem na constituição anômala do homem, a qual precisava ser corrigida, também os agentes responsáveis pela aplicação da lei estiveram envolvidos no esquema de normatização e moralização das condutas cotidianas das camadas populares, que, em última análise, visava à formação do cidadão morigerado e trabalhador. Os artigos que compunham o Título 8º do Código Penal de 1890, o qual tratava “Da Segurança da Honra e da Honestidade das Famílias e do Ultraje Público ao Pudor”³⁰, atestam não só a mudança de um

²⁸ BOSI, Ecléia – *Memória e Sociedade. Lembrança de Velhos*. 2ª edição. São Paulo: Cia das Letras, 1987, p. 60.

²⁹ STORCH, Robert D. “O policiamento do cotidiano na cidade vitoriana”. *Cultura e Cidades*. São Paulo: ANPUH/ Marco Zero, vol. 5, nº 8/ 9, 1985

³⁰ No Código Penal de 1890, o Título 8º inseria-se no capítulo referente à Violência Carnal, dando tratamento individualizado aos delitos de atentados ao pudor (art. 266), defloramento (art. 267), estupro (art. 268 e 269), rapto (art. 270 e 271), adultério (art. 277 e 278) e ultrajes públicos ao pudor (art. 282). In: CAMARGO, Hypólito de. *O Código de 1890*. São Paulo: Teixeira e Irmão Editores, 1890.

sistema de detecção e de punição de alguns poucos para outro de vigilância de muitos, como o fato de que, quaisquer que tenham sido as realizações do Direito Penal do período em matéria de combate aos crimes de maior gravidade (e essas não foram poucas), a vigilância, a autorização oficial e a regulamentação do cotidiano, o combate aos pequenos crimes e à grande quantidade de transgressões tecnicamente não criminosas estiveram no centro do projeto de ordem pública desenvolvido pelas classes dominantes brasileiras da virada do século XIX para o XX.

A cidade de Rubem Braga: apontamentos sobre o espaço urbano em crônicas de Rubem Braga

Luciano Antonio*

A crônica que no Brasil adquiriu uma identidade própria tem seu repertório associado aos movimentos do espaço urbano. Observador do cotidiano e da fisionomia das cidades o cronista mantém suas lentes focadas no homem citadino, especificamente na relação entre estes e a cidade. Em tais aspectos não diferem as crônicas de Rubem Braga que na condição de jornalista itinerante habita e retrata diferentes cidades. Dentre os aspectos abordados por este cronista, destaca-se a condição do homem enquanto sujeito condicionado à lógica e paisagem urbanas, sufocado por um espaço que o massifica. Esse retrato do homem-urbano é traçado em duas crônicas, “Os Amantes” e “O Mato”, ambas de 1952. Nestes dois textos o cronista já aponta a importância do homem diante dos muros invisíveis levantados pela cidade.

Palavras-chave: Rubem Braga, Crônica, Espaço Urbano

The chronicle that in Brazil acquired an identity itself has its repertoire associated movements of urban space. Daily observer and physiognomy of the cities the chronicler keeps your lenses city man focused specifically on the relationship between these and the city. Not differ in such aspects as the chronicles of Rubem Braga which provided journalist itinerant dwells and depicts different cities. Among

Diferentemente de outros gêneros literários, a crônica possui no Brasil, desde seu surgimento características próprias. Cultivada por escritores consagrados em outros gêneros, a crônica tornou-se momento privilegiado para o escritor manter-se em diálogo com o leitor e com o momento presente retratando o cotidiano a partir de sua lente bifocal. Olhar enviesado que parte de fato, notícia ou até mesmo de evento ligado ao dia-a-dia do próprio cronista e alcança, muitas vezes, momentos de alta reflexão, mantendo a leveza pela fruição de um lirismo em tom confessional.

No Brasil a crônica literária sempre tem buscado ser crônica urbana: registro dos fatos da cidade, a história da vida cidadina, a cidade feita letra. Portanto, seria um gênero cosmopolita. Mas nesse cosmopolitismo nada

* Mestre em Letras pela Universidade Estadual de Londrina.

the aspects covered by this chronicler, stands out the condition of man while subject conditioning to logic and urban landscape, suffocated by a space that influences their conduct. This portrait of the man-urban is traced in two chronicles, "Lovers" and "The Woods", both of

1952. In these two texts the chronicler already points to the importance of the human face of invisible raised by city walls.

Key words: Rubem Braga, Chronicle, Urban Space

existe que se possa confundir com descaracterizações. Há nos cronistas, propriamente aos da grande cidade um apego provinciano pela sua metrópole. E é em busca desse apego que ele protesta diante das caracterizações do progresso, que aplaude o que a cidade possui de genuinamente seu. E, desse modo, escreve para transcender.

Não diferindo desse tom podemos mencionar a relevância das crônicas produzidas por dois escritores do Cânone literário brasileiro. Trata-se de nomes como José de Alencar que escrevia textos regularmente numa coluna do jornal chamada *Ao correr da pena*. Nessas crônicas o romancista aborda assuntos ligados ao seu tempo e espaço, ou seja, os fatos relacionados ao cotidiano urbano carioca nos meados do século XIX. Também como forma de dialogar com o leitor seu contemporâneo, Machado de Assis mantém espaço no jornal intitulado *Bons dias*. Neste, reserva o consagrado escritor, momentos para tratar de assuntos mais pontuais, transformando a crônica em canal de comunicação com o leitor, mantendo a leveza do gênero sem abandonar as marcas de sua prosa como a corrosiva ironia e a elegância da linguagem. Rapidamente exemplificado por esses dois escritores aqui, brevemente referidos, podemos dizer que a crônica surge como texto vinculado ao jornal, já que este é o seu habitat natural. Também possui como foco temático as diversas faces do cotidiano do homem urbano e nesses dois romancistas, especialmente, do habitante da cidade do Rio de Janeiro no século XIX.

Seguindo essa visão linear, panorâmica e histórica podemos dizer que a crônica, mesmo com as mudanças no ambiente retratado e as particularidades das tintas de cada cronista, manteve-se ligada ao tempo presente, sintonizada ao espaço urbano. Em João do Rio o foco se volta para o cotidiano dos habitantes do subúrbio carioca retratando um mundo de pessoas que estão dialeticamente condicionadas pela vida citadina. Focaliza o cronista carioca de que forma o homem transforma e é modificado pelo espaço que o contorna e nele mantém-se ligado

por dependência multa. Assim, em *A alma encantadora das ruas*, João do Rio transforma-se em uma espécie de *flâneur* sintonizado com o universo próprio das ruas do Rio de Janeiro republicano, compõe o livro em forma de álbum ou painel da cidade, tendo cada crônica a função de retratar, tanto de forma panorâmica quanto em *close*, a relação entre os habitantes e as ruas. Nestes textos não só se observa as particularidades das relações humanas no espaço citadino, como também as transformações que ocorrem entre os habitantes e o meio habitado.

Herdeiro desse tom lírico calcado numa vida de jornalista itinerante, Rubem Braga transforma suas crônicas em momentos privilegiados para dialogar com o leitor e retratar aspectos pontuais do habitante de um espaço urbanizado. Desde a publicação do seu primeiro livro *O Conde e o Passarinho* de 1936, o escritor capixaba dedica-se em muitas crônicas a tratar de fatos miúdos que permitem traçar contorno da condição do homem enquanto ser não-desconexo de uma realidade sufocante marcada pela lógica própria do habitar a cidade já marcada pela massificação e sufocamento das individualidades.

Sem o objetivo de fazer mapeamento das crônicas que tratam do espaço urbano, devido, principalmente, à longa trajetória do escritor capixaba, selecionamos para este estudo duas crônicas que retratam de forma exemplar a posição do sujeito em meio às barreiras impostas pelos muros invisíveis que cercam o viver numa cidade grande. Publicadas num espaço de menos de quatro meses, pois ambas são escritas em 1952, essas crônicas apontam para tentativas frustradas do homem em fugir do espaço urbano, das obrigações e dos condicionamentos impostos pela sua inclusão, não como individualidade, mas como cidadão cumpridor de papel coletivo.

Narrada em primeira pessoa e tendo como “enredo” a tentativa de um casal de criar uma espécie de cárcere privado induzido, a crônica *Os amantes* expõe o cotidiano desses moradores que resolvem permanecer dentro do apartamento por uma semana sem manter qualquer tipo de contato exterior. Encerrados em casa, sem atender a campainha e mesmo o telefone esses amantes se concentram nos mais elementares atos como o de se sensibilizar com o ambiente que o envolve, alimentar-se sem ter horário definido, e o que mais parece prosaico observar detalhes da vida do ser que divide o mesmo espaço. Usufruindo desse momento de prazer e rebeldia, mantêm-se apenas por oito dias. O tempo que durou a mais elementar das necessidades, os viveres que escassos obrigam o homem a sair

do paraíso em busca de alimento. Mesmo que por breve período e comprando apenas alguns quilos de uva, alimento natural, o homem ao retornar à casa descobre que o mundo exterior já invadira seu espaço e condenara sua felicidade a um esforço inútil diante das obrigações civis, como a de atender a campainha, o telefone, integrando-se não ao mundo particular, mas à corrente coletiva que o carrega, mesmo sem qualquer impulso vindo do próprio sujeito. Desse modo, a crônica traz o desencantamento do homem urbano quando da tentativa de desvencilhar-se das malhas que o condicionam a viver sob lógica que o automatiza e sufoca-lhe a possibilidade de viver, mesmo que por breves momentos, uma outra realidade que não aquela ditada pelo coletivo, normatizado, pela categorização do sujeito com ser social.

Tendo enquanto baliza a contagem do tempo como algo relevante para o viver em sociedade o narrador-cronista inicia o texto com os personagens ainda titubeantes diante da decisão de não se comunicarem com o mundo exterior: “Nos dois primeiros dias, sempre que o telefone tocava, um de nós dois esboçava um movimento, um gesto de quem vai atender. Mas o gesto era cortado no ar.¹ A partir dessa decisão até certo ponto inconsistente, instaura-se na crônica a distinção de dois espaços, de duas formas de vida, ou seja, uma luta entre o rebelde casal e o mundo externo, colocado pelo cronista nos seguintes termos:

Então tínhamos um suspiro de alívio. Havíamos vencido mais uma vez os nossos inimigos. Nossos inimigos eram toda a população da cidade imensa, que transitava lá fora nos veículos dos quais nos chegava apenas um estrondo distante de bondes, a sinfonia abafada das buzinas, às vezes o ruído do elevador.²

Instituída a silenciosa e estéril luta entre dois habitantes que resolvem inaugurar vida simples próxima àquela idéia de paraíso perdido, pré-urbano, calcada em atos dirigidos pelos mais simples instintos de sobrevivência e a força instituída por uma massacrante organização social que imobiliza os mais leves movimentos de insurreição, somos levados a acompanhar o dia-a-dia desses no interior desse embate. Na crônica esses movimentos são narrados a partir de tensa luta entre a busca da felicidade pelos pequenos gestos, pela ilusão de que

¹ BRAGA, Rubem. *A Borboleta Amarela*. 10ª edição. Rio de Janeiro. Ed. Record, 1998, p. 129.

² *Idem*.

o sujeito pode viver autônomo do espaço que o cerca, isolado sem afastar-se do lar urbanizado e os movimentos ou ecos da vida urbana penetrando, mesmo que filtrados, naquele paraíso privado, imobilizando o casal de qualquer tipo de fuga territorial. O que nos surge nessa crônica, então, parece ser traço da cronística rubembragueana já apontado por Davi Arrigucci Jr:

O cronista [Rubem Braga] parece sempre tentado a franquear a fronteira entre a cidade dos homens e a natureza pura. Por isso o Rio de Janeiro, cidade que tanto ama e de que tanto fala com seu convite à ‘evasão fácil para o mar e a floresta’, surge para ele como cidade eleita, onde até quem leva a vida mais dura tem seu instante de sonho: ‘bela, insensata e frívola’ uma cidade feminina e passageira também – equilíbrio instável sobre a fenda profunda.³

Ainda que não esteja referenciada na crônica a cidade do Rio de Janeiro percebemos que o cronista tenta instaurar o seu momento de fuga ou evasão, porém como se destaca no texto, apenas como tentativa marcada pela imobilidade. Dessa forma, a fuga da cidade é apenas desejada e torna-se apenas incongruente tentativa de libertação pela via da mudança de atitude e não de espaço. Abre-se não uma fenda entre o espaço urbano e a idéia de natureza pura, mas um breve parêntese, visto que não há nenhum contato com a natureza. Nesse sentido, o cronista parece atentar para o fato de que a permanência do sujeito num espaço urbanizado possibilita apenas limitadas brechas de insurreição à vida cotidiana, que embora possível por instantes, torna-se estéril para aquele que se mantém no interior desse ambiente.

Em forma de diário, essa crônica narra os momentos de felicidade entre o casal, marcada por uma sensibilidade dispar em relação à correria do homem urbano impregnado por automatizada rotina. Assim são descritos esses momentos: “(...) e a nossa felicidade imensa era pontuada de alegrias menores e inocentes, a água forte e grossa do chuveiro, a fartura festiva das toalhas limpas, de lençóis de linho”⁴. Temos uma espécie de *zoom* na lente do cronista que amplia seu campo de visão, sua audição, enfim, um desembotamento dos órgãos sensitivos. Porém, dada à condição de habitante da cidade, há sempre a sombra do “inimigo”, os sons, o movimento, enfim, a vida externa assombrando o casal: “Pouco

³ ARRIGUCCI JR, Davi. *Enigma e comentário*. SP: Companhia das Letras, 1987. p. 4

⁴ BRAGA, Rubem. *Op. cit.*, p. 130.

falávamos; se o inimigo estivesse escutando às nossas portas, mal ouviria vagos murmúrios⁵. Perceptível também se torna a participação desses distintos espaços na vida da personagem. Revela o cronista, agora, absolvido pela possibilidade de refletir sobre a existência, o quanto um espaço urbanizado produz efeitos negativos e transforma o homem: “Ah, nós tínhamos vindo de muito e muito amargor, muita hesitação, longa tortura e remorsos”⁶. Por essa indicação podemos dizer que para o cronista o exílio doméstico possui dois efeitos: o primeiro é a súbita descoberta de que vivendo mergulhado num cotidiano opressor, o sujeito não se da conta do quanto o mundo externo o oprime e deixa marcas indeléveis no seu modo de ver, pensar e agir. O segundo aspecto é a consciência de que esse momento de reclusão induzida aproxima o sujeito de si mesmo e das alegrias divididas não pelo tempo cronometrado e dividido entre o trabalho e o não-trabalho, mas pela própria lógica da natureza, determinada pelas reações biológicas do sujeito e o movimento da natureza, a presença ou não de luz ou mudanças atmosféricas:

O relógio parara, havia apenas aquela tênue claridade que vinha das janelas sempre fechadas; mais tarde essa luz do dia distante, do dia dos outros, ia se perdendo, e então era apenas uma lâmpada no chão que projetava nossas sombras nas paredes do quarto e vagamente escoava pelo corredor, lançava ainda uma penumbra confusa na sala [...].⁷

Interessante notar que a crônica é estruturada e pode ser entendida como paródia do livro dos gêneses. Seguindo a mesma idéia de que o mundo havia sido criado por Deus em seis dias e tendo sido dado o descanso ao criador no sétimo, a construção desse novo modo de vida do casal é narrada através das mudanças que ocorrem diariamente. Inicia-se a crônica com “Nos dois primeiros dias” e na sequência as mudanças na rotina dos personagens segue esse itinerário cronológico. Contudo, diferentemente do texto bíblico a crônica é dividida em dois momentos e oito dias. Nos dois primeiros dias a sensação de independência do mundo externo é sustentada pela alegria das novas descobertas e garantida por recursos básicos de existência como o abrigo do apartamento e tudo o que essa morada oferece. Possibilita ainda essa “revolta”, a existência de viveres que,

⁵ *Idem.*

⁶ *Idem.*

⁷ *Idem.*

mais adiante, serão determinantes para a saída do casal dessa espécie de paraíso urbano. Isto fica claro quando no oitavo dia ambos se sentem desprovidos de forças pela escassez de alimento: “Mas naquela manhã ela se sentiu tonta, e senti também minha fraqueza; resolvi sair, era preciso dar uma escapada para obter víveres; vesti-me lentamente, calcei os sapatos como quem faz algo de estranho; que horas seriam?”⁸. Essa saída do paraíso quando pensamos na intertextualidade com o texto bíblico soa como forma de pecado, cujo castigo é a perda da tranquilidade proporcionada por essas horas de afastamento do ritmo normal da metrópole. Ao retornar a casa, o personagem percebe que o mundo externo já tomara conta de seu espaço, de sua intimidade, ou seja, perdera o direito de controlar seu próprio tempo:

E levei dois, três minutos, na sala de janelas absurdamente abertas, diante de um desconhecido, para compreender que o milagre se acabara; alguém viera e batera à porta, e ela abrira pensando que fosse eu, e então já havia também o carteiro querendo recibo de sua carta registrada e, quando o telefone bateu foi preciso atender, e nosso mundo foi invadido, atravessado, perdido para sempre.⁹

Finalizando assim o mundo paralelo e a própria crônica paira o desalento de alguém que descobre abruptamente ser a existência do homem citadino complexa rede de compromissos, horários e funções que o inscrevem numa organização coletiva da qual ele pouco controle tem sobre o fluxo.

Não muito distante dessa idéia de fuga do mundo urbano opressor, temos a crônica “O mato” cujo título indica o espaço escolhido como contraponto ao *modus vivendis* da metrópole. O que parece, a princípio, diferenciar esta da crônica anterior é a mudança de atitude e, principalmente, de espaço tomada pelo personagem. Já no início do texto há, ainda que de forma quase involuntária, a decisão do homem de abandonar sua rotina e o que ela tem de essencialmente civil. “Então o homem esqueceu o trabalho e as promissórias, esqueceu a condução e o telefone e o asfalto, e saiu andando lentamente por aquele morro coberto de um mato viçoso, perto de sua casa”.¹⁰

⁸ *Idem*.

⁹ *Idem*, pp. 132-133.

¹⁰ BRAGA, Rubem. *A Traição das elegantes*. 6ª edição. RJ: Record, 2006, p 17.

Desse modo, temos o que de mais interessante parece demonstrar essa crônica: a fuga do homem para um espaço, a princípio, “não-urbano” ainda que cercado ou muito próximo da cidade e por isso, também, pertencente aos distintos espaços que compõe o universo citadino. Pensado assim, adquirir esse lugar também função urbana, a de ser uma reserva ou local para breve contato com a natureza. Por isso, mesmo no interior da mata o sujeito não se distancia da vida urbana emitida pelo ruído de sua engrenagem: “Ali perto mesmo a cidade murmurava, estava com seus ruídos vespertinos, ranger de bondes, buzinar impaciente de carros, vozes indistintas”.¹¹

Transportado para esse mundo “natural” o homem, ao sentir-se em meio a outro ambiente que não aquele cotidiano, volta seu olhar para a cidade a partir de outro foco. Percebendo a cidade dentro de si, esse homem consegue, mesmo por breve instante de fuga, captar outro sentido para o viver urbano. Ainda que não mais se colocando como parte integrante da cidade, nasce no personagem a visão de que a vida até aquele instante não pode ser dissociada do agitado mundo moderno representado pelo organismo vivo chamado cidade. Em forma de epifania o personagem enxerga-se não ser

Por um instante, o homem voltou seu pensamento para a cidade e sua vida. Aquele telefone tocando em vão era um dos milhões de atos falhados da vida urbana. Pensou no desgaste nervoso dessa vida, nos desencontros, nas incertezas, no jogo de ambições e vaidades, na procura de amor e de importância, na caça ao dinheiro e aos prazeres.¹²

Nesse trecho transparece com extraordinária nitidez marcas do estilo lírico de Rubem Braga e uma indisfarçável crítica ao viver aburguesado e materialista calcado na imagem de que a vida é eterna busca pelos bens materiais e os pseudoprazeres por eles proporcionados. Essa idéia reforça-se quando o cronista descreve a mudança de foco do homem em contato com a natureza. Assim, mesmo os ruídos da cidade ecoando no novo espaço invadido pelo homem e a sensação de impotência para cambiar de vida, a atenção do sujeito se volta para a simplicidade dos pequenos animais que compõem a floresta, passando a ver nestes a beleza dirigida pelas necessidades mais elementares. Como epifania, uma verdade imediata é revelada:

¹¹ *Idem*.

¹² *Idem*, p. 18.

[...] ainda pensava em seus problemas urbanos – mas um camaleão correu de súbito, um passarinho pirou triste em algum ramo, e o homem ficou atento àquela humilde vida animal e também à vida silenciosa e úmida das árvores, e à pedra escura, com sua pele de musgo e seu misterioso coração mineral.¹³

Neste instante o sujeito já se mostra sintonizado com a natureza, mesmo que o olhar ainda esteja embotado pelo ritmo frenético da cidade grande que relega para as margens os elementos que não se integram à lógica dominante que deu fisionomia à cidade moderna: a revolução industrial e posteriormente as prerrogativas do capital. Neste sentido, a floresta próxima do centro urbano é também vista e regida por essas “leis”. Ao homem burguês a natureza funciona como breve momento de lazer, período em que o ser social busca silêncio ou reanima a visão com diferentes paisagens proporcionadas pelos bosques. Desse modo, também a natureza que é anterior à urbanização parece integrar-se ao processo de mercantilização inaugurado com a cidade capitalista. Não obstante, nesta crônica, Rubem Braga aponta para possível emancipação do homem que não mais funciona como visitante e faz da natureza apenas meio de consumo. O que ele ilustra é a integração:

E pouco a pouco foi sentindo uma paz naquele começo de escuridão, sentiu vontade de (...) se tornar um confuso ser vegetal (...) ficaria verde, emitiria raízes e folhas, seu tronco seria um tronco escuro grosso, seus ramos formariam copa densa, e ele seria, sem angústia, nem amor, sem desejo nem tristeza, forte quieto, imóvel feliz.¹⁴

Para que essa fuga do meio urbano se torne efetiva é necessário que o homem passe por simbólico processo de transfiguração no qual ele só poderá ver-se integrado à natureza quando não mais tiver a identidade humana que se confunde com o papel social ocupado por ele na vida urbana. Trata-se de fusão entre o humano e o vegetal, entre a natureza e a cidade, entre um ser racional e uma planta. Tal cena encerra a crônica e deixa ao leitor a sensação de que diante da vida urbana a saída possível se dá ao nível do mito e não do *logos*. Por essa via o homem se desumaniza para torna-se ele, também, um ser vegetal ou como diz o próprio cronista passe a ter “um misterioso coração

¹³ *Idem.*

¹⁴ *Idem.*

mineral”. Impregnada nessa imagem temos a configuração de que fica ao homem a impossibilidade de livrar-se de suas obrigações civis. E a respeito dessa fusão entre o homem urbano e a natureza pela crônica de Rubem Braga, Davi Arrigucci Jr comenta:

Em pleno industrialismo, esse narrador se aferra ao artesanato da memória e da imaginação, trabalha dados de uma experiência morosamente acumulada num modo de vida em duro contraste com o ritmo dos grandes centros. Num texto como ‘O mato’, se percebe com nitidez a proximidade dos opostos, o homem buscando a fusão mítica com o mundo natural em pleno centro da metrópole, como se um passado ancestral aflorasse, com a esperança de uma felicidade primeva eliminando a consciência e o desregramento essencial, no miolo da vida moderna.¹⁵

Ainda segundo Arrigucci Jr., intenta Rubem Braga nessa e em muitas outras crônicas estreitar a relação do homem com a natureza ou aproxima “a cidade dos homens e a natureza pura”. Interessante notar que nesta relação entre o sujeito urbano, seu habitat e as tentativas de fuga dessa realidade, o cronista capta o funcionamento desse universo regido sob a batuta do capitalismo industrial que tem como princípio básico a transformação de toda a paisagem urbanística em elementos funcionais. Os espaços são construídos ou incorporados à dinâmica de uma vida que parece ser a única possível depois que o homem foi expulso do paraíso. Assim podem ser entendidos os espaços reservados a natureza que de modo algum podem ser dissociados da vida e necessidade dos seres humanos, funcionando, em cidades como a do Rio de Janeiro, nas palavras de Rubem Braga, como: “Ainda bem que de todas as grandes cidades do mundo o Rio é a única a permitir a evasão fácil para o mar e a floresta”¹⁶. Tendo como função proporcionar esses breves momentos de fuga da realidade, a natureza que circunda a cidade parece ter sido incorporada, e, está, igualmente, como os outros espaços submetida à funcionalidade de todos os lugares urbanizados.

Também inserido nessa esteira, ao homem descrito na crônica de Rubem Braga, só é permitido lampejos de liberdade e mesmo que realizável não pode ser desprendida de seu cotidiano regulamentado e regido por leis que invisíveis

¹⁵ ARRIGUCCI JR, Davi. *Op. cit.*, p. 4.

¹⁶ BRAGA, Rubem. A traição..., *op. cit.*, p. 18.

por um lado tornam-se intransponíveis por uma coercitiva força que mantém o sujeito ligado aos valores, ao ritmo, às transformações e à lógica da existência controlada pelas atividades de um mundo burguês representado pela cidade moderna, historicamente construída. Enfim, o sujeito descrito nessa crônica de Rubem Braga, submetido “aos milhões de atos falhados da vida urbana” torna-se apenas mais uma engrenagem dessa gigantesca invenção do homem burguês, nominada cidade.

Outro aspecto interessante a se debater no percurso dessas duas crônicas apresentadas acima, é o fato de a crônica e o próprio cronista funcionarem como texto e sujeito que se mostram na fronteira entre a narração das notícias, ou comentarista dos eventos cotidianos do meio urbano e a possibilidade de fugir dessa função meramente informativa e alçar vôos mais altos em direção ao lirismo que liberta o homem de sua rasa visão dos eventos diários e partem em busca de reflexões mais profundas e perenes não proporcionadas pelos textos jornalísticos.

Sendo assim, o gênero crônica se aproxima dos sujeitos descritos nos textos de Braga apontados acima, pois encerrada no espaço do jornal, seu habitat natural, a crônica se debate para fugir do mero circunstancial como nos mostra Antonio Cândido ao colocar esse gênero ao rés do chão: “pega o miúdo e mostra nele uma grandeza, uma beleza ou uma singularidade insuspeitadas. Ela é amiga da verdade e da poesia nas suas formas mais diretas e também nas suas formas mais fantásticas”.¹⁷

Nesse sentido, a crônica se torna como no primeiro texto analisado aqui, esse sujeito que sem abandonar o espaço no qual habita persegue nova possibilidade de se ver enxergar o mundo, captando os pequenos movimentos, aqueles considerados fúteis ou banais para transformá-los na mais alta poesia. Ou como nos diz os amantes na crônica, “a nossa felicidade imensa era pontuada de alegria menores e inocentes, a água forte e grossa do chuveiro, a fartura festiva das toalhas limpas de lençóis de linho”.¹⁸ Proporcionando alegrias menores, a crônica se situa na encruzilhada entre a fugacidade dos eventos cotidianos, sua ligação com

¹⁷ CANDIDO, Antonio: et al. *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas: Ed. da Unicamp/ Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992, p. 14.

¹⁸ BRAGA, Rubem. *A Borboleta...*, *op. cit.*, p 133.

o tempo presente e a tentativa do escritor em abrir algumas clareiras para situar o olhar muito além dos muros da cidade e da mercantilização dos sentimentos que circunda o homem urbanizado.

Por outro lado, como é perceptível no texto “O mato”, Rubem Braga traz à crônica o *status* de texto híbrido que parte das experiências pessoais transformadas em momentos poéticos que apontam para uma espécie de transfiguração. Igual ao homem que se transforma em ser vegetal, a crônica torna-se texto carregado de lirismo confessional, gênero fronteiro com a poesia.

Vistos assim, esses textos tornam-se duplo espelho, ao mesmo tempo que focalizam uma alternativa para o homem urbano sair do automatismo rotineiro, refletem a própria posição da crônica enquanto texto que a partir de um veículo, o jornal que funciona como repositório das atividades urbanas, cria espaço alternativo no qual prevalece a exposição do olhar mais humanizado em que o próprio cronista se insere como conteúdo através do seu lirismo intimista.

Observadas apenas por seu conteúdo, essas crônicas colocam o homem em disjunção com o espaço urbano, tanto criando espaço alternativo dentro do próprio meio urbano, ou seja, sem sair de sua residência, um apartamento em pleno centro da metrópole, “Os amantes” projetam nova existência, feita pelo abandono da vida civil e de todas as obrigações que esta são inerentes. Por outra via, esse desligamento do habitar urbano pode se dar não com a criação de novo espaço, mas através de nova perspectiva para um espaço já reservado para breve fuga, como na crônica “O mato”.

E entendidos como símbolos do próprio escrever, esses textos com seus personagens refletem a própria função do cronista que é a de criar um espaço que esteja em descompasso com aquele reservado para a notícia ou a reportagem. Nessa luta da crônica em tornar-se espaço privilegiado para a busca do perene ou pela aproximação do *status* de texto literário, enxerga Massaud Moisés ser o espaço da crônica: Ambígua, duma ambiguidade irredutível, de onde extrai seus defeitos e qualidades, a crônica move-se entre ser *no* e *para* o jornal, uma vez que se destina, inicial e precipuamente, a ser lida na folha diária ou na revista. Difere, porém, da matéria substancialmente jornalística naquilo em que, apesar de fazer do cotidiano o seu húmus permanente, não visa à mera informação: o seu objetivo, confesso, ou não, reside em transcender o dia-a-dia pela universali-

dade de suas virtualidades latentes [...] o cronista pretende-se não o repórter, mas o poeta ou o ficcionista do cotidiano, desentranhar do acontecimento uma porção imanente de fantasia.¹⁹

Em conexão com o ponto de vista de Massaud moisés, tanto as crônicas de Rubem Braga, como a fuga do homem urbano da sufocante rotina civil por ele descrita nos textos, simbolizam instantes de epifania pela quebra da visão unilateral que ultraja as inclinações do homem como ser natural e não a serviço da ordem regida pelo capital.

¹⁹ MOISÉS, Massaud. *A criação literária*. 10ª. ed. SP. Cultrix, 1982, p. 104

A aventura na cidade: relações sexuais eróticas no espaço público urbano

*Manuela Vieira Blanc**

Este artigo apresenta a discussão teórico-conceitual que permeia minha tese de doutorado em desenvolvimento e pretende relacionar o modo de vida urbano carioca e as práticas sexuais eróticas como objeto de análise. Através de uma análise do espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro como um espaço heterogêneo em suas possibilidades de aventura e risco e do consumo de formas de lazer erótico por seus habitantes se pretende compreender os processos pelos quais segmentos da população constroem em suas vivências sociais, por intermédio de seus itinerários urbanos, suas práticas de sociabilidade relacionadas ao lazer erótico na cidade do Rio de Janeiro. Tal proposta envolve uma discussão teórica voltada para a definição da modernidade e as práticas de sociabilidade específicas de habitantes cariocas e suas interações sociais e consequentemente das formas de apropriação do espaço urbano bem como de suas relações, percepções e concepções da cidade, entendida aqui como cenário de ação desses atores. Ao mesmo tempo, a publicização de práticas íntimas no espaço urbano apresenta-se como foco de análise da experiência de vida na cidade, neste sentido, será destacada a presença de estabelecimentos de lazer erótico, como casas de strip-tease ou suingue, na cidade do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: erótico, espaço público, aventura.

Introdução

Este artigo apresenta a discussão teórico-conceitual que permeia minha tese de doutorado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – RJ. Através de uma análise do espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro como um espaço heterogêneo em suas possibilidades de aventura e risco e do consumo de formas de lazer erótico por seus habitantes pretende-se compreender os processos pelos quais segmentos da população constroem em suas vivências sociais, por intermédio de seus itinerários urbanos, suas práticas de sociabilidade relacionadas ao lazer erótico na cidade do Rio de Janeiro. Tal proposta envolve

* Mestre em Ciências Sociais PPCIS/UERJ, atualmente doutoranda em Sociologia Política PPGSP/UENF. E-mail: manu_uenf@yahoo.com.br

This paper presents the theoretical and conceptual discussions that permeates my doctoral thesis on development and intends to link the urban way of life in Rio and erotic practices as object of analysis. Through an analysis of urban space in Rio de Janeiro as a heterogeneous space in their possibilities of adventure and risk and consumption of forms of erotic pleasure for its people I want to understand the processes by which segments of the population build social experiences through their urban itineraries, its practices of sociability related to erotic entertainment in Rio de Janeiro. This proposal involves a theoretical discussion focused on the

definition of modernity and the specific practices of sociability inhabitants cariocas and their social interactions and consequently the forms of appropriation of urban space and their relationships, perceptions and conceptions of the city, understood here as a backdrop of action of these actors. At the same time, the publicizing of intimate practices in urban space presents itself as the focus of analysis of the experience of city life, this sense will be highlighted the presence of erotic entertainment establishments such as Streeptease or swing clubs in the city Rio de Janeiro.

Key words: Erotic, public space, adventure.

uma discussão teórica voltada para a definição da modernidade e as práticas de sociabilidade específicas de habitantes cariocas e suas interações sociais e consequentemente das formas de apropriação do espaço urbano bem como de suas relações, percepções e concepções da cidade, entendida aqui como cenário de ação desses atores.

Tomados como campo de análise alguns estabelecimentos de lazer erótico, a relação entre consumo e construção de si apresenta-se como questão fundamental a ser confrontada em suas diferentes percepções teórico-metodológicas como ferramenta para se pensar o próprio objeto de análise.

O advento de formas modernas de relacionar-se é acompanhado por um movimento igualmente amplo de transformações não apenas das formas legitimadas de exercício da sexualidade, como também da redefinição das fronteiras entre espaço público e privado, sejam tipicamente caracterizadas como ilegítimas às práticas sexuais (enquanto dimensão estritamente íntima) por um lado ou receptáculo de segredos impudicos por si mesmo, por outro, respectivamente.¹

O contexto urbano moderno, ao mesmo tempo em que leva esta oposição fundamental entre espaços de sociabilidade e ação ao seu mais alto grau, ao lançar o espaço público como local legítimo ao exercício da vida pública, caracte-

¹ COMBESSIE, Philippe. Le partage de l'intimité sexuelle. Pistes pour une analyse du pluripartariat au féminin. In: LE GALL, Didier. *Identités et genres de vie. Chroniques d'une autre France* (2008) Paris: L'Harmattan, 2008.

riza-se por uma superação de tal polarização que reflete e potencializa sensíveis transformações na construção social dos sujeitos, bem como de suas relações sociais², favorecendo o desenvolvimento e coexistência de uma pluralidade de formas de sociação, bem como de identidades sociais.

Nas grandes metrópoles modernas a impessoalização das relações, concomitantemente ao advento da própria noção de indivíduo, propicia e é também potencializada pelo estabelecimento de relações públicas permeadas por conteúdos de foro privado. A publicização de práticas sexuais, bem como a constituição de relações sexuais destacadas de um caráter afetivo ou duradouro para ambos os sexos é apontada por muitos autores como fenômeno integrante a própria modernidade e, neste movimento, a própria ética moral assume novo significado, variante e referenciado com relação ao que é apontada como uma moral tradicional.³

No Brasil, entretanto, é necessário levar-se em consideração características específicas presentes na relação entre espaço público e privado, assumida como uma oposição inerente e complementar, fundadora da própria organização social.⁴

Neste trabalho, atendo-me à discussão teórico-conceitual a partir da qual será desenvolvido um estudo empírico em estabelecimentos de lazer erótico na cidade do Rio de Janeiro.

Contextualização teórico-metodológica o modo de vida na cidade

A cidade é apreendida enquanto espaço de vivências que se caracteriza pela pluralidade e pela transitoriedade. Stanley Parker defende tratar-se o contexto urbano ao mesmo tempo de um reflexo e um condicionante de formas específicas de re-

² ARENDT, Hanna. *A condição humana*. 10º ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

³ Entre outros, SIMMEL, George. *A filosofia do amor*. São Paulo: Martins Fontes, 1993; GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

⁴ DA MATTA, Roberto. *A casa e a rua*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

lacionar-se caracterizadas, acima de tudo, por uma multiplicidade altamente rica em termos de formas e de significados, já que no contexto urbano tais arcabouços valorativos se configuram apenas como ponto a partir do qual serão redefinidos, em proporções e velocidade maiores do que em qualquer outro meio social.⁵ Neste sentido, a cidade é apontada por diversos autores como o lugar do efêmero, da construção destrutiva.⁶ Simulacro de mapas afetivos de pertencimento territoriais dos sujeitos desenhados por dinâmicas coletivas⁷, espaço caracterizado pela alta densidade populacional e pela coexistência de grupos sociais diversificados, tanto social quanto economicamente, a cidade contemporaneamente apresenta-se como elemento fundamental para a própria caracterização/análise da modernidade. Segundo Louis Wirth, o desenvolvimento e crescimento das cidades enquanto forma de vida preponderante na atualidade caracteriza “*o início do que pode ser considerado marcadamente moderno em nossa civilização*”.⁸

O espaço urbano é destacado por Ana Luiza Rocha e Cornélia Eckert pela multiplicidade de possibilidades de experimentação e espontaneidade que coloca à disposição de seus habitantes⁹, ao que Zygmunt Bauman irá se opor através de seu argumento em torno da conceituação da realidade urbana contemporânea como uma forma líquida de vida. Segundo Bauman, a

‘vida líquida’ e a ‘modernidade líquida’ estão intimamente ligadas. A ‘vida líquida’ é uma forma de vida que tende a ser levada à frente numa sociedade líquido-moderna. ‘Líquidomoderna’ é uma sociedade em que as condições sob as quais agem seus membros mudam num tempo mais curto do que aquele necessário para a consolidação, em hábitos e rotinas, das formas de agir.¹⁰

Bauman caracteriza tal contexto por uma multiplicidade de direcionamentos e valores mutantes em si mesmos, que carecem de uma linearidade e, ao mesmo tempo, de uma constância. A vida líquida é assim caracterizada por uma

⁵ PARKER, Stanley. *A sociologia do lazer*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

⁶ BAUMAN, Zygmunt. *Confiança e medo na cidade*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2009.

⁷ ROCHA, Ana Luiza Carvalho da e ECKERT, Cornélia. *O tempo e a cidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

⁸ WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, Otávio Guilherme. *O fenômeno urbano*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979, p. 90.

⁹ ROCHA, Ana Luiza Carvalho da e ECKERT, Cornélia. *Op. cit.*

¹⁰ BAUMAN, Zygmunt. *Vida líquida*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2007, p. 7.

vida precária, demarcada por uma necessidade incessante de recomeçar, já que não há caminhos pré-definidos a serem seguidos. Mais do que a experimentação, esta forma de vida é caracterizada pela destruição criativa, segundo ele. Dada tal realidade, o espaço urbano estaria fadado a perder seu potencial integrador da diversidade.

Tal apreensão é a base da análise de Georg Simmel quanto à vida mental na metrópole, em que o autor destaca consequências objetivas para a compreensão subjetiva da realidade no contexto urbano¹¹. Segundo o autor, a base psicológica do homem metropolitano é caracterizada por uma intensificação dos estímulos nervosos, resultando na alteração brusca e ininterrupta entre estímulos exteriores e interiores. O cotidiano citadino implica para seus habitantes uma consciência, ou “quantidade” de consciência, diferente da que a vida rural extrai: uma intelectualidade elevada e, por consequência, indiferente a toda individualidade genuína, segundo o argumento do autor. Em termos práticos e como forma de autopreservação, a atitude blasé surge como uma incapacidade de reagir a novas sensações. As múltiplas possibilidades de experimentação da realidade, a heterogeneidade que a caracteriza, culminam num isolamento subjetivo do sujeito urbano.

Georg Simmel desenvolve o conceito de aventura, importante auxiliar para tratar a relação entre oferta e procura de diversas formas de sociabilidade e lazer na cidade. Mais do que a simples noção de experimentação, o autor analisa a aventura como evento que *“extrapola o contexto da vida. [...] uma parte da nossa existência à qual - pela frente e por trás se ligam imediatamente outras, mas que, ao mesmo tempo, em seu sentido profundo, corre por fora de qualquer continuidade desta vida”*¹². Vivências que se destacam da normatividade tanto em aspectos objetivos quanto subjetivos, dotados de uma lógica própria e plena, cujo início, meio e fim independem da, contradizendo ou até mesmo opondo-se a, realidade exterior. Através deste conceito é possível pensar o modo de vida urbano, e a oferta de “serviços” que se caracterizam por uma lógica que se choca com os valores morais socialmente legitimados, como fenômeno paralelo às experiências dos sujeitos urbanos modernos, destacados do cotidiano da vida.

¹¹ SIMMEL, George. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio Guilherme. *O Fenômeno Urbano*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

¹² SIMMEL, George. A aventura. In: SOUZA, Jessé e ÖELZE, Berthold. *Simmel e a modernidade*. Brasília: UnB. 1998, p. 171.

A aventura se constitui como uma parte da existência entrelaçada na interrupção desta, mas que, todavia, pode ser sentida como uma totalidade, uma unidade acabada. É o “jardim secreto” da própria existência humana que constitui em si uma configuração de sentido fixada por meio de um começo e um fim e que está, apesar de *“toda a sua causalidade e toda sua exterioridade perante o fluxo contínuo da vida, em conexão com a essência e com a determinação do sujeito em um sentido amplo - que se alastra aos segmentos racionais da vida - e em uma necessidade secreta”*.¹³

Entendida como espaço potencial de “aventura” e “risco”, a cidade do Rio de Janeiro é apreendida como celeiro de modos de vida e sociabilidade múltiplos. Identificados estabelecimentos de lazer eróticos em diversos pontos da cidade, objetivo compreender até que ponto estes espaços encerram específicas formas de sociabilidade e construção de si. Ao mesmo tempo, tais serviços apontam para um processo de publicização de práticas de foro íntimo, assim como peculiares usos do espaço público.

Apreendendo subjetivamente a cidade: erotismo como objeto de consumo de si

Philippe Combessie destaca que as relações sexuais de caráter erótico¹⁴ devem ser analisadas através de três aspectos da sociedade, e que interferem em condições de reconhecimento, de facilitação ou de limitação a tais práticas: o desenvolvimento do individualismo, dos meios de comunicação e das trocas comerciais aqui destacadas como a publicização de práticas de foro íntimo e a relação entre o modo de vida urbano e as possibilidades de consumo que propicia. O erótico é aqui apreendido como um conjunto de representações

¹³ SIMMEL, George. A aventura. *Op. cit.*, p. 174.

¹⁴ COMBESSIE, Philippe. Le pluripartenariat sexuel: une communauté interstitielle? In: SAIN-SAULIEU, I; SALZBRUNN, M.; AMIOTTE-SUCHET, L. (Ed.) *Faire communauté en société. Dynamiques des appartenances collectives*. Rennes : Presses Universitaires de Rennes, 2010. Destaco que, assim como será apresentado, o autor analisa especificamente práticas comuns de pluriparceria sexual, sob o foco das experiências femininas.

quanto à sexualidade que difere dos planos afetivos, reprodutivos ou conjugais ao caracterizar-se pela experiência do prazer, a satisfação de desejos sexuais individuais, seja através da realização/intenção do ato sexual em si ou práticas que remetem à busca por sua satisfação, mesmo que em caráter exclusivamente lúdico.¹⁵

Analizando as práticas sexuais femininas de pluriparceria (do original *pluripaternariat*), ou seja, o exercício de relações sexuais com múltiplos parceiros, seja em relações efêmeras, o exercício de práticas sexuais coletivas ou o estabelecimento de práticas sexuais paralelas com dois ou mais parceiros (havendo ciência e consentimento das partes ou não), o autor diferencia tal exercício da sexualidade de contatos sexuais permeados por laços sentimentais caracterizados por uma dependência mútua que se estende espaçotemporalmente e na qual a dinâmica de “dom” e “contra-dom” maussiana atravessa as trocas sexuais e a engloba a partir de uma lógica totalizante. Philippe Combessie se propõe a analisar tais comportamentos como práticas sociais propriamente ditas, permeadas pela construção de sentidos auto-referidos e que estão inseridas em específicas trajetórias, dotadas de dimensões tanto coletivas quanto pessoais. Ao mesmo tempo, analisa o contexto social em que se inserem como um corpus de sociabilidade e construção de sentido de dinâmica específica.¹⁶

A partir de Durkheim, o autor chama atenção para o fato de que o ato sexual aciona sentidos contrários à própria consciência moral, as emoções por ele destacadas assumem a forma de injunções e contradições que, no que se refere à sociedade contemporânea, conduz a uma oposição caricatural, envolvendo, de um lado, a figura materna assexuada e, de outro, a figura da puta. Ao mesmo tempo, os “saberes” práticos desenvolvidos gradualmente, à medida do progresso de uma vida sexual de pluriparceria, permite às mulheres acumular vantagens a partir da conjugação de ambas as figuras. A libertação de seus corpos através da desconexão entre sexualidade e relações diádicas exclusivas, privilégio atribuído à puta; e a conservação da respeitabilidade da figura materna.¹⁷

¹⁵ DUARTE, Luiz Fernando Dias et all (Orgs.). *Sexualidade, Família e Ethos Religioso*. São Paulo: Editora Garamond, 2005

¹⁶ COMBESSIE, Philippe. *Le partage...*, *Op. cit.*

¹⁷ COMBESSIE, Philippe. *Le pluripartenariat...* *Op. cit.* p 9.

Le pluripartenariat sexuel qui établit des liens tellement puissants entre les individus et groupes du *communisme sexuel* analysé par Mauss chez les Inuits ne peut pas, dans la société occidentale contemporaine qui érige en valeur sacrée la relation d'amour dyadique exclusive, être légitimé autrement que dans le cadre de *communautés interstitielles*, qui se développent dans les marges de la société.¹⁸

O autor identifica e analisa essas comunidades intersticiais capazes de dotar tais práticas de um sentido que lhe é próprio, conciliando o paradoxo entre estas e a moralidade sexual socialmente legitimada e conferindo coerência às narrativas sexuais. Ao mesmo tempo estas se constituem como ilhas valorativas, desenvolvidas à margem da moralidade dominante, sendo circunscritas em espaços bem delimitados e através de regras e valores éticos específicos a cada micro-grupo.¹⁹

*A cultura moderna é caracterizada pela preponderância do que se poderia chamar de o “espírito objetivo” sobre o “espírito subjetivo”*²⁰; como forma de afirmação de uma personalidade individual, os sujeitos se voltam para diferenças qualitativas, traduzindo em “extravagâncias” um projeto de diferenciação e notabilidade. As relações são restringidas a uma lógica comercial, impessoal e progressivamente mais calculista: “*essa necessidade é criada pela agregação de tantas pessoas com interesses tão diferenciados, que devem integrar suas relações e atividades em um organismo altamente complexo*”.²¹

Seguindo o mesmo caminho, Zygmunt Bauman destaca que a “vida líquida”, carente de fontes objetivas ou subjetivas de sentido, é uma vida de consumo. Esta projeta o mundo e “*todos os seus fragmentos animados e inanimados como objetos de consumo, ou seja, objetos que perdem a utilidade (e portanto o viço, a atração, o poder de sedução e o valor) enquanto são usados*”²². Bauman integra desta forma a longa lista de autores que relacionam modernidade e consumo

¹⁸ A pluriparceria sexual que estabelece ligações tão poderosas entre os indivíduos e grupos do comunismo sexual analisado por Marcel Mauss entre os Inuit não pode, na sociedade ocidental contemporânea, na qual se erige em valor sagrado a relação de amor diádico exclusivo, ser legitimado senão no quadro das comunidades intersticiais, que se desenvolvem as margens da sociedade (tradução livre). COMBESSIE, Philippe. Le pluripartenariat... *Op. cit.* p. 12.

¹⁹ COMBESSIE, Philippe. Le pluripartenariat... *Op. cit.*

²⁰ SIMMEL, George. A metrópole... *Op. cit.*, p. 23.

²¹ *Idem*, p. 15.

²² BAUMAN, Zygmunt. Vida.... *Op. cit.*, p. 16.

como elementos fundamentais para se pensar as relações sociais na contemporaneidade e, em certos casos, até mesmo a noção moderna de indivíduo. A construção dos sujeitos como mercadorias é apontada como consequência de uma busca por satisfação retroalimentada por uma total incapacidade de satisfazer-se. A partir do estabelecimento de um objeto típico ideal, no sentido weberiano, Bauman caracteriza o ‘consumismo’ como um

tipo de arranjo social resultante da reciclagem de vontades, desejos e anseios humanos rotineiros, permanentes e, por assim dizer, ‘neutros quanto ao regime’, transformando-os na principal força propulsora e operativa da sociedade, uma força que coordena a reprodução sistêmica, a integração e a estratificação sociais, além da formação de indivíduos humanos, desempenhando ao mesmo tempo um papel importante nos processos de auto-identificação individual e de grupo, assim como na seleção e execução de políticas de vida individuais. O ‘consumismo’ chega quando o consumo assume o papel-chave que na sociedade de produtores era exercido pelo trabalho.²³

Parafraseando Latour e em consonância com a análise simmeliana, Bauman destaca que a ‘subjetividade’ numa sociedade de consumidores, assim como a ‘mercadoria’ numa sociedade de produtores, é um fetiche. Fetiche no sentido de um produto eminentemente humano ao qual é conferida a categoria de autoridade sobre-humana. Dada a ausência de fontes totalizadoras de sentido, sejam elas dadas pelo Estado, a religião ou a própria vida comunitária, os indivíduos passam a “consumir” formas de ser e se mostrar como fonte de satisfação pessoal e construção identitária. Ao mesmo tempo, a vida para consumo, produto do contexto moderno e urbano, é caracterizada por uma luta por satisfação movida pelo seu constante adiamento, que se transfere ao mesmo tempo para o domínio das relações pessoais.²⁴

Apesar das especificidades de suas perspectivas, as análises de Simmel e Bauman se aproximam desta forma do conceito de relação pura construído por Anthony Giddens, exemplificado por uma transferência para o domínio dos vínculos humanos de regras típicas do mercado de bens.²⁵ Vida íntima e engaja-

²³ BAUMAN, Zygmunt. *Vida para Consumo: A transformação das pessoas em mercadoria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2008, p. 41.

²⁴ *Idem.*

²⁵ GIDDENS, Anthony. *Op. cit.*

mento social demarcadas pela instabilidade, a dificuldade de estabelecimento de uma trajetória coerente para o eu e a busca por satisfação no estabelecimento de relações com “objetos” humanos e não-humanos que é sempre incompleta por natureza.

Anthony Giddens caracteriza a relação pura como tipo de envolvimento amoroso baseado única e exclusivamente no interesse de ambas as partes em encontrar plena satisfação através do estabelecimento da relação.²⁶ Tal conceito em muito se aproxima da noção de erótica desenvolvida por George Simmel.²⁷ Ao contrário do *ethos* do amor romântico, onde a absorção de um pelo outro se apresenta como aspecto central do estabelecimento da relação, o relacionamento puro refere-se

Assim como no mercado de bens, marcado pela instabilidade e a constante busca a uma situação em que se entra em uma relação social apenas pela própria relação, pelo que pode ser derivado por cada pessoa da manutenção de uma associação com outra, e que só continua enquanto ambas as partes considerarem que extraem dela satisfações suficientes, para cada uma individualmente, para nela permanecerem.²⁸

por uma satisfação utópica por natureza, porque pautada numa expectativa crescente pela construção de si mesmo através da absorção do outro (ou de outra coisa), “*o amor confluyente é um amor ativo, contingente, e por isso entra em choque com as categorias ‘para sempre’ e ‘único’ da idéia do amor romântico*”.²⁹ Ao mesmo tempo, o amor confluyente, forma de relacionamento puro, se desenvolve como um ideal de uma sociedade marcada pela oportunidade conferida a todos os seus membros de se tornarem sexualmente realizados e pela superação da dicotomia entre mulheres “respeitáveis” e àquelas marginalizadas da vida social ortodoxa.

Zygmunt Bauman e Anthony Giddens apresentam um contexto extremamente conflituoso para a constituição de relações sociais, onde o conflito, segundo o conceito simmeliano, está sempre renegado a uma não relação, dada a

²⁶ *Idem*.

²⁷ SIMMEL, George. A filosofia.... *Op. cit.*

²⁸ GIDDENS, Anthony. *Op.cit*, p. 68.

²⁹ *Idem*, p. 72.

ausência de forças em favor da sua unificação. O conflito simmeliano caracteriza-se por uma forma de associação composta simultaneamente por harmonia e discórdia, e é um elemento inerente a toda associação.³⁰ As análises de Bauman e Giddens apontam para uma realidade social marcada por uma espécie de não engajamento, ou incapacidade de integrar um todo que, por sua heterogeneidade de sentidos, bem como pela instabilidade destes, carece de uma capacidade de mostrar-se como fonte de segurança ontológica³¹, seguindo as conclusões do próprio Simmel com relação à vida na cidade moderna.³²

Apreendida superficialmente como uma construção baseada numa visão compartimentada entre tempo útil (ou de trabalho) e tempo ocioso, um *momentum* de livre direcionamento, de experimentação informalizada do outro, do espaço e da própria cultura urbana, considerada em suas múltiplas e flexíveis faces, o lazer em sua expressão contemporânea seria fruto da moderna concepção de trabalho. O lazer é uma instituição social, destaca Stanley Parker³³, elemento inerente a concepção moderna de indivíduo e de direitos individuais (sobretudo relacionados à regulação do trabalho) e, como tal, se insere numa lógica mais ampla, analisada por Bauman a partir da lógica de consumo.³⁴ Lazer, indivíduo, consumo e cidade como elementos auto-referentes no contexto capitalista.

Ao mesmo tempo o contexto da modernidade assim marcado por uma busca por reconhecimento através da construção de si como sujeito único e diferenciado, seja na demarcação de identidades sociais ou no estabelecimento de práticas que extravasam comportamentos socialmente legitimados como medianos, assim como demanda sujeitos capazes de ausentar-se de quaisquer elementos que lhes possam identificar diretamente com tal ou qual ideologia ou modo de vida, denota amplas questões no que se refere ao estabelecimento de vínculos sociais. A transformação dos indivíduos em mercadoria, ao mesmo tempo que em con-

³⁰ SIMMEL, George. O conflito. In: MORAES FILHO, Evaristo de (Org.). *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

³¹ Ver GIDDENS, Anthony. *Novas Regras do Método Sociológico*. 2ª ed. Lisboa: Gradiva Publicações, 1996.

³² SIMMEL, George. A metrópole... *Op. cit.*

³³ PARKER, Stanley. *Op. cit.*

³⁴ BAUMAN, Zygmunt. Vida líquida... *Op. cit.*

sumidores potencialmente ativos, cria um paradoxo subjetivo aos seus membros em relação já que “*o destino final de toda a mercadoria colocada à venda é de ser consumida por compradores*”. Ao mesmo tempo, “*os compradores desejam obter mercadorias para consumo se, e apenas se, consumi-las for algo que prometa satisfazer seus desejos*”. E não podemos nos esquecer de que “*o preço que o potencial consumidor em busca de satisfação está preparado para pagar pelas mercadorias em oferta dependerá da credibilidade dessa promessa e da intensidade desses desejos*”.³⁵

Ao mesmo tempo a noção de erótico definida por Simmel difere do amor no que se refere à perspectiva através da qual parte. Enquanto o amor caracteriza-se por uma busca de si através da busca do outro, onde a individualidade do ser amado é o argumento mesmo para a legitimidade de tal sentimento, para a

natureza erótica, a relação afetiva unicamente possível em relação a um indivíduo (e, para dizer a verdade, inclusive em relação a um só indivíduo) torna-se uma relação geral permanente (se bem que em diversos graus), mas sem cair na renegação panteísta da individualidade.³⁶

A busca pela satisfação de tal apelo erótico, mesmo ao assentar-se sobre um sujeito determinado, faz-se através do impulso geral pela satisfação mesma, fugindo a uma identificação direta com o objeto de desejo senão como ferramenta capaz de conceder a tão procurada sensação de prazer. Neste sentido, o autor destaca que “*a importância do prazer se estende a momentos tanto mais afastados, alusivos, simbólicos, do domínio erótico, quanto mais refinada e culta for a personalidade*”.³⁷

O amor – na natureza erótica – é uma auto-relação, fechada em si mesma. A natureza erótica existe mesmo quando não existe alguém para amar. O amor é um ser do sujeito, ligado a determinado objeto ou com a vida apenas de forma secundária.³⁸

No contexto moderno, portanto, as relações eróticas assumem um grau ainda mais elevado no que se refere tanto à multiplicidade de fontes (sejam elas

³⁵ BAUMAN, Zygmunt. Vida para Consumo... *Op. cit.*, p. 18

³⁶ SIMMEL, George. *A filosofia...* *Op. cit.*, p. 179.

³⁷ *Idem*, p. 99.

³⁸ *Idem.*, p. 101.

simbólicas ou práticas) de seu exercício quanto ao caráter impessoal e fugidio do encontro entre corpos, mesmo que em um sentido metafórico, e a vivência de aventuras.

Deve-se destacar a ligação entre o conceito de aventura simmeliano, sua forma erótica e a própria teoria freudiana da repressão sexual: “*Segundo Freud, é a transformação do princípio de prazer em princípio de realidade*”³⁹, que caracteriza a formação do sujeito através da transformação de seu sistema instintivo. O aventurar-se se situa, neste sentido, como um ponto de fuga, dotado de contradições e percepções específicas.

A identificação de um processo de objetivação dos atos íntimos não pressupõe um esvaziamento subjetivo dos conteúdos sexuais eróticos. Michel Bozon destaca que nada de sexual pode haver sem que haja produções sociais e mentais, cenários subjetivos nos quais atos, relações e significados da sexualidade se encontrem inscritos e organizados. Ao mesmo tempo, esses cenários estruturados são também estruturantes, intervindo na produção do desejo sexual e, na sociedade contemporânea, também na construção de si. A hipótese inovadora repousa sobre a existência de configurações distintas, mesmo que em número limitado, que associem práticas sexuais e representações de si, “*de modo que tal associação contribua de maneiras bem distintas para a construção dos indivíduos*”.⁴⁰

O que se pretende analisar é a relação entre um exercício publicizado do erotismo por homens e mulheres, em diferentes níveis de aproximação objetiva/subjetiva (ou seja, desde o observar de corpos sedutores em shows de streep-tease até o exercício público do ato sexual em casas de swingue), e relacionar tais práticas com o contexto mais amplo de estabelecimento de relações sociais e construção de si enquanto parte da sociedade como um todo, no contexto urbano brasileiro, através da experiência de aventura. A busca por estabelecimentos de lazer erótico inseridas no contexto urbano moderno de delimitação de identidades e relações sociais como ferramenta de apreensão da construção da noção de indivíduo na sociedade moderno-brasileira.

³⁹ CROCCO, Fábio Luiz Tezini. Estudo crítico sobre a transformação da ideologia e da subjetividade. www.psicanaliseefilosofia.com.br/.../Vol2.../estudo%20critico.pdf, p. 48.

⁴⁰ BOZON, Michel. *Sociologia da sexualidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 134.

Considerações finais

Este artigo se restringe às questões teórico-conceituais tomadas como base para o desenvolvimento de minha tese de doutoramento, que deverá ser defendida no primeiro semestre de 2013 pelo PPGSP/UENF. Atualmente está sendo realizado o trabalho de campo em alguns estabelecimentos de lazer erótico da cidade do Rio de Janeiro.

Inicialmente serão descartadas ofertas de serviços sexuais propriamente ditos, caracterizadas pela prostituição sexual, entendendo que o desenvolvimento de trocas monetárias no estabelecimento de relações sexuais introduz questões específicas. Primeiro por conotar uma percepção peculiarmente negativizada pela sociedade ocidental contemporânea, ao mesmo tempo apresentando-se nesses casos como o exercício de um comportamento destacado de *comunidades intersticiais* fundadas a partir de grupos de sociabilidade autoreferenciados e dotados de uma ética própria capaz de tornar coerentes as narrativas individuais, mesmo que a partir de uma existência marginal. Ao mesmo tempo tais práticas fogem ao propósito de compreensão das práticas sexuais de cunho erótico aqui destacadas, por se apresentarem como uma ruptura com o intercâmbio sexual propriamente dito, perturbando a dinâmica de tipo dom/contra-dom segundo a qual a reciprocidade é uma condição para o desenvolvimento da própria comunidade, assim como salienta Philippe Combessie.⁴¹

Considera-se a possibilidade de que profissionais do *Streep-tease* possam oferecer tais serviços, assim como que o consumo sexual seja relacionado com relativa frequência às práticas de sexo grupal em casas de *swingue*, mas, no primeiro caso o enfoque está sobre os frequentadores de casas de *show* que, ao menos oficialmente, não oferecem serviços de prostituição⁴² e, no segundo, tais práticas estão relacionadas a um contexto relacional mais amplo, que tende a extrapolar a relação comercial diádica. O foco, portanto, recai muito mais sobre esses espaços de sociabilidade erótica como oferta

⁴¹ COMBESSIE, Philippe. Le pluripartenariat.... *Op.cit*, p. 7.

⁴² E mesmo a oferta informal de tais serviços nestes espaços parece ser pouco comum, ao menos entre os *gogo boys* analisados por ARENT, Marion; CARRARA, Sergio. Gênero, sexualidade, corpo e trabalho: Etnografia em um Clube das Mulheres. *Revista PSICO*, v. 38, n° 3, pp. 254-261, set./dez., 2007.

de serviço e publicização da intimidade do que sobre o “consumo sexual” propriamente dito.

Uma das hipóteses norteadoras da pesquisa corresponde a uma apreensão das práticas sexuais de cunho erótico como fenômeno de publicização de questões de foro íntimo, apontada por muitos autores como característica da modernidade.⁴³ Outra se refere a um processo de autonomização do campo das práticas de lazer erótico através da constituição de um mercado específico, bem como da legitimação desses modos de vida através do estabelecimento de comunidades intersticiais, assim como a definição estabelecida por Philippe Combessie.

A metodologia utilizada deverá se basear no método da teoria fundamentada. Mais do que o estabelecimento de uma descrição densa da realidade, capaz de captar os significados dos comportamentos observados,⁴⁴ objetivo construir a partir da coleta de dados uma análise pautada na densidade conceitual propriamente dita, ou seja, o rico conhecimento de conceitos e relações “*que se mantêm em grande familiaridade com os dados associados e são com eles sistematicamente confrontados*”.⁴⁵ Para tanto serão utilizadas como ferramentas de coleta de dados a observação etnográfica nos estabelecimentos de lazer eróticos previamente selecionados e a realização de entrevistas semi-estruturadas com seus usuários. Eventualmente alguns dos atores responsáveis pela oferta de tais serviços poderão também ser entrevistados: funcionários de forma geral e, sobretudo, streepers. Enquanto sujeitos posicionados, suas representações da realidade vivenciada serão consideradas como dados significativos para a compreensão do seu posicionamento. Ao mesmo tempo, parto do pressuposto de que os pesquisadores “*assumem a responsabilidade ulterior de interpretar o que é observado, visto ou lido*” em termos do estabelecimento de uma análise social.⁴⁶

⁴³ Ver, entre outros, SIMMEL, George. A filosofia do amor... *Op. cit.*; GIDDENS, Anthony. A transformação.... *Op. cit.*

⁴⁴ GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: *Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

⁴⁵ STRAUSS, Anselm e CORBIN, Juliet. Metodologia da Teoria Fundamentada: uma visão geral. In: www.orbispictus.com.br/downloads/MTF.pdf, p. 2, acessado em outubro de 2009

⁴⁶ *Idem*, p. 2.

Código de posturas e a modernidade de Campo Grande (1905 – 1930)

Márcia Pereira da Silva*

Carlos Alexandre Barros Trubiliano**

Com a proclamação da República, um novo ideal de modernidade pautou as transformações das cidades brasileiras. Dos grandes centros urbanos aos mais distantes rincões do país, a ordem era moralizar, limpar e higienizar o espaço urbano com a finalidade de obter progresso e desenvolvimento. Para além da arquitetura das urbes, o comportamento dos cidadãos também deveria se adequar aos novos tempos. Um dos instrumentos privilegiados do ordenamento social foi o *Código de Posturas*. Neste sentido, esta pesquisa tem como objeto de análise o processo de modernização urbana no município de Campo Grande, com ênfase nas normatizações estabelecidas pelo *Código de Posturas* que, no limite, objetivou conseguir da população local compor-

O município de Campo Grande, hoje capital do estado de Mato Grosso do Sul¹, nasceu como pouso de boiadeiros. Nos primeiros anos do século XX, Campo Grande (então município do estado de Mato Grosso) contava com cerca de 2.000 habitantes e, aproximadamente, 200 casas; em 1912, a nova cidade já somava “5.000 almas”². Em 1920, essa população subiu para 21.000 habitantes, saltando para 40.000 habitantes em 1933³

* Doutora. Professora de História Contemporânea da FCHS/UNESP – Franca/SP.E-mail: marcia-pereirasil-va@gmail.com .

** Mestre em História pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD); professor da Secretaria de Educação de Mato Grosso do Sul. E-mail: trubiano@hotmail.com

¹ Data de 1977 a divisão do estado de Mato Grosso. Desde então Cuiabá é a capital de Mato Grosso e Campo Grande de Mato Grosso do Sul. No período dessa pesquisa há apenas o estado de Mato Grosso, cuja capital era Cuiabá.

² *Álbum Gráfico de Mato Grosso (EEUU do Brasil)*. Corumbá-Hamburgo: Ayala & Simon Editores, 1914, p. 412.

³ *Revista Folha da Serra*, Campo Grande, 1933.

tamentos considerados mais apropriados à República.

Palavras - chave: Urbanização, República, Ordenamento Social

With the proclamation of the Republic, a new ideal of modernity guided the transformation of cities. Major urban centers to the farthest corners of the country, the order was moralize, to clean and sanitize the urban space in order to achieve progress and development. Besides

the architecture of cities, the behavior of city dwellers should also fit the new times. One of the main instruments of social order was the Code of Postures. Therefore, this research aims to analyze the process of urban modernization in the city of Campo Grande, with emphasis on the norms established by the Code of postures that, ultimately, aimed to get local people behaviors considered most appropriate to the Republic that was announced.

Key words: Urbanization, Republic, Social Planning

e para 49.629 sete anos mais tarde.⁴ Entre 1920 e 1940, a população da zona urbana cresceu de 6.000 para 24.479 habitantes, praticamente se igualando à população rural.⁵

Entre os fatores capazes de explicar esse rápido crescimento populacional, pode ser arrolada a intensa migração decorrente da chegada, em maio de 1914, dos trilhos da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, facilitando a vinda de um grande contingente de migrantes do Sul e do Sudeste, de imigrantes japoneses, alemães, russos e búlgaros, que se instalaram em terras do atual município de Terenos, passando a constituir importante pólo de desenvolvimento agrícola.⁶ Por outro lado, atrelando o município aos pólos mais dinâmicos do capitalismo do Sudeste, a Noroeste do Brasil também teria contribuído com a transferência do foco comercial de Corumbá para Campo Grande, atraindo para essa cidade as comunidades libanesa, síria, armênia e turca, que se destacariam na ampliação do comércio local.⁷

⁴ IBGE - *Evolução Demográfica dos Municípios de Mato Grosso do Sul segundo os Censos Demográficos Realizados e a Contagem*. RJ: IBGE, 1996.

⁵ Dados obtidos no IBGE - *Evolução Demográfica dos Municípios de Mato Grosso do Sul [...]*; ARRUDA, Gilmar. "A Ferrovia Noroeste do Brasil: o último trem para o sertão". *Cadernos de Estudos Urbanos*. Campo Grande: Conselho Regional de Construtores de Imóveis, n° 3, 1995, p. 32.

⁶ *Campo Grande - 100 Anos de Construção*. Campo Grande: Matriz Editora, 1999, p. 278.

⁷ MACHADO, Paulo Coelho - *A Rua Barão*. Campo Grande: Ed. do Tribunal de Justiça de MS, 1991, p.106.

Além dos emigrantes, a ferrovia trouxe para cidade propostas de organização espacial pensada por engenheiros encarregados de estudar o traçado da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB). Segundo a historiadora Alisolete Weingärtner o contrato assinado entre o governo federal e a NOB, permitia a esta companhia interferir na estruturação do urbano, elaborando para aquelas cidades situadas no traçado ferroviário, um planejamento para disciplinar e racionalizar a ocupação dos espaços.⁸

Sendo assim os engenheiros da NOB, seguindo os modelos ideais de cidade que perpassavam pela utopia de espaço higiênico (físico e moral), salubre, belo, harmônico, equilibrado, racional, eficiente, arborizado, ordenado, planejado, funcional, zoneado, em resumo, onde fosse garantido o “bem-estar” social da população, sugerem então, em 1905 à Intendência Municipal de Campo Grande que se fizesse o **Código de Posturas**. Deste modo, os habitantes de Campo Grande passaram a conviver com normatizações que buscavam orientar as relações sociais entre os moradores e as relações deles com o espaço em que habitavam.⁹ Convém notar que a edição das Posturas não altera, pelo menos não imediatamente, o comportamento de uma dada população.

A constituição do *habitus* é algo processual contraído através das diversas formas de aprendizagem, sejam elas adquiridas ou percebidas nas relações no espaço, na linguagem e/ou regras de conduta.¹⁰ No caso desse estudo, o **Código de Posturas** fora implementado como consequência de uma conjunção de fatores que interferiram, direta ou indiretamente, na vida daqueles que ali viviam e, certamente, teve um papel preponderante na formação de um comportamento urbano para os hábitos locais.

Ao analisarmos o primeiro **Código de Posturas** de Campo Grande, aprovado em 30 de janeiro de 1905, verificamos nele a reprodução de ideais da ordem

⁸ WEINGÄRTNER, Alisolete Antônia dos Santos. *Campo Grande o impulso do desenvolvimento nas rotas de gado, nos trilhos do trem e nos caminhos de Mercossul*. Campo Grande. Revista ARCA, n. 5. EdUFMS, 1995.

⁹ OLIVEIRA NETO, Antônio Firmino de. *Campo Grande e a rua 14 de Julho*. Tese (Doutorado em Geografia) UNESP. Presidente Prudente. 2003.

¹⁰ Bourdieu P. Campo do poder, campo intelectual e *habitus* de classe. In MICELI, Sérgio (Org.). *A economia das trocas simbólicas*. 5ª ed.. São Paulo: Perspectiva; 1998. p. 183-202.

pública republicana, acompanhados pelo traçado da ferrovia, já observado em estudos de outros casos em cidades do “oeste paulista”.¹¹

Em seus 12 capítulos, a lei procurava regulamentar, além das normas de convivência e conduta, padrões de higiene, limpeza e conservação dos espaços públicos, uma vez que

a organização da vida urbana, dentro de uma visão jurídica, pressupõe a formalização de padrões de comportamento que propiciem o convívio pacífico e ordenado dos homens. Para este sistema organizacional funcionar seria preciso estabelecer as formas, as regras e os limites das ações humanas.¹²

A questão higiênica das cidades era uma das ferramentas para prevenir o aparecimento de doenças ou até mesmo epidemias: “a questão da higiene pressupõe a questão disciplinar. E para que essa fosse exercitada foi necessária a ação do Estado e da sociedade, [...] a disciplina promoveria a profilaxia do comportamento”.¹³

O **Código de Posturas** procurou regulamentar as normas de saúde pública. Os capítulos 3º (intitulado *Da Limpeza*) e 4º (sem título) abordam questões relativas a limpeza, a higienização da vila e a saúde da população. Neles se estabelecem critérios para a criação de porcos, para a existência de cocheiras, para a limpeza e conservação dos imóveis:

Art. 5º. É expressamente proibido: §1º Lançar-se cisco, lixo, vidros, palhas e animais mortos nas ruas e praças d’esta Villa e em geral, em qualquer lugar que não seja o destinado para o depósito. Os animais mortos serão conduzidos para a parte exterior d’esta Villa e ahi enterrados.

Outro artigo que chama a atenção no tocante ao controle de doenças é o Artigo 11º do Capítulo 4º que estabelece:

Todas as pessoas não vacinadas são obrigadas a ir a Camara Municipal nos dias em que forem por esta designadas, afim de se vacinarem, levando para o

¹¹ PEREIRA, Robson Mendonça. *O prefeito do progresso: modernização da cidade de São Paulo na administração de Washington Luís (1910-1919)*, Tese (Doutorado em História) UNESP. Franca, 2005.

¹² SILVA, Mozart Linhares da. *Do império da lei às grades da cidade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997, p. 142.

¹³ *Idem*, p. 143.

mesmo fim filhos curatellados e tuttellados, famulos, *escravos* (grifo nosso) e em geral, qualquer pessoa que esteja em seu poder ou guarda. Os infractores serão punidos com 10\$000 réis de multa ou 4 dias de prisão, sendo alem d'isto compellidos avaccinarem o seu dependente.

Chamou-nos a atenção dois pontos desse artigo. O primeiro é a institucionalização republicana da saúde pública, em especial as campanhas de vacinação, marcada pela criminalização do infrator, remetendo-nos à já conhecida Revolta da Vacina. Em Campo Grande, os poderes oficiais, já conhecendo a violência com que a vacinação obrigatória foi tratada no Rio de Janeiro, tomaram precauções em nome da ordem e do cumprimento da lei: chamaram as forças militares.¹⁴ O segundo aparece na redação da lei ao advertir ao “bom cidadão” que levasse seus “*escravos para serem vacinados*”; o que chamou nossa atenção é a data da promulgação da Postura em questão, dezesseis anos depois da Lei Áurea.

A disciplinarização dos espaços incluía observações acerca dos cemitérios. As Posturas, no 5º Capítulo - *Do cemitério e enterramentos*, municipalizou a administração do cemitério passava e descreveu formalidades para os enterros:

§2º Todo o cadáver deverá ser enterrado de modo que fique pelo menos seis palmos abaixo da superfície da terra, não podendo ser enterrado mais de um cadáver em cada cova.

§3º Nenhum cadáver será conduzido ao cemitério sem ser em esquife ou, em caixão fechado.

§4º nenhuma exumação se fará antes de passado cinco anos depois do enterramento, salvo quando esta for seguida pela autoridade Judicial ou Policial.

§5º As Covas ou Catacumbas em que se fazer a exumação não poderão ficar abertas, por mais de 24 horas.

§6º Ficam expressamente proibidas as dobras de sino, salvo as do rito: Os infractores dos paragraphos 2º e 6º d'este Artigo ficam sujeitos a multa de 20\$000 ou seis dias de prisão.¹⁵

¹⁴ Segundo o *Boletim Interno* ou as *Ordens do Dia*, arquivados no Comando Militar do Oeste (CMO), foi grande a participação do Exército nas campanhas de vacinação nos municípios do antigo estado de Mato Grosso, no início do séc. XX.

¹⁵ Código de Posturas de Campo Grande Capítulo 5º - *Do cemitério e enterramentos*.

Antes da edição do **Código de Posturas** as práticas fúnebres e todos os encargos relativos à morte, em Campo Grande, eram disposições ligadas às irmandades religiosas, em especial à Igreja Católica. Ao institucionalizar o cemitério como propriedade municipal buscava-se regulamentar

a morada dos mortos”, à imagem do mundo dos vivos. A Igreja foi para os habitantes do Brasil durante muito tempo, o local sagrado para essa morada. Esse contexto começa a ser mudado no início do século XIX através das campanhas higienistas, novidade vinda da Europa. Os governos municipais seguiram a opinião dos médicos, procurando reordenar o espaço ocupado pelos mortos, estabelecendo uma nova geografia urbana na relação entre vivos e mortos.¹⁶

O **Código de Posturas** foi orientado pelos discursos médicos no tocante aos mortos e seu sepultamento, não com uma mentalidade religiosa, mas higienista. “Uma organização civilizada do espaço urbano requeria que a morte fosse higienizada, sobretudo, que os mortos fossem expulsos de entre os vivos e segregados em cemitérios extra-muros”.¹⁷ Políticos como o Rosário Congro, eleito deputado estadual em 1918, demonstrara preocupações a respeito do local do cemitério:

No local da atual praça municipal, construiu-se naquele mesmo ano (1910) o irregular cercado do pequeno cemitério, mais tarde ampliado e transferido por José Antônio, verdadeiro patriarca, para a encosta de Oeste, onde ainda existe, em abandono, e do qual se descortina o belo panorama da cidade.¹⁸

Segundo o Relatório do Intendente Geral de Campo Grande, Dr. Arlindo de Andrade Gomes, o velho cemitério que se localizava na região central (atual Praça Ari Coelho), próximo do povoado, foi “mudado para a margem direita do Segredo; por força do crescimento da cidade, foi transferido ainda uma vez para o alto do Bandeira, no fim da atual Avenida Calógeras, em 1913”.¹⁹

¹⁶ MORENO, Tânia Maria. O sagrado e o profano: o cemitério na cidade de São Paulo. São Paulo: Cordis, NEHSC-PUC/SP, n. 1, 2009, p. 03.

¹⁷ REIS, João José. “A morte é uma festa”: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil no século XIX. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

¹⁸ CONGRO, Rosário. *O Município de Campo Grande – 1919*. Estado de Matto Grosso: Publicação Oficial, 1919, p.25.

¹⁹ GOMES, Arlindo de Andrade. *O Município de Campo Grande – 1921: Relatório apresentado à Câmara Municipal, pelo Intendente-Geral Dr. Arlindo de Andrade Gomes, do ano de 1921*. Campo Grande: 1922, p.12.

Ainda no tocante a promoção de um ambiente sociável, profilático e salubre, o **Código de Posturas** buscou regulamentar o uso água através de dois artigos:

Art. 31º Todos que quiserem servir-se d'água canalizada do rego existente serão obrigados a fazer pequenos regos até suas casas, tendo o cuidado de fazer bicas e tapar por cima quando atravessarem ruas ou praças.

Art. 32º Ninguém poderá proibir que passe por seus quintais a água que é destinada ao seu vizinho e nem lavar nela coisa imunda que possa prejudicar o vizinho.

Segundo José Barbosa Rodrigues²⁰, os “mundanceiros”, como eram chamados na época os moradores da vila, não respeitavam às determinações do **Código**, uma vez que a construção dos regos que desviava a água do córrego “Cachoeirinha” não atendia as normas estabelecidas e mencionadas anteriormente. Tal infração ocasionava a formação de grandes lamaçais gerando transtornos, como porcos que atolavam na lama, acúmulo de lixo e focos de mosquitos, transmissor de doenças.²¹ Para resolver a questão, o Intendente Geral Antonio Norberto de Almeida, mandou aterrar, em 1911, os regos que, naquele momento, beneficiavam mais ou menos 48 proprietários. Sem os tais regos, a população recorreu à abertura de poços artesianos nos quintais, muitas vezes próximos de fontes de poluição, como as fossas sanitárias, o que facilitava a contaminação da água e a proliferação de doenças.²²

Diante, agora, do problema dos poços irregulares e do crescimento da cidade, acompanhado pela falta de abastecimento regular de água, o intendente Arlindo de Andrade Gomes, em 1921, aproveitando a ocasião da vinda de engenheiros militares à Campo Grande com o objetivo de estudar o fornecimento de água para os quartéis, firmou acordo com o governo federal. Pelo acordo, a intendência municipal cederia terras para os quartéis em troca da construção de tubulações para captação e distribuição de água para cidade. Tais negociações foram justificadas e orçadas no Relatório Municipal de 1921:

²⁰ Nascido em Poços de Caldas, Minas Gerais em 1916, o Professor Barbosa, como gostava de ser chamado, chegou em Campo Grande, na década de 1940. Educador, jornalista e escritor, escreveu diversas obras a respeito da história e cotidiano Campo Grande.

²¹ RODRIGUES, J. Barbosa. *História de Campo Grande*. São Paulo: Editora Resenha Tributária Ltda., 1980.p.119-120.

²² *Idem*.

A intendência foi obrigada a fazer algumas despesas extraordinárias não previstas, mas de utilidade, com a visita do Ministro da Guerra, com a aquisição de terras para os quartéis federais e com a aquisição das vertentes para o abastecimento de água à cidade. Por si sós elas de justificam. [...] Com os alugueis de automóveis na recepção e viagem do Ministro da Guerra, despendeu-se 5:633\$000. [...] Com a aquisição de terrenos para os quartéis federais...1:000\$000. [...]. Total: 6:633\$000. [...] Fica assim elevada a despesa do corrente exercício em: 6:633\$000 rs”.²³

Todavia, foi somente por volta de 1926 que a cidade passou a contar com um sistema de água encanada, captando as águas represadas do Córrego Jacinto, afluente do Segredo, abastecendo os quartéis e o quadrilátero central da cidade, compreendido entre as avenidas Afonso Pena e Mato Grosso e as ruas Calógeras e João Pessoa (atual Rui Barbosa), perfazendo 179 instalações domiciliares.²⁴ Vale destacar que o bairro Amambahy, criado em 1921 para abrigar os então ex-operários da ferrovia e outros trabalhadores, não recebia o serviço de abastecimento de água.

A busca pela cidade ideal, bela e higiênica incluía a boa qualidade dos alimentos, requisito indispensável para a garantia da boa saúde dos moradores. Sendo assim, apoiado em pressupostos médicos e científicos, o **Código de Posturas**, nos 1º e 2º capítulos, dispôs sobre a higiene dos açougues, a conservação da qualidade das carnes comercializadas e o estabelecimento de locais para o abate do gado, tratamento do couro e produção de charque.

Logo no primeiro artigo, o **Código** visava estabelecer o espaço para o matadouro público: “ninguém poderá matar ou esquartejar rezes para o consumo, a não ser dentro do matadouro público. Enquanto não existir o dito Matadouro, a Câmara marcará o lugar que será cercado a custo da mesma, onde só e unicamente se poderá fazer o serviço”.²⁵ 25 A criação desse espaço responderia à

²³ GOMES, Arlindo de Andrade. *O Município de Campo Grande – 1921*. Campo Grande: 1922.p.08.

²⁴ IORIO, Solange Mattos et all. A perspectiva da educação ambiental e o processo histórico do saneamento básico: a instalação das redes de água e esgoto nos municípios de Campo Grande/MS e Dourados/MS. *Interações (Campo Grande)* [online]. 2009, vol.10, n.1 [cited 2010-06-30], pp. 63-72.

²⁵ Código de Posturas de Campo Grande Capítulo 1º - *Da economia e aceio dos açougues*. 1905. art. 1º.

necessidade da diminuição da forte exalação de odores pútridos decorrentes da decomposição sobre o solo dos restos das reses e do sangue dos animais, além de que viabilizaria a fiscalização sobre a qualidade da carne, uma vez que tornaria possível averiguar se reses abatidas tinham doenças. Dizia o Artigo 2º: “É expressamente proibido matar-se gado que apresente symptomas de moléstia, ou que esteja cançada ou muito magra, bem como vender-se para o consumo de carne de rez que foi encontrada morta”.²⁶

Ainda na tentativa de estabelecer a salubridade do armazenamento e venda da carne, o 3º Artigo do **Código** regulamentou as obrigações dos proprietários de açougues que deveriam “trazer limpo em perfeito estado de asseio as balanças, pesos e mais utensílios destinados a venda da carne; (...) fazer varrer, limpar e lavar todos os dias a tarde os respectivos açougues; (...) conduzir a carne para os açougues em carros ou carroças que estejam perfeitamente limpos e assejadas”.²⁷

O **Código** regulamentou “a venda de generos alimenticios e mercadorias”, estipulando a necessidade de licença para abertura do estabelecimento comercial (“Art.17º Nenhuma casa de negócio, loja officina, taverna em geral, qualquer estabelecimento de industria ou profissão se podera estabelecer nesta Villa e seu termo, em previa licença da Câmara”) e a adoção do “novo systema métrico decimal na forma do padrão adaptado em toda a República” para compra e venda de mercadorias.

Podemos observar que as regras básicas de mercado possibilitavam ao poder público local ter um controle maior sobre o comerciante e suas mercadorias; já a estipulação de pesos e medidas de acordo com as novas normas do governo federal representava uma construção de “identidades-para-o-mercado” local em sintonia com o modelo de Estado-nação republicano que estava em formação no país.²⁸

No que diz respeito ao formato das urbes, o **Código** de Campo Grande, do 7º ao 9º artigo, discorre sobre o “aforamento de terrenos Municipaes e edificação de prédios e reparos d’elles”, ou ainda sobre as “obras publicadas, transito e con-

²⁶ *Idem*, art. 2º.

²⁷ *Idem*, art. 3º.

²⁸ MACHADO, Igor José de Renó. Estado-nação, identidade-para-o-mercado e representações de nação. *Revista de Antropologia*. São Paulo, v. 47, n. 1, 2004.

servação das estradas”, leis que procuraram delinear “a largura de ruas e relações entre estas e altura dos edifícios, ou relacionados à salubridade das construções”²⁹, medidas que se assemelham em muito com códigos de outros municípios sancionados no início da República. Importante notar que nesses artigos procurava-se impor normas para as construções, demolições e reformas das habitações, definindo a altura mínima da testada, das portas e janelas, obrigando os proprietários dos imóveis a conservá-los ou repará-los, “caso estivessem em ruínas”.

As leis ainda procuraram estabelecer procedimentos para venda, compra e transferências de lotes, assim como para a concessão de terrenos para construções. Todavia, embora essas leis se demonstrassem inviáveis, pelo menos imediatamente, as mesmas já apontavam para a necessidade do saneamento urbano.

O aprimoramento da urbanização foi imposto, sobretudo, pelas transformações trazidas pelos trilhos da ferrovia, pela chegada de pessoas e mercadorias. Com o progresso advindo da estrada de ferro, o poder público de Campo Grande empenha-se em fazer com que os moradores de um vilarejo, formado por uma porção de ranchos, assimilem elementos dessa nova sociabilidade em formação, marcada agora por espaços como ruas, praças, prédios e água encanada.

Os espaços em construção romperam as dimensões do privado e do público do viver na cidade; com a modernização urbana o ideal de moradia e comportamento associou-se a “uma noção burguesa de família, moralidade, formação do indivíduo, recolhimento e oposição ao mundo público que estava se constituindo neste período”³⁰. Em nome dessa nova vivência o **Código** dedicou-se a orientar o cidadão sobre os aspectos sociais e morais de comportamento, proibia o falar dizeres obscenos, escrever e desenhar nas paredes das casas ou muros palavras ou figuras indecentes que ofendessem a moral pública. Não era permitido fazer barulhos, algazaras e dar gritos durante a noite, além de “fazer-se sambas, Catiretes, ou outros quaesquer brinquedos que produzam estrondo ou vozeria dentro da Villa”, sob a pena de 10\$000 ou cinco dias de prisão.³¹ As proibições

²⁹ LEMOS, Carlos A. C. *A República ensina a morar (melhor)*. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 29. O autor trata também da cidade de São Carlos.

³⁰ LANNA, Ana Lúcia Duarte. *Uma cidade na transição: Santos: 1870-1913*. São Paulo/Santos: HUCITEC, 1993, p. 112.

³¹ Código de Posturas de Campo Grande Capítulo 10º - *Reunião Prohibidae offensas a moral*. 1905 art. 45º.

estendiam-se para o porte de qualquer tipo de armas ofensivas, exceto por profissionais que delas necessitassem.

A tentativa de se evitar porte de quaisquer armas fazia parte do esforço para a manutenção da ordem publica; em última análise a idéia era desarmar os cidadãos e as milícias, formadas por bandos de jagunços, controladas pelos grupos oligárquicos que travavam inúmeros conflitos armados pelo controle político tanto de Campo Grande como do Estado. Tais disputas contribuíram para configurar uma imagem negativa de Mato Grosso, estado que passou a ser conhecido como “terra sem lei”, ou terra em que a única lei existente e a ser obedecida era o “artigo 44”, ou seja, a lei executada com o “calibre 44”. Noutros termos, contradizendo a perspectiva republicana de ordem e progresso, a cidade de Campo Grande e o estado de Mato Grosso emergiram no imaginário popular como o espaço da barbárie em detrimento da civilização.³²

Por Fim, ao longo dos 54 artigos dispostos nos 12 capítulos do **Código de Posturas**, ficou expressa a tentativa de constituição do espaço urbano moderno que exigia a extinção dos costumes e modos de vida dos caipiras, um lugar em que não se poderia mais

ser a favor de um mundo que não se preocupa com a higiene e suas consequências para a saúde. O que estava ocorrendo era a criação de uma paisagem pela negação de outra, da projeção de uma forma de vida urbana, moderna e capitalista, com suas concepções de tempo, espaço e propriedade, sobre uma outra forma não urbana.³³

A nova lei surgiu como resultante de uma nova sociabilidade expressa em diversas ações das autoridades públicas voltadas para a remodelação do espaço urbano. Esse novo contexto político, marcado pelo fortalecimento do Estado republicano, seria o elemento principal a determinar a produção espacial e social do lugar. É bem verdade, as mudanças dos costumes e valores culturalmente enraizados foram lentas e parciais, obviamente definidas pelo tempo e pela História.³⁴

³² Ver: GALETTI, Lylia da Silva Guedes. *Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso*. Tese (Doutorado em História) Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.

³³ ARRUDA, Gilmar. *Cidades e Sertões: entre a história e a memória*. Bauru: EDUSC, 2000, p. 184.

³⁴ THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

A tortura no estado atual: uma breve reflexão da sua origem e suas consequências na produção da subjetividade

*Cristiane Ferreira Fraga**

Este artigo se propõe a problematizar as produções subjetivas no contexto da população em situação de vulnerabilidade social. O Estado que previamente deveria assegurar a integridade física do indivíduo, muitas vezes age de maneira oficiosa com ações violentas e danosas ao corpo e a mente. As Políticas de Segurança transformam a vida na favela em um campo bélico. A tortura tem longa história nas civilizações, marcando corpos e produzindo memória.

Palavras-chave: Violência, Produção de Subjetividade, Estado.

This article aims to discuss the subjective productions in the context of the population in situation of social vulnerability. The State should ensure that advance the physical integrity of the individual, often acts in a way unofficially with violent actions and harmful to the body and mind. Security Policies transform life in the slum quarter a constant field of warlike. However, torture has a long history in civilization, marking bodies and producing memory

Key words: Violence, Production of Subjectivity, State

A modernidade exige cidades limpas, assépticas, onde a miséria – já que não pode ser mais escondida e/ou administrada – deve ser eliminada. Eliminação não pela sua superação, mas pelo extermínio daqueles que a expõe incomodando os “olhos, ouvidos e narizes” das classes mais abastadas.

(Cecília Coimbra)

Não é difícil perceber a ação policial nas favelas do Rio de Janeiro. Todos os dias em nossos telejornais somos contemplados com reportagens que descrevem as estratégias policiais em combate ao crime organizado e ao tráfico de drogas. De acordo com dados oficiais do Instituto de Segurança Pública do Rio (ISP), a polícia matou nos chamados “autos de resistência” 1.137 pessoas em 2008.

* Mestranda do Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. E-mail: crisfragapsi@hotmail.com

No ano de 2009 existe uma média de três mortos por dia. O ISP indica o aumento das mortes nos últimos anos durante a chamada “política de enfrentamento” do atual governo estadual.

Justificando sua visita ao Brasil em Novembro de 2009, a comissária de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), a sul-africana Navanethem Pillay, afirma: “[...] me disseram que há até um genocídio de negros no país, o que é motivo de grande preocupação e razão da minha visita”.

As populações do Rio de Janeiro em situação de vulnerabilidade social, na grande maioria negros, têm enfrentado a cada dia a luta pela vida. De um lado, uma política de segurança pública que tem como lema o extermínio de uma classe considerada perigosa – e por isso perfeitamente matável –, do outro a classe média atravessada pela mídia, não cessa de pedir por punições, e a acaba por favorecer que se pratique essa política oficiosa de extermínio.

Violência e assassinato não são práticas recentes do Estado Brasileiro. Sem que seja preciso um grande esforço da memória poderemos lembrar de um período em que a tortura era a principal especialidade do Estado. Durante o período da Ditadura Militar no Brasil, opositores ao governo foram presos, torturados e mortos.

Temos ainda hoje com resultado desta época em que os militares precisavam proteger o Brasil contra os pensamentos subversivos da esquerda um total de 137 pessoas desaparecidas¹. Os não simpatizantes do Governo Militar eram presos e torturados, muitos não resistiam e acabavam morrendo, no entanto em alguns casos seus corpos nunca foram encontrados, suas famílias foram impedidas de sepultá-los.

Em 9 de dezembro de 1975, período da ditadura militar, que começou com o Golpe 1964 e só terminou em 1985, foi aprovado na *Assembléia Geral das Nações Unidas a Declaração sobre a Proteção de Todas as Pessoas Contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes*².

¹ Informação contida no site do Grupo Tortura Nunca Mais/ Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.torturanunca-mais-rj.org.br/> acessado em 15.5.2010.

² Biblioteca virtual dos direitos humanos. *Declaração sobre a proteção de todas as pessoas – 1975*. São Paulo. <http://citrus.uspnet.usp.br/dh/index.php/> Acessado em 15.05.2010.

Em 1984 a ONU na Convenção contra a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis desumanos ou degradantes, considerando a carta assembleia de 1975, o reconhecimento dos direitos iguais e inalienáveis de todos os membros da família humana, a obrigação do Estado de promover o respeito universal e a observância dos direitos humanos e das liberdades fundamentais e levando em conta o “artigo 5º” da Declaração Universal dos Direitos do Homem e o “artigo 7º” do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, que determinam que ninguém será sujeito a tortura ou a pena ou tratamento cruel, desumano ou degradante, define a tortura:

[...] o termo “tortura” designa qualquer ato pelo qual dores ou sofrimentos agudos, físicos ou mentais, são infligidos intencionalmente a uma pessoa a fim de obter, dela ou de terceira pessoa, informações ou confissões; de castigá-la por ato que ela ou terceira pessoa tenha cometido ou seja suspeita de ter cometido; de intimidar ou coagir esta pessoa ou outras pessoas; ou por qualquer motivo baseado em discriminação de qualquer natureza; quando tais dores ou sofrimentos são infligidos por um funcionário público ou outra pessoa no exercício de funções públicas, ou por sua instigação, ou com o seu consentimento ou aquiescência. Não se considerará como tortura as dores ou sofrimentos que sejam consequência unicamente de sanções legítimas, ou que sejam inerentes a tais sanções ou delas decorram.³

A *Convenção contra a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis desumanos ou degradantes*, foi adotada pela resolução n. 39/46 da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1984 e ratificada pelo Brasil em 28 de setembro de 1989.

Percebemos que as práticas de tortura não fazem apenas parte do nosso passado, tampouco são simplesmente uma demanda existente no presente, por conta do crime organizado. Os torturados mudaram, agora não é mais o inimigo político que pode ter seu direito transgredido, mas o morador da favela, aquele que ameaça a paz da classe média. Culpado ou suspeito, não importa, o que vale é que mais um vez o Estado, aquele quem deveria assegurar o direito à vida, mata, tortura e viola os direitos humanos.

³ Parte I, artigo 1º, ONU.

Origem da tortura

O Ministério Público de São Paulo denunciou [...] quatro policiais militares acusados de espancar e matar o *motoboy* Alexandre Menezes dos Santos, de 25 anos, na madrugada do dia 8 de maio. [...] Segundo o MP, o jovem apanhou por entre 20 a 30 minutos. Os policiais agiram “impelidos por absoluto desprezo pela vida do jovem pardo, pobre, periférico, desprezando os pedidos da mãe da vítima para que parassem as agressões e ameaçando-a de prisão se intervisse”. [...] Alexandre Santos foi morto quando chegava em casa [...] após trabalhar como entregador em uma pizzeria. Segundo informações do Boletim de Ocorrência (BO), um dos policiais aplicou uma gravata no *motoboy* na tentativa de imobilizá-lo, mas ele teria conseguido se desvencilhar. Então, outro golpe foi dado. Alexandre perdeu os sentidos e desmaiou, morrendo pouco tempo depois. [...] Em entrevista ao iG, a mãe de Alexandre, [...] disse que implorava para [os policiais] pararem de bater em seu filho. “Eu me ajoelhei, tentei pegar na mão deles (policiais) e implorava para pararem de bater no meu filho. Eles só diziam: ‘fica quieta que você pode ser presa’ [...] Quando perguntei o motivo da agressão ao meu filho, o policial apenas respondeu: ‘estava cumprindo o meu trabalho’. O trabalho deles era matar o meu filho”.⁴

Essa história nos parece assustadora, no entanto não é com dificuldade que encontramos manchetes parecidas em nossos jornais. A cada dia a violência policial faz novas vítimas. Cada história com suas particularidades, no entanto segue a questão: Para que tanta violência?

Primo Levi contando sua experiência nos campos de concentração, fala sobre a violência útil, aquela que tem como objetivo a morte do inimigo, a morte por dinheiro, para se vingar de uma ofensa ou até as mortes nas guerras.⁵ Esse tipo de violência visa um objetivo, muitas vezes iníquo ou perverso, mas não é gratuita, não se propõe infligir sofrimentos, apesar dele existir. Já a violência inútil, tem fim nela mesma, voltada unicamente para a criação da dor.

Como pensar em um objetivo útil quando se imagina a cena de quatro policiais armados espancando um único jovem? Com qual objetivo quatro homens

⁴ “MP denuncia quatro policiais por morte de motoboy”. *Jornal Último Segundo Brasil*. São Paulo, acessado em 17/05/2010. <http://ultimosegundo.ig.com.br>

⁵ LEVI, Primo. (org.) *Os afogados e os sobreviventes*. RJ: Paz e Terra, 1990.

armados batem em um homem desarmado? Como achar uma justificativa para tanta violência *inútil*?

Na busca por uma resposta e percorrendo a filosofia, a psicologia e a antropologia poderemos ter algumas análises sobre a origem da tortura e a história do castigo, e como em diferentes épocas e povos, tais práticas tinham diferentes significados e objetivos.

Em uma reflexão genealógica da moral Friedrich Nietzsche descreve como durante um grande período da história, o castigo não era para que o culpado fosse responsabilizado por seu ato delinqüente, mas sim pela idéia de que qualquer dano poderia ser compensado com a dor do seu causador: idéia de equivalência dano e dor.⁶ Essa equivalência dano e dor teve origem na relação contratual credor e devedor. Onde o devedor para transmitir confiança e seriedade em sua promessa, empenha ao credor algo que ainda “possua”, como o corpo da sua mulher, sua liberdade ou mesmo a sua vida. O pagamento em dinheiro, terra ou algum bem pode então ser substituído por uma alguma satisfação íntima concedida ao credor, satisfação de quem pode livremente usar seu poder sobre um impotente. Através da punição o credor goza da sensação de poder desprezar e maltratar alguém como inferior. A compensação pelo dano é um convite e um direito à crueldade.

Através da relação devedor-credor, nasce o sentimento de culpa, o homem devendo honrar com sua dívida. Para isso é preciso que ele lembre que está devendo, então é necessário à memória para que o homem seja responsável, confiável e capaz de fazer promessas. Sacrifícios, penhores e martírios, muito sangue acompanhou a necessidade de o homem criar em si uma memória. Quanto mais fraca a memória da humanidade, mais duras serão as leis penais e maior o esforço para vencer o esquecimento e manter as determinações do convívio social. Com uma breve apreciação em nossas antigas legislações penais compreenderemos quanta dor precisou para se criar pensadores. A razão, a seriedade o domínio sobre os afetos, todas essas coisas fundamentais para a vida na sociedade tiveram um alto preço pago pelo homem, tudo a custo de muito horror.⁷

⁶ NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da moral: Uma polêmica*. SP: Companhia das Letras, 2004.

⁷ *Idem*.

A partir da relação devedor-credor, viver em comunidade significa desfrutar de proteção, paz e confiança, esses são os deleites de uma vida em comunidade. Mas caso o indivíduo não cumpra com seu compromisso, o credor traído exigirá pagamento. O criminoso é um devedor a ira do credor irá devolvê-lo ao estado selvagem e fora da lei que até então ele era protegido.

O ‘castigo’ nesse nível de costumes, é simplesmente a cópia, *mimus* [reprodução] do comportamento normal perante o inimigo odiado, desarmado, prostrado, que perdeu não só o direito e proteção, mas também qualquer esperança de graça, ou seja, é o direito de guerra e a celebração do *Vae victis!* [Ai dos vencidos!] em toda a sua dureza e crueldade – o que explica por que a própria guerra (incluindo o sacrifício ritual guerreiro) forneceu todas as *formas* sob as quais o castigo aparece na história.⁸

Teremos na história outras razões para tortura que não a descrita por Nietzsche, onde a idéia de causar dor tinha o objetivo de compensar o dano sofrido pelo credor. Pierre Clastres, ao pesquisar a tortura nas sociedades primitivas, a descobre com uma forma de marcar o corpo do jovem para que assim ele faça uma inserção na vida adulta da tribo. Os “ritos de passagem” são de fundamental importância para a tribo, o corpo é o único local propício para conter o sinal do tempo, o traço de uma passagem. O corpo mediatiza a aquisição de um saber, esse saber é inscrito no corpo. O objetivo da iniciação em seu momento de tortura é marcar o corpo, a sociedade imprimir sua marca no corpo dos jovens. A marca proclama com segurança seu pertencimento ao grupo.⁹

Assim como em Nietzsche, é necessário lembrar, a tortura marca tanto o corpo do jovem que precisa recordar da sua responsabilidade com a tribo, quanto daquele que deve e precisa lembrar-se de honrar com sua dívida. A memória é feita através da dor, uma marca física para que a mente não esqueça.

A idéia de dívida proposta por Nietzsche volta a aparecer nas tribos primitivas analisadas por Clastres, se comprometer com a tribo como adulto é lembrar-se de sua responsabilidade social com os demais membros.

O homem novamente tem o corpo marcado para que seja capaz de fazer promessas e honrar com seus compromissos, os acordos sociais não podem ser

⁸ *Idem*, p. 61.

⁹ CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o estado: pesquisas de antropologia política*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

quebrados, e agora em um outro momento da história, a ira do povo e a vingança do rei recairá sobre aquele que não lembrou do contrato social. A dor que evoca a lembrança será o retrato da relação condenado – soberano. Os rituais irão continuar a marcar a memória, a lembrança será escrita no corpo do condenado.

Michel Foucault inicia o livro *Vigiar e Punir* com a aterrorizante descrição de um suplício.¹⁰ O condenado, em um grande espetáculo, tinha seu corpo supliciado, esquartejado, amputado, marcado, exposto vivo ou morto em praça pública. O sofrimento físico e a dor do corpo faziam parte da pena.

O suplício não é apenas a privação do viver, mas uma técnica para produzir certa quantidade calculada de tortura para reter a vida no sofrimento. Para esse cálculo era levada em consideração a gravidade do crime cometido, a pessoa do criminoso e o nível social de suas vítimas, assim era determinado o tipo e a intensidade de ferimentos e o tempo de sofrimento e em quanto tempo se deveria deixar o criminoso morrer. O suplício era um ritual, um elemento da liturgia punitiva. Esse ritual tem que ser marcante, ele traça sobre o corpo do condenado sinais que não devem se apagar da memória dos homens, os gritos com excesso de violência fazem parte do cerimonial de justiça que assim manifesta sua força. O suplício se prolongava após a morte do condenado, os cadáveres eram arrastados, expostos, queimados. Uma justiça além do possível sofrimento.

O suplício penal não corresponde a qualquer punição corporal: é uma produção diferenciada de sofrimentos, um ritual organizado para a marcação das vítimas e a manifestação do poder que pune: não é absolutamente a exasperação de uma justiça que, esquecendo seus princípios, perdesse todo o controle. Nos excessos dos suplícios, se investe toda a economia de poder.¹¹

Os ritos punitivos eram efeitos de certa mecânica de poder, de um poder que faz valer as regras e as obrigações, a desobediência é um ato de hostilidade, uma ofensa que precisa de vingança.

Rituais de tortura se estenderam até o final do século XVIII e começo do XIX, quando as festas de punição foram sendo substituídas pela nova forma de punir: a privação de liberdade como forma correta de um criminoso pagar por

¹⁰ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*: História da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 2007

¹¹ *Idem*, p. 32.

seu crime. Os protestos contra os suplícios apareciam em toda parte. As cerimônias de punição passaram a ter um cunho negativo, era preciso acabar com a confrontação física entre o condenado e o soberano que era influenciada pela vingança do príncipe e a cólera do povo. A humanização das penas fez com que o carrasco passasse a se parecer com o criminoso, os juízes com os assassinos, o supliciado um objeto de piedade e admiração, a execução pública é agora a chamada de violência.

A pena não era constituída de sofrimento físico, agora o castigo opera sobre o corpo de maneira diferente, um sistema de privação, de obrigação e de interdições sobrevém sobre o corpo.

Apesar da modificação da legislação penal e das diversas discussões sobre os direitos humanos, práticas oficiosas de tortura assombram nosso sistema penal. Suspeitos, detentos, indiciados, a população em situação de vulnerabilidade social são frequentemente vítimas das práticas de tortura em nosso Estado que a muito abandonou o poder soberano por penas mais “dignas” de privação.

Abordagens policiais violentas, caveirão invadindo a favela, inquéritos acompanhados de tortura, todas essas práticas continuam sendo usuais. Qual memória precisa o Estado fazer com as marcas no corpo de suas vítimas? O que agora é necessário lembrar? A busca pela confissão de um crime acompanha muitas ações violentas da polícia, mas para Françoise Sironi a tortura não é para fazer falar, e sim para fazer calar, pois a tortura remete ao silêncio.¹² Através da tortura uma linha de demarcação surge entre carrascos e vítimas, o torturado é atingido por um sentimento de não pertencimento à espécie humana. Produz-se uma ruptura com seu grupo, essa ruptura poderá ser de modo provisório ou definitivo. O que para os primitivos é um ritual de inserção é agora tido como uma forma de exclusão.

É preciso lembrar quem tem direitos garantidos, é preciso lembrar que o direito à vida não é privilégio de todos, o respeito do Estado e a cidadania não entram na favela; é necessário demarcar espaços para que os pobres não se atrevam a invadir e perturbar a ordem. Quanto maior o sentimento de exclusão provocado pela tortura, mais profunda será a marca da tortura em seus corpos e mentes.

¹² SIRONI, Françoise. *Bourreaux et Victimes. Psychologie de La Torture*. Paris: Editions Odile Jacob, 1999.

Processos de subjetivação

Iremos discutir quais produções subjetivas emergem em uma população que diariamente enfrenta a as ações de “combate à violência” do Estado, onde para que essa ação se faça valer é necessário que muitos sejam torturados e até assassinados.

Proponho usar a palavra “subjetividades” no plural, pois se trata sempre de processos de produção de subjetividades, processos que emergem das relações, logo não podem ser permanentes, mas sim em constantes modificações. Para F. Guattari e S. Rolnik, produção que deriva do entrecruzamento de determinações coletivas de várias espécies, não só familiar, mas também econômica, tecnológica, de mídia entre outras. A subjetividade é fabricada e modelada no registro social a partir de seus diversos atravessamentos.¹³

Pensando assim, a construção do sujeito não é previamente determinada, tampouco uma questão de escolha, mas um agenciamento com o fora, com as forças que perpassam um contexto sócio-histórico em que esse sujeito está inserido. O individual é produzido no coletivo, as diversas relações sociais – familiares, de trabalho, comunitárias, religiosas, dentre tantas outras –, estão todo o tempo nos invadindo e produzindo formas de sentir, pensar e agir. Levando em consideração que a subjetividade familiar também é produzida no social, pensamos que não é possível que a família seja a única responsável pelos processos de subjetivação, mas que essa produção é principalmente um atravessamento social muito mais complexo.

As sociedades modernas ocidentais entendem o homem como uma entidade natural, singular e distinta, como portadora de um “eu”, uma essência. A partir dessa noção de eu, funciona grande parte de nossos sistemas penais, com uma idéia de responsabilidade e intenção¹⁴. A idéia de um indivíduo livre onde suas produções subjetivas são apenas uma questão de escolha faz com que todo o contexto social seja desconsiderado, sem implicações com o mundo ao redor. O sujeito torna-se o único responsável pelo que lhe acontece e pelo que produz.

¹³ GUATTARI, F.; ROLNIK, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1988.

¹⁴ ROSE, N. “Como se deve fazer a história do eu?” *Educação & Realidade*, v. 1, n. 1 (fev. 1976). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, 1976, p. 35.

Considerando essa definição de um indivíduo livre das engrenagens sociais, e portador de um “eu” que se constitui distante das implicações sócio econômicas, o capitalismo que mantém grande parcela da população em estado de miséria torna-se isento das produções subjetivas.

A partir de uma “crise do eu” as ciências sociais assistem a morte do sujeito. Assim, rejeita-se a definição de um sujeito universal, estável, totalizado, interiorizado e individualizado. Emerge uma subjetividade socialmente construída, o psicológico não sendo mais uma questão individual, mas, ao contrário, um evento social. Diversas vertentes das ciências sociais compreendem então o subjetivo a partir da análise do que fica de fora do espaço interior; outras vertentes colocam ainda em discussão esse dualismo interior-exterior questionando a possibilidade de um interior que fique a margem de certos processos constitutivos que teriam sua origem no exterior, no social. No entanto, em todas as análises nega-se a possibilidade de uma psique isolada do contexto sociocultural, definindo assim os processos de subjetivação como parte do tecido relacional, processos esses que se constituem nos encontros da trama social.

Deleuze e Guattari¹⁵, por sua vez, buscam uma crítica mais radical para pensar os processos de subjetivação para além dos pré-supostos que a psicologia continua presa. Frente a uma idéia de sujeito essencializado com uma identidade unitária, Deleuze e Guattari propõem formas de pensar a subjetividade a partir da noção de multiplicidade e heterogeneidade. Através de uma genealogia e cartografia da subjetividade ocidental analisam os processos de subjetivação, pois para ele só existem processos, o eu não está enclausurado, tampouco é interior, mas sim um movimento de agenciamento cuja interioridade transborda ininterruptamente em contato como o exterior.¹⁶

A produção subjetiva é produzida através dos encontros. Na coexistência entre os corpos se produzem turbulências e transformações, muitas vezes irreversíveis. Quando os fluxos e partículas da nossa atual composição se conectam com outros fluxos e partículas, ou seja, com o exterior e seus elementos estrangeiros, a forma atual é desestabilizada, sendo necessário, nessa medida, criar um

¹⁵ DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *O Anti-Édipo*. São Paulo: Editora 34, 2010

¹⁶ DOMENECH, M., TIRADO, F., GOMES, L. “A dobra: psicologia da subjetivação”. In: SILVA, T. (Org.) *Nunca fomos humanos - nos rastros do sujeito*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p. 115.

novo corpo afetivo e cognitivo. Novas subjetividades são produzidas a partir destes encontros.¹⁷

Parece claro, e não há motivo de contestação: a interioridade transborda em contato com o exterior, as subjetividades se produzem a partir dos encontros. Mesmo uma pessoa mergulhada no senso comum não discordaria dessa afirmação. Mas que exterior? Que encontros? Pensaremos aqui o encontro com o fora, com aquilo que é exterior à sua forma atual. O fora é habitado por forças, estratificadas ou não. As forças são múltiplas e nem todas as forças estão capturadas pelos estratos históricos. É através do saber que as relações de força são codificadas, estratificadas. O saber controla e gerencia as relações de poder, tornando as forças plúmbeas a organizadas.¹⁸ O poder são as forças, as forças do fora, relações de forças puramente intensivas que, embora cegas e mudas, são a condição para o exercício do saber, isto é, do que podemos ver e falar.

É por meio da visibilidade e dos enunciados, o saber, que ocorre a estratificação das relações de força, o Poder. Dependendo das maneiras pelas quais os corpos estão dispostos na arquitetura, nas instituições, nos agenciamentos sociais, ou seja, nos regimes de visibilidade, nos é permitido ou não enxergar certos elementos. A visibilidade ou a luminosidade é o que determina as condições do que podemos ver em certo lugar e em certa época. A outra via de estratificação do poder utilizada pelo saber são os enunciados. Não se pode enunciar qualquer coisa em qualquer período histórico. Poderemos identificar um modo de subjetivação a partir da estratificação das forças pelo saber, que utiliza a visibilidade e os enunciados para criar maneiras de perceber, pensar, agir, ou seja, estar no mundo.¹⁹

No entanto temos a produção de subjetividade singular, que não é prevista pelo saber estratificado socialmente, produzida pela dobra do fora, quando, frente aos poderes constituídos, uma força toma outra força como ponto de apoio. É a

¹⁷ ROLNIK, S. “A sombra da cidade: alteridade, homem da ética e reinvenção da democracia”. In: MAGALHÃES, M.C.R. (Org.). *Na Sombra da Cidade*. São Paulo: Ed. Escuta, 1995.

¹⁸ COSTA, Márcio. A “embriologia” dos arquivos: o problema da expressão e da narrativa oral a partir de uma perspectiva deleuziana. In: NASSIF, L. E., NUNES, M. T. (Orgs.) *Patrimônio cultural, museus, psicologia e educação: diálogos*. (Centro de Documentação e Pesquisa Helena Antipoff). Belo Horizonte: Ed. PUC. Minas, 2009, p. 127.

¹⁹ COSTA, Márcio. *Op. cit.*, p. 129.

subjetividade produzida a partir de encontros insuspeitos, e por sua vez, criadora de novos agenciamentos que traçam linhas de fuga, que decodificam os saberes estabelecidos e desterritorializam as estratégias de poder já constituídas – diferente da subjetividade marcada pelos estratos históricos, definida por linhas duras de saber que codificam certas estratégias de poder. Pois, precisamos lembrar que para G. Deleuze o lado de fora, não é um limite fixo, mas uma matéria móvel, animada de movimentos peristálticos, de pregas e de dobras, que constituem um lado de dentro.²⁰ Essa constituição se dá na curvatura do lado de fora, profundas dobras que não ressuscitariam a velha interioridade, mas sim constituiriam um novo lado de dentro, um dentro que seria a prega do fora selvagem, nômade, pura potência virtual e não domesticada ainda pelo saber, os estratos históricos.

No entanto, é importante ressaltar que o dobramento desse fora, isto é, das forças ainda não domesticadas pelo social estratificado, só pode ocorrer por meio de “pregas” ou “pinças”, que nada mais são do que estratégias ou táticas de subjetivação. Estas nunca são absolutamente novas, mas sempre tomadas do agenciamento social em que se vive, ainda que agenciadas de outro modo. Significa dizer que novos modos de subjetivação emergem tendo como material os saberes e relações de poderes constituídos, mas fazendo outros usos. É uma forma de resistência ao poder, tomar o estabelecido contra o estabelecido. As táticas ou estratégias são justamente formas historicamente circunscritas da força tomar outra como ponto de apoio e dobrar o fora, isto é, as forças ainda não estratificadas, porque ainda não (ou pouco) mobilizadas, produzindo formas ainda não codificadas de subjetividade. São propriamente os processos de subjetivação em exercício concreto.

Descrevemos então, a partir dos teóricos da esquizoanálise, duas formas para a produção subjetiva: uma que é construída através do saber, por exemplo: o Estado deve manter a integridade física do indivíduo. Sabemos isso através de um estrato histórico e frente a esse conhecimento temos uma maneira de pensar e agir. No entanto novas formas de perceber o Estado podem aparecer. Um novo contato com o fora pode romper com o estratificado, quando por exemplo aquele que deveria guardar sua vida, a ameaça. Frente a isso, o indivíduo, buscando sobreviver, busca táticas em seu ambiente social para resistir à violência que lhe

²⁰ DELEUZE, G. *Foucault*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

é imposto. Novos elementos surgem, o cenário se reconfigura, os velhos saberes não se sustentam, um encontro insuspeito transforma sua maneira de perceber, pensar, agir, de estar no mundo. A violência produzida pelo Estado rompe com o instituído, muda percepções e afetos, ou seja, produz subjetividade.

Se o ato violento não provoca a morte, contudo, novos modos de vida emergem, já que a vida é sempre produção do novo e de mudanças. A violência produz marcas, traz consigo um caráter de irreversibilidade e de repetição. Após os acontecimentos traumáticos vividos pelos atingidos pela violência do Estado, as recordações aparecem mesmo que se deseje expulsá-las da consciência. No entanto as recordações podem estar a serviço da vida, trazendo novos modos de existir, novas lutas, sempre linhas de produção de novos modos de organização subjetiva.²¹

²¹ RAUTER, C. “Notas sobre o tratamento de pessoas atingidas pela violência institucionalizada”. In: BENEVIDES, R., PASSOS, E. e RAUTER, C. (Orgs.). *Clínica e Política Subjetividade e Violação dos Direitos Humanos*. Rio de Janeiro: IFB T; Corá Editora, 2002.



*Caderno
Especial*

*A retomada de Corumbá vista pelos paraguaios**

Otra expedición, organizada en Cuyabá, se poderó, por sorpresa, de Corumbá, el 13 de Junio de 1867. Comandaba aquella plaza el Teniente Coronel Hermógenes Cabral, quien tenía á sus órdenes cuatrocientos hombres y seis piezas de artillería ligera, más una escuadrilla comandada por el Capitán de fragata Romualdo Nuñez, y compuesta del Salto del Guayrá (buque insignia), Rio Apa y Anhambay. Los tenientes Ezequiel Román y Angel Fernández dirigían estas dos últimas naves

Las tropas de Cabral se entregaban pacíficamente á las labores de la agricultura, mientras el jefe paraguayo mataba su hastío en los brazos de una joven brasileña.

Cuando el Dr. Couto de Magalhães, recién nombrado presidente del Estado, se re-cibió del mando, preparó una expedición encargada de retornar á Corumbá, aprovechando los datos proporcionados por la Mariquinha, que así se llamaba la amante de Cabral. Dicha expedición, compuesta de 3.000 hombres, fue encomendada al Coronel Antonio Maria Coelho. Los enemigos, con todas las precauciones del caso avanzaron sigilosamente, cayendo sobre la ciudad el 13 de Junio, á la una del día, hora en que los soldados acos-tumbraban estar en la selva próxima haciendo leña.

La plaza estaba defendida por una trinchera, cuya única entrada estaba frente á la comandancia. Reinaba el acostumbrado silencio cuando, de pronto, los escasos soldados que hacían la guardia, oyeron un extraño rumor, corrieron á averiguar lo que pasaba, encontrándose con los brasileños que llegaban al ataque. Apercebidos de la sorpresa los que trabajaban en el monte, volaron en

* Extrato. DECOUD, Arsenio Lopez. *Álbum Gráfico de la República del Paraguay, 1811 -1911*. Buenos Aires: Talleres Gráficos de la Compañía General de Fósforos, 1911. (Edición facsimilar. Asuncion: Cromos S.R.L. Talleres Gráficos, 1983).

socorro de sus compañeros...pero ya tarde. La resistencia fue tan heroica como estéril. Combatiendo como podían, con hachas, machetes, espadas, puñales, hasta con los dientes, durante seis horas disputaron el triunfo los para-guayos, sucumbiendo casi todos en la demanda, entre ellos el Comandante Cabral, el Ma-yor Fleytas, el Teniente Roa, el Alférez Genaro Franco y muchos otros.

De los tres buques de nuestra escuadrilla, sólo estaban aquel día en el puerto de Corumbá, el Rio Apa y el Anhambay, por que el Salto había bajado hasta Albuquerque, en busca de animales vacunos para el abasto. El Capitán Nuñez, que oyó claramente las lejanas detonaciones que anunciaban le pelea, subió en seguida en busca de noticias, en-contrándose con nuestros vapores á tres leguas de la plaza tomada. Supo entonces lo que había pasado en su ausencia. Le informaron que como estaban sin fugo no habían podido maniobrar rapidamente, pero que una vez que levantaron vapor entraran en la bahía, bajo las descargas de la artilleria, consiguiendo salvar á algunos fugitivos, entre ellos un sol-dado de caballeria, que estando enrillado, pudo abrirse camino con un sable, se tiró al río y llegó á nado hasta sus compañeros.

En vista de todo esto, volvió Nuñez á Albuquerque, desde donde envió el parte de lo ocurrido al Mariscal López. Y veinte días después de estos sucesos, llegaba el Iberá con un resfuerzo de 100 infantes, trayendo para el jefe de la escuadrilla el nombramiento de co-mandante de las fuerzas del Alto Paraguay, junto con la orden de reconquistar á Corum-bá, que en aquellos momentos ya había sido nuevamente abandonada por el vencedor. Cuando entró Nuñez en la ciudad, hacía ocho días que se habían retirado los brasileños, en vista de lo cual resolvió seguirles por agua, por si podía alcanzarles en su retirada. A bordo del Salto, partió el 1º de Julio, y en la madrugada del día siguiente divisó al enemigo en una larga cancha del Rio San Lorenzo. Primeiro fue una gran lancha llena de gente la que apareció á lo lejos. Cargó Nuñez sobre ella, tomándola sin trabajo, apoderándose de 600 magnificas carabinas á la Minié, gran cantidad de baulillos cargados de pertre-chos de guerra y otros objetos.

Navegando aguas arriba, á eso de las tres de la tarde, avistaron um vapor en la costa izquierda del rio y como un batallón de infanteria sobre la barranca. Aquele vapor se llamaba Corumbá. Juntamente con el Jaurú y el Antonio Joao, formaba la escuadrilla que comandaba el Capitán de fragata Beduino José Ferreira de Aguiar. Tan pronto vió al enemigo, hizo fuego sobre él, dispersando en-

seguida á la infantería, que buscó refugio en el monte; pero, al ir á acercarse al Corumbá, tocó tierra, teniendo que retroceder para buscar la canal, y subiendo por ella pudo ver, al otro lado de un banco de arena, á los otros buques brasileños. Nuñez, recordando la acción del Amazonas en la batalla del Ria-chuelo, envistió resueltamente al Antonio Joao, al cual dio un formidable proazo, cayendo después sobre el Jaurú, que fue abordado sin ninguna dificultad, siendo acuchillados los tripulantes que no escaparon á tiempo. El Antonio Joao, quedaba como á ochenta metros del Salto, y aunque tenia dos cañones sobre colizas, uno á proa y otro á popa, nada pudo hacer, porque nuestros tiradores se encargaban de fusilar á los que acercaban á las pie-zas. Desgraciadamente, tampoco pudimos aprovechar nuestros cañones, por no ser girato-rios e estar sobre cureñas fijas, frente á los portalones. Como iba haciéndose tarde, y el enemigo oculto en los bosques de la costa empezaba á hacerles un fuego vivo, que no podía ser respondido, resolvió Nuñez volver sobre el Antonio Joao. Para el efecto dejó en el Jaurú al Alférez Miguel Decoud, con los elementos necesarios para arreglar la maquina-ria, ordenándole que hiciera lo posible por seguirle cuanto antes. El río era sumamente angosto, y para poder maniobrar tuvo que subir alguna distancia, procurando después virar aguas abajo, sin conseguirlo durante un largo rato, dando inútilmente atrás y adelan-te, acabando por ir á embicar de proa contra la barranca. Entre tanto, arreciaba cada vez más el tiroteo sobre los paraguayos. El valeroso Capitán Nuñez veía caer á su lado á sus esforzados compañeros, sin poder salir de aquel mal paso. Había recibido ya dos heridas, estaba desangrando, pero esto en nada disminuía su ardor y su energía. Poco después re-cibía una tercera herida, que destrozándole el pié izquierdo, le obligaba á permanecer sentado para dirigir las operaciones. La hemorragia fue tan grande que perdió el sentido, cayendo en brazos del cirujano Lorenzo Aquino. Cuando volvió en si, navegaban en medio de la oscuridad, con rumbo á Corumbá. Sus compañeros habían conseguido sacar la em-barcación de su encalladura, y como hasta el timón estaba descompuesto y ya llegaba la noche, resolvieron retroceder, sin consumir la victoria. Nuestras pérdidas alcanzaron á 41 hombres, entre muertos y heridos.

El 8 d la e Marzo de 1868 recibió el Capitán Nuñez la orden de bajar á Asunción con todas sus fuerzas, evacuándose así la provincia de Matto Grosso, que durante nuestra ocupación se llamó Departamento del Alto Paraguay. (p. 167/168)

Repressão ao contrabando no Apa.

Instruções. 1917

Instruções para o serviço de repressão de contrabando na fronteira do Apa, no Es-tado de Matto Grosso, organizado pela Delegacia Fiscal do mesmo Estado. (Aprovadas por despacho do Ministerio da Fazenda de 12 de Março de 1917, conforme comunicação da Directoria do Gabinete pela Ordem n. 26, de 19 do mesmo mez).

CAPÍTULO I

Art. 1º - O serviço de repressão do contrabando na fronteira do Apa, no sul do Es-tado, zona limitrophe com a Republica do Paraguay, estabelecido em 1898, em virtude a Lei n. ...de 16 de Dezembro de 1897, tem por fim impedir a entrada de mercadorias e quaes-quer generos sujeitos ao pagamento de direitos de importação sem que hajam sido despa-chados pelas Mesas de Rendas de Porto Murtinho e de Bella Vista, e bem assim a sahida de animaes ou qualquer producto de exportação do Estado, obrigados ao imposto respecti-vo sem que este tenha sido satisfeito nas referidas estações ou noutras igualmente habilita-das para esse fim.

Art. 2º - A acção fiscal e direcção do servió serão exercidas em toda a linha divisoria que constitúe a fronteira do Apa, a partir da fóz deste rio, na margem esquerda do Pa-raguay, até ao salto das Sete Quedas, no rio Paraná, passando pela cabeceira do Estrella, Ponta Porã, Nhu-Verá e Ipehum, na serra de Maracaju, seguindo sempre as divisas com a referida Republica, estabelecidas em 1874, conforme o tratado de limites de que trata o Decreto n. 4911, de 27 de Março de 1872.

Art. 3º - Aacção fiscal estende-se a todas as cidades, villas, povoados, localidades e fazendas que, proximas ou afastadas da linha de fronteira, entretenham communicações com a mesma, por ella fazendo transito de mercadorias e quaesquer generos.

CAPÍTULO II

Direcção do serviço

Art. 4º - Nos lgares em que houver repartição aduaneira, a direcção do serviço de repressão do contrabando será ejercida pelo chefe da repartição, que superintenderá todo o serviço da respectiva circumscripção fiscal e direcção dos guardas.

Art. 5º - O serviço de repressão do contrabando em toda a fronteira do Apa, que se divide em duas secções immediatamente subordinadas ás Mesas de Rendas de Bella Vista e Porto Murtinho, a cujos Administradores compete a direcção respectiva nos limites de sua jurisdicção, será superentendido pela Delegacia Fiscal.

Art. 6º - A primeira decção pertence a jurisdicção da Mesa de Rendas de Porto Murtinho e a segunda a de Bella Vista.

Art. 7º - A jurisdicção da Mesa de Rendas de Porto Murtinho para os effeitos da fiscalização, repressão do contrabando e arrecadação de rendas comprende toda a linha divisoria, a zona respectiva, desde a fóz do Apa á margen directa do Caracol, afluente do mesmo rio, e a da Mesa de Rendas de Bella Vista, toda a linha a começar a amrgem es-querda do rio Caracol, até o salto das Sete Quedas, no rio Paraná.

Art. 8º - Pertencem á primeira secção os actuaes pontos guarnecidos por destaca-mentos: Fóz do Apa, Bananal, Cachoeirinha, Cachoeira, S. Carlos, Sucury e Espirito San-to; e á segunda secção os seguintes: Veracuê, Cancha, Palmeira, Castro Pereira, Pinto Leque, Casimiro, Oliva, Itá, S. Bento, Estrella, Ponta Porã, Nhu Verá e Ipehum.

CAPITULO III

Pessoal

Nomeações, demissões, licenças, substituições, penas disciplinares e vencimentos

Art. 9º - O serviço de repressão do contrabando é ejecutado por uma força de 27 guardas, denominada – CORPO DE GUARDAS FISCAES da fronteira do Apa - distribui-dos pelas duas secções, a saber:

Primeira secção (sede – Porto Murtinho) – 10 guardas, sendo um auxiliar.

Segundo secção (sede – Bella Vista) – 17 guardas, sendo um comandante peral e dois auxiliares.

Art. 10º - As nomeações e demissões dos guardas da fronteira são exclusivas da competencia do Delegado Fiscal podendo os Administradores das Mesas de Rendas fazer as propostas respectivas.

Art. 11º - Nos casos de demissão, deverão as propostas ser justificadas devidamen-te.

Art. 12º - Tanto o lugar de comandante peral como os de auxiliares, serão exerci-dos em comissão, pelos guardas de reconhecida capacidade, designados pelo Delegado Fiscal, sob propsota do da repartição a cuja jurisdição pertencerem, devendo as propos-tas recahir de preferencia nos guardas mais antigos e conhecedores do serviço.

Art. 13º - Somente por medida excepcional de real vantagem para o serviço fiscal, confrirar-se-á, e ainda assim provisoriamente, o lugar de auxiliar a guarda ou oficial adua-neiro do quadro das Mesas de Rendas; cumprindo que tal designação obedeça ao precepto estabelecido no artigo precedente.

Art. 14º - São condições para a admissão no corpor de guardas fiscaes da frontei-ra:

a) ser brasileiro;

b) ter mais de 16 annos de idade e menos de 50;

c) saber ler e escrever;

d) ser de bom comportamento, attestado por auctoridade competente e não haver soffrido pena em consecuencia de crime infamante;

e) não achar se respondendo a processo criminal ou administrativo;

f) não ser suspeito aos interesses do fisco e nunca ter-se nvolido, directa ou indi-rectamente em processo de contrabando;

g) não haver sido eliminado de qualquer corporação estadual ou federal como elemento pernicioso ou com nota de indisciplina.

Art. 15º - Para entrar em exercício das funções de guarda da fronteira, o nomeado se obrigará, mediante termo de compromisso, ao exacto cumprimento dos seus deveres.

Art. 16º - Os guardas da fronteira, inclusive o comandante peral e auxiliares, são passíveis das seguintes penas disciplinares, por faltas, omissões, abusos e delictos que commetterem, além de outras de responsabilidade criminal em que posma incorrer:

a) advertencia;

b) reprehensão verbal ou por escripto;

c) serviço dobrado até tres dias;

d) suspensão até 15 dias, com perda total de vencimentos;

e) multa até 10 dias de vencimentos;

f) dispensa do commando de destacamento;

g) dispensa de outro cargo de commissão como o de comandante peral ou auxi-liar;

h) demissão;

i) expulsão.

Art. 17º - As penas declaradas no artigo anterior poderão ser impostas pelo Admi-nistrador da Mesa de Rendas a cuja jurisdição pertencer o empregado, das letras a a f, e pelo Delegado Fiscal, das letras g a f.

Art. 18º - A unica auctoridade competente no Estado para conceder licença ao pes-soal do corpo de guardas da fronteira é o Delegado Fiscal.

Art. 19º - Em caso de molestia, devidamente attestada, e precedendo informação do Administrador da Mesa de Rendas, o Delegado Fiscal poderá conceder até 30 dias de lice-ça, percebendo o licenciado apenas o ordenado do seu cargo.

Art. 20º - O Administrador da Mesa de Rendas, em caso de doença de gravidade comprovada, poderá justificar faltas dos guardas de sua juris-

dição, devendo dar conhecimento á Delegacia Fiscal si excederem de 8 dias.

Art. 21º - Si a molestia que privar o guarda de comparecimento fôr adquirida em consequencia de ferimentos e lesões em acto de repressão de contrabando, poderá ser concedida ao empregado, licença até 6 mezes, sem perda de gratificação.

Art. 22º - Nos impedimentos do commandante geral, de pequena duração, poderá o Administrador da Mesa de Rendas de Bella Vista designar um auxiliar ou guarda, de re-conhecida capacidade, para substituí-lo, dando desse acto conhecimento á Delegacia Fiscal.

Art. 23º - Si a ausencia do commandante geral fôr por motivo de serviço especial ou licença, que o afaste do serviço do cargo por mais de 15 dias, deverá o Administrador comunicar á Delegacia Fiscal, propondo o empregado que tiver de substituí-lo interina-mente.

Art. 24º - A regra estabelecida para a substituição do commandante geral no artigo antecedente, deverá ser observada pelos Administradores das Mesas de Rendas, quanto aos auxiliares de sua jurisdição.

Art. 25º - O pessoal do – Corpo de Guardas Fiscaes da fronteira do Apa - perceberá os vencimentos constantes da tabella que poderá ser alterada annualmente em vista do credito que for distribuído para as despesas da subconsignação pela qual é custeado o serviço de repressão do contrabando.

Art. 26º - Dos vencientos dos guardas consideram-se ordenado 2/3, e gratificação 1/3.

CAPITULO IV

Atribuições e deveres

Art. 27º - Ao commandante geral incumbe:

a) percorrer frequentemente toda a linha divisoria, fiscalizando os postos e desta-camentos das duas secções, agindo de forma que o pessoal do corpo de

guardas se encontrar sempre vigilante nos postos fiscaes competentes e se mantenha no desempenho de suas obrigações;

b) cumprir e fazer cumprir as ordens que lhe forem dadas pelos Administradores das Mesas de Rendas de Bella Vista e Porto Murtinho, com relação ao pessoal das secções respectivas;

c) levar ao conhecimento dos Administradores das Mesas de Rendas as irregularidades, faltas ou quaesquer factos inconvenientes ao serviço, que observarem em sua viagem de percurso á linha da fronteira, expondo-os com minucia e propondo as medidas que lhe parecerem acertadas em proveito do serviço e dos interesses fiscaes;

d) examinar o material, armamento e munição a cargo dos postos e destacamentos dos guardas, principalmente sobre sua conservação;

e) designar em caso urgente, nas suas viagens pela fronteira, os guardas que devem proceder a diligencias e apprehensões de contrabando, do que dará conhecimento á Mesa de Rendas competente;

f) requisitar, em condições de rigorosa necessidade, força militar para garantir a acção fiscal do posto ou destacamento que tenha de agir sem perda de tempo, em apprehensões de contrabando, o que levará immediatamente ao conhecimento da estação fiscal competente;

g) apresentar mensalmente um mappa dos guardas das duas secções, com declaração do destino, commissões em que se acharem e demais informações necessárias;

h) organizar as folhas de vencimentos dos guardas da segunda secção e apresental-as até o dia 10 de cada mez ao Administrador da Mesa de Rendas de Bella Vista, para o devido pagamento;

i) proceder pessoalmente ao pagamento dos vencimentos do pessoal quando lhe fôr determinado pela respectiva repartição, devendo no tocante á primeira secção, ser enca-rrgado dessa incumbencia o guarda auxiliar da jurisdição de Porto Murtinho, que nesse caso organizará a respectiva folha;

j) representar ao chefe da estação competente sobre faltas e abusos de que tiver conhecimento, commettidas não só pelo pessoal fiscal como por particulares, quando estes visarem prejudicar o serviço;

k)requisitar um guarda ou mais de um, segundo a necessidade, para acompanhar-o nas viagens periodicas de fiscalização e noutras que, com objecto de serviço, tenha de em-prehender pela fronteira;

l)desempenhar outras commissões e serviços que lhe forem confiados pelo Adminis-trador da Mesa de Rendas de Bella Vista, a que está immediatamente subordinado.

Dos auxiliaadores

Art. 28º - Os guardas auxiliares immediatos do commandante geral são três, e têm residencia, respectivamente, em S. Carlos (1ª secção), Ponta Porã e Ipehum (2ª secção).

Art. 29º - Compete aos auxiliares:

a)ajudar o commandante geral nos serviós de fiscalização e direcção do pessoal;

b)dirigir com zelo e actividade o destacamento fiscal a seu cargo, exercendo, com o pessoal respectivo, rigorosa fiscalização na zona pertencente ao seu posto;

c)escalar diariamente ou como convenha mais á fiscalização os guardas para o serviço de rondas, guarnições e sentinellas, nos pontos accessiveis á passagem do contra-bando, não só na localidade em que fôr situado o destacamento, como fóra onde fôr neces-saria a acção fiscal;

d)apprehender e fazer apprehender, autoando os delinquentes, os generos, merca-dorias e animaes que, sem prévio pagamento de direitos, se considerarem contrabando nos termos da legislação vigente;

e)communicar directamente ao Administrador da Mesa de Rendas que estiverem subordinados ou ao commandante geral si este estiver presente, qualquer facto que exija providencia superior em proveito dos interesses da fiscalização;

f)solicitar da auctoridade competente, em caso extraordinario, o logar do posto a seu cargo, força militar para garantia de apprehensão de contrabando ou de outra qual-quer diligencia urgente em proveito da Fazenda Nacional;

g)arrecadar rendas de exportação, emquanto vigorar o accôrdo contracto com o governo estadual mediante talões devidamente authenticados que lhes forem fornecidos pela Mesa de Rendas;

h)executar todo e qualquer serviço que lhes fôr distribuido pelo chefe da repartição que estiverem subordinados.

Dos commandantes de destacamentos

Art. 30º - Aos commandantes ou encarregados de destacamentos além das obrigações que lhes cabem como guardas, incumbe:

a)manter em bôa ordem e disciplina o pessoal do destacamento a seu cargo;

b)dirigir, de accôrdo com as ordens que receberem do commandante geral ou auxiliares, a fiscalização no ponto de sua parada;

c)levar ao conhecimento do auxiliar a que estiver immediatamente subordinado, os factos que exigirem acção superior.

Dos guardas

Art. 31º - Aos guardas da fronteira compete:

a)desempenhar com zelo e actividade os serviços de fiscalização inherentes ao cargo, taes como: rondas, sentinellas , apprehensões, buscas, vigilancias e outros para que forem designados pelo Administrador da Mesa de Rendas, Commandante Geral ou Auxiliares;

b)seguir promptamente para os pontos que lhes forem destinados, assim como para os logares onde se lhes tenha confiado alguma commissão ou diligência;

c)prestar com solicitude as informações e esclarecimentos que lhes forem exigidos por seus superiores, aos quaes, quando tiverem conhecimento de qualquer facto prejudicial aos interesses da fiscalização, farão expontaneamente as communicações necessarias;

d) substituir os auxiliares nos ligeiros impedimentos destes por ordem de antiguidade, ou interinamente, por designação regulamentar;

e) cumprir com exactidão as ordens e recomendações que lhes forem dadas por seus superiores;

f) conservar em boa ordem o armamento e munição que lhes forem entregues sendo responsáveis pelo seu extravio ou estrago;

g) ter um cavallo para sua montaria, devidamente arreiado, para as diligencias que tiverem de effectuar.

CAPITULO V

Disposições diversas

Art. 32º - Os Administradores das Mesas de Rendas de P. Murtinho e Bella Vistas, de conformidade com as disposições da Nova Consolidação das Leis das Alfandegas e Me-sas de Rendas, e mais regulamentos em vigor são os competentes para dirigir o serviço de repressão do contrabando na zona de sua jurisdição fiscal, e consequentemente, os chefes do pessoal do Corpo de Guardas da fronteira do Apa, das 1ª. e 2ª secções respectivamente.

Art. 33º - Em todo e qualquer caso não previsto nestas Instrucções, deverão os Administradores das Mesas de Rendas dirigir-se ao Delegado Fiscal.

Art. 34º - Quando, por designação do Delegado Fiscal, fôr encarregado funcçionário de fazenda para inspeccionar o serviço de fiscalização na fronteira, o que se fará an-nualmente, os Administradores das Mesas de Rendas lhe prestarão todo auxilio e informações precisas para o bom êxito da commissão.

Art. 35º - O inspector, no desempenho de sua commissão, poderá agir como chefe do serviço, tomando providências de sua iniciativa ou de accôrdo com as instrucções que receber do Delegado Fiscal, não só quanto ao pessoal do Corpo de Guardas, como quanto aos logares e postos fiscaes.

Art. 36º - O inspector fiscal comunicará aos Administradores das Mesas

de Ren-das as medidas que haja tomado e que forem necessarias á repressão do contrabando e bôa arrecadação das rendas publicas.

Art. 37º - Nenhum vencimento, gratificação ou vantagem especial se abonará em face destas Instrucções, sinão em virtude de ordem da Delegacia Fiscal excepto os venci-mento constantes da tabella junta.

Art. 38º - Os empregados do serviço de repressão do contrabando na fronteira do Apa, cujos vencimentos serão pagos pelo crédito da sub-consignação competente da verba – Delegacias Fiscaes – nenhuma regalia terão quanto á estabilidade nos cargos, e serão conservados emquanto bem servirem e convier aos interesses fiscaes, a juizo da Delegado Fiscal.

Art. 39º - Os Auxiliares deverão ser substituidos ou transferidos de posto fiscal se-mestralmente, podendo permanecer nelle por mais tempo quando fôr reconhecida a vanta-gem de sua continuação.

Art. 40º - Ao funcionario que exercer a comissão de inspecção de que trata o art. 34, abonar-se-á uma diaria de 10\$000 a 15\$000 arbitrada pelo Delegado Fiscal, em cujo serviço não deverá permanecer mais de tres mezes, salvo por necessidade de alguma dili-gencia de carácter urgente ou por motivo de força maior, devidamente justificados.

Delegacia Fiscal do Thesouro Nacional, em 31 de Janeiro de 1916

(Assignado) Mario B. Cardoso

Tabella de vencimentos do pessoal do serviço de repressão do contrabando na fronteira do Apa, a que se referem as presentes Instrucções

	<i>Vencimentos</i>	<i>Mensaes</i>		
<i>Pessoal</i>	<i>Ordenado</i>	<i>Gratificação</i>	<i>Total de cada empregado</i>	<i>Gratificação especial de commando</i>
<i>Subordinados á Mesa de Rendas de Bella Vista:</i>				
<i>17 guardas</i>	<i>86\$666</i>	<i>43\$334</i>	<i>130\$000</i>	
<i>(sendo 1 commandante e 2 auxiliares</i>			<i>100\$000</i>	<i>100\$000</i>
<i>Commandante geral</i>			<i>50\$000</i>	<i>50\$000</i>
<i>Auxiliares (2)</i>				
<i>Subordinados á</i>				
<i>Mesa de Rendas de P. Murtinho:</i>	<i>86\$666</i>	<i>43\$334</i>	<i>130\$000</i>	
<i>10 guardas</i>			<i>50\$000</i>	<i>50\$000</i>
<i>Auxiliar (1)</i>				

NORMAS EDITORIAIS

1. A revista Albuquerque é uma publicação semestral com o objetivo de apresentar a produção científica do corpo docente e discente dos cursos de História da UFMS, e também permitir o intercâmbio com a produção intelectual de outras instituições de pesquisa.
2. A revista deverá veicular artigos/ensaios completos, entrevistas, traduções, resenhas, relatórios de pesquisas produzidos por toda comunidade dos cursos de história e áreas afins (incluindo relatórios de IC e TCC, desde que realizados com aval e coautoria de um orientador e avaliado por comitê externo), dossiês temáticos, documentos históricos comentados e analisados.
3. A revista é dirigida por um Câmara Editorial composta por professores vinculados aos cursos de História da UFMS e membros externos convidados.
4. Todos artigos publicados deverão ser previamente aprovados por um Conselho Científico, composto de consultores internos e externos. Cada trabalho deverá passar pela aprovação de no mínimo dois consultores. Caso o trabalho não receba parecer de recomendação para publicação por um dos consultores, será consultado um terceiro parecerista.
5. O artigo/ensaio completo encaminhado à Câmara Editorial pode ser escrito em português, espanhol ou inglês, tendo no máximo 20 laudas, formato A-4, digitadas em fonte Times New Roman, tipo 12, com espaço 1,5, margens 2,5 cm. As notas devem ser colocadas no rodapé. Caso houver imagens, elas deverão ser escaneadas em 300 dpi no formato TIFF ou JPG e dimensionadas no formato de aproximadamente 5 x 5, preto e branco.
6. O artigo/ensaio a ser apresentado deverá vir acompanhado de resumo em português/inglês, de no máximo de 7 linhas e de três palavras-chave em português/inglês, independentes da língua utilizada no texto completo.
7. Abaixo do nome do autor deverá constar a instituição a qual está vinculado e seu endereço eletrônico.
8. As resenhas poderão conter até cinco laudas e as entrevistas até 10 laudas. A publicação e os comentários a respeito de documentos inéditos seguirão as mesmas normas especificadas para os artigos. As traduções devem vir acompanhadas de autorização do autor e do original do texto.

9. Em se tratando de pesquisa com apoio financeiro e recursos institucionais, estes deverão ser mencionados com o respectivo órgão público ou privado financiador.

10. Os trabalhos deverão ser entregues em CD ou pelo endereço eletrônico da Câmara Editorial revista_albuquerque@nin.ufms.br O programa utilizado deve ser compatível com Word for Windows.

11. Os textos a serem publicados deverão obedecer rigorosamente às normas ABNT, com as convenções utilizadas na área de conhecimento em História.

12. Exemplos de bibliografia:

a) SOBRENOME, Nome. Título do livro em itálico: subtítulo Edição. Cidade: Editora, ano, p.

b) SOBRENOME, Nome. Título do capítulo ou parte do livro, In: Título do livro em itálico: subtítulo. Edição: Editora, ano, p. x-y.

c) SOBRENOME, Nome. “Título do artigo entre aspas”. Título do periódico em itálico. Editora, vol. fascículo, p. x-y, ano.

13. Fontes:

a) Entrar pelo nome do autor ou do órgão produtor, em CAIXA ALTA (maiúscu-

lo). Título. Data. Localização no arquivo, Nome do arquivo.

b) Para jornais, entrar com o título do periódico em itálico. “Título do artigo entre aspas”. Nome do autor (se houver). Cidade, ano, número da edição, data. Localização no arquivo. Nome do arquivo.

14. Citações:

a) Até cinco linhas no corpo do texto “entre aspas”. Mais de cinco linhas, usar recuo esquerdo, na linha do parágrafo, de 2 cm, letra 11, espaço antes e depois da citação, sem aspas.

15. Cabe à Câmara Editorial a decisão soberana referente à oportunidade da publicação das contribuições recebidas.

16. A revisão ortográfica e gramatical é de responsabilidade do(s) autor(es).

17. Junto com o trabalho do autor deverá vir o termo de autorização de sua publicação da Revista Albuquerque sem remuneração.

18. O autor do trabalho publicado receberá, a título de compensação, três exemplares da revista gratuitamente.

Por que Albuquerque

O nome da revista remete historicamente à figura extraordinária do capitão-general Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, que governou a capitania de Mato Grosso no século XVIII, consolidando o domínio português na região oeste da colônia.

Em 1775, dentro do seu projeto político-administrativo, Luiz de Albuquerque ordenou a fundação, nos limites com o império colonial espanhol, do Forte de Coimbra, mesmo em precárias condições. Como suporte ao seu abastecimento, instalou a missão de Nossa Senhora da Misericórdia, administrada por padres franciscanos, para criação de gado e pólo de atração da população indígena do Pantanal. Pouco tempo depois, esse pequeno povoamento passou a ser conhecido pelo nome de Albuquerque, homenageando assim o capitão-general de Mato Grosso.

No ano de 1778 foi fundada uma outra povoação nas altas barracas que margeiam o rio Paraguai, que também recebeu o nome de Albuquerque e que se tornaria mais tarde, por volta de meados do século XIX, a vila de Corumbá.

O mesmo nome Albuquerque dado a dois lugares diferentes, embora próximos, decerto expressou o respeito dos súditos da capitania pelo seu comandante e capitão-general, que demonstrou competência administrativa e visão de futuro, promovendo de fato medidas que garantiam a posse de territórios litigiosos para o império de Portugal. Do plano traçado para a ocupação de territórios importantes à margem direita do rio Paraguai, na imensa região dos pantanais até o vale do Guaporé, resultou as linhas lindeiras, que até os dias de hoje desenharam o oeste do Brasil no mapa do continente sul-americano.

O distrito de Albuquerque existe até hoje, pertencente ao município de Corumbá, e sua importância é histórica por representar um marco e um momento significativo os primórdios do processo de desenvolvimento de uma região, que atualmente corresponde ao estado de Mato Grosso do Sul.

Assim sendo, a revista Albuquerque vem à luz para tornar-se também um marco dos estudos históricos em Mato Grosso do Sul, atendendo a um legítimo anseio de pesquisadores, docentes e discentes dos cursos de História da UFMS.

